



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
MESTRADO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ROSIÉLE CRISTIANE LUDTKE

INICIATIVAS DE DIVERSIFICAÇÃO AO CULTIVO DO TABACO NO
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL – RS: UM ESTUDO DE CASO

LARANJEIRAS DO SUL

2016

ROSIÉLE CRISTIANE LUDTKE

**INICIATIVAS DE DIVERSIFICAÇÃO AO CULTIVO DO TABACO NO
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL – RS: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós
Graduação da Universidade Federal da Fronteira
Sul – UFFS/ Campus Laranjeiras do Sul - PR,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento
Rural Sustentável.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Anelise Graciele Rambo

Co orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Janete Stoffel

LARANJEIRAS DO SUL

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

ROSIÉLE CRISTIANE LUDTKE

**INICIATIVAS DE DIVERSIFICAÇÃO AO CULTIVO DO TABACO NO
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL – RS: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS/ Campus Laranjeiras do Sul - PR, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Anelise Graciele Rambo

Co orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Janete Stoffel

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª. Anelise Graciele Rambo - UFFS

Prof^ª. Dr^ª. Rozane Márcia Triches – UFFS

Prof^ª.Dr^ª. Tanise Dias Freitas– UFRGS

Dedico esta Dissertação de Mestrado a todos (as) lutadores das causas sociais que acreditam e lutam por uma sociedade mais justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento é difícil encontrar palavras de agradecimento a todas as pessoas que foram importantes durante esta caminhada que ora se encerra. Tem uma palavra que transmite um pouco do sentimento, da sensação que tenho neste momento: GRATIDÃO!

Gratidão a Deus pelo dom da vida, por me permitir buscar evoluir e me tornar uma pessoa melhor, o mestrado contribuiu muito neste processo de reflexão... ELE estava comigo em todos os dias, em todas as longas viagens ao Paraná, em todas as meditações realizadas...

Gratidão aos meus pais, por serem exemplos de pessoas justas, de terem me ensinado bons valores, e com isso terem me dado a melhor herança! Gratidão por segurarem as pontas e me ensinarem o valor que tem uma família!

Aos meus filhos Gilberto e João Gabriel pela paciência que tiveram comigo, pelos momentos em que estive ausente em suas vidas neste período, mas saibam que vocês são a inspiração para que eu possa continuar lutando para que todos tenhamos um mundo mais justo e equitativo.

Minha neta Isabella que ao chegar me tornou uma pessoa melhor, me proporcionou o sentimento mais puro que é o amor, gratidão pelo carinho! Gratidão a Camila por ser essa mãe maravilhosa e uma nora muito querida!

Minhas irmãs Lívia e Fernanda, fontes de amor, sabedoria, cuidado, proteção e amor: Gratidão! Gratidão Guilherme meu sobrinho por ser este lutador, por me alegrar com suas travessuras! Gratidão Cristiano por cuidar bem deles!

Meus primos irmãos: Daiene, Beto, Dedé, Adriana e, tios padrinhos Lucinda e Valmor Gratidão por toda preocupação e incentivo.

Meus avos: Arno (89 anos) e Rosa (92 anos) que com toda sua experiência de vida vivenciaram todas essas mudanças na história da agricultura, e continuaram sempre firmes com o ser camponês dentro do seu âmago e me ensinaram muito: Gratidão!!

Tem duas pessoas que são responsáveis por eu estar concluindo este Mestrado: Minha amiga Letícia Chimini que sempre disse: vou te ajudar e tu vai fazer mestrado também! Valeu amiga, companheira, irmã, confidente, teu incentivo foi fundamental para que eu chegasse até aqui! Gratidão! A outra pessoa é meu companheiro Tuté a quem amo e divido minha vida nos últimos 12 anos! Sabe que és um dos grandes responsáveis por eu ter feito este mestrado, sempre me incentivou e me deu asas para voar alto, e sempre esteve ali quando eu voltava: Gratidão!

Gratidão ao MPA em todas suas instâncias por proporcionar que esta militante estudasse, mesmo que isso custou muitas ausências em atividades e lutas importantes. Tudo isso é reflexo do desenvolvimento ao qual estamos todos construindo, de forma coletiva, buscando sempre melhorar nossa vida dos camponeses e camponesas.

Agradeço a oportunidade de conhecer Cuba durante o final do mestrado e participar do Encontro Internacional de Agroecologia, o qual fortaleceu ainda mais o aprendizado em agroecologia. Agradeço imensamente aos companheiros e companheiras do MPA do Paraná, pela estadia na secretaria em Laranjeiras do Sul, pelo companheirismo e amizade. Também pelo empréstimo do carro pela Loreni: Gratidão!

Aos companheiros e companheiras do Coletivo Estadual de Gênero, gratidão pelas palavras animadoras! Agradeço em especial aos amigos: Ivando, Zeca, Marcelo, Celi, Aline, Liane, Léia, Sandra, Ângela, Mara, Sônia que foram sempre fonte de animação, inspiração, força: Gratidão!!

Ao meu mestre de Reiki: Vagner, muita gratidão! Evoluir junto com o mestrado foi muito importante, devo isso a você! Namastê!

A minha orientadora Anelise Graciele Rambo que representou muito mais que ser somente orientadora, mas também uma companheira de muitos bons e maus momentos! Agradeço por sempre me dar rumo, me levar pelo melhor caminho, e ainda ser uma grande amiga durante este processo: Gratidão!

A minha co orientadora Janete Stoffel que soube me mostrar que fazer uma dissertação era uma coisa de muita responsabilidade, mas ao mesmo tempo, era algo muito simples: Gratidão pela amizade e preocupação comigo neste tempo!

A coordenação do Mestrado na pessoa do professor Gilmar Franzener e a todos professores que contribuíram nesta caminhada minha Gratidão. Acrescento aqui os funcionários da UFFS e a Secretaria do Mestrado.

As colegas Rosali Bandeira, Ana Claudia Rauber, Carla Pagliarini, Camila Viana, Camila Schreiner, Gaby Canosa pelo companheirismo de todas horas, principalmente as mensagens de ânimo durante esta caminhada, e também Elisângela Mocellin por tudo que fizeste por mim neste mestrado, não terei jamais palavras para te agradecer!!!

Agradeço as entidades que participaram deste estudo de caso, bem como aos fomicultores que abriram suas propriedades para esta pesquisadora, ao chimarrão compartilhado e guloseimas: Gratidão! Agradeço aos companheiros que me acompanharam nas visitas as propriedades: Sabrina, Diulie, Douglas.

Ando devagar porque já tive pressa e
levo esse sorriso porque já chorei demais.

Hoje me sinto mais forte,
mais feliz, quem sabe;
só levo a certeza de que muito pouco sei,
ou nada sei.

(Almir Sater e Renato Teixeira)

RESUMO

Esta dissertação analisa os mecanismos que levam as famílias produtoras de tabaco a implementarem iniciativas de diversificação no município de Santa Cruz do Sul/RS. Para tanto verificou-se as alternativas de diversificação da produção na maior região produtora de tabaco do país, e quais as políticas públicas mobilizadas. Para tal, é realizada uma análise considerando reflexos negativos da modernização da agricultura, em especial, sobre a agricultura camponesa, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais. O referencial teórico mobilizado engloba “A Sociedade de Risco” de Ulrich Beck e “A Perspectiva Orientada ao Ator” de Norman Long e Jan Douwe Van der Ploeg. Nesta perspectiva, os fumicultores se autoconfrontam com os riscos causados pela produção do tabaco e buscam a partir da sua capacidade de agência, saídas para enfrentar esses riscos. A pergunta problema deste estudo consiste em saber o que leva os camponeses a diversificar a produção em suas propriedades em uma região produtora de tabaco. Quais mecanismos são mobilizados para a promoção dessa diversificação? Além disso, buscamos identificar as motivações e caracterizar a trajetória das iniciativas empregadas pelas famílias camponesas para a diversificação do tabaco, analisando quais políticas públicas são mobilizadas nas iniciativas e qual sua contribuição no fomento à diversificação. Ademais, pretendemos caracterizar a cadeia produtiva do tabaco, abordando aspectos sociais, ambientais e econômicos existentes no município em estudo e apontar os atores envolvidos nas iniciativas, destacando seu papel no nesse processo. A metodologia adotada consiste num estudo de caso. Foram realizadas 19 entrevistas com lideranças de movimentos sociais e com famílias fumicultoras que realizam a diversificação ao tabaco. Enquanto resultados, verificamos que as iniciativas de diversificação manifestam uma autoconfrontação aos riscos produzidos pela monocultura do tabaco a qual está pautada nos ditames da Revolução Verde. Essa produção diversificada tende a fortalecer a capacidade de agência dos camponeses, como resposta aos riscos produzidos por esta cadeia produtiva e emergem de uma perspectiva em que o sujeito camponês, de acordo com sua realidade, seu modo de vida, busca minimizar estes efeitos.

Palavras chave: Diversificação; Tabaco; Camponeses; Autoconfrontação.

ABSTRACT

The following project analyzes the mechanisms by which tobacco producing families use to implement diversification initiatives in Santa Cruz do Sul / RS. Alternatives of diversification of production were verified in the largest tobacco-producing region of the country, and which public policies were involved. An analysis was performed considering negative effects of modernization of agriculture, in particular on peasant agriculture, considering social, economic and environmental aspects. The project was based theoretically on “The Risk Society” by Ulrich Beck and “Actor Perspectives” by Norman Long and Jan Douwe van der Ploeg. In this perspective, tobacco growers see the risks caused by tobacco production and seek among their abilities outputs to face these risks. The goal of this study is to know what leads farmers to diversify production on their properties in a tobacco region. What mechanisms are mobilized to promote the diversification? In addition, we seek to identify the motivations and characterize the trajectory of the initiatives employed by peasant families to diversify from tobacco, analyzing which public policies are mobilized in the initiatives and what are their contributions to the promotion of diversification. Besides, we intend to characterize the tobacco production chain, addressing social, environmental and economic aspects in the region of study and point out the actors involved in the initiative, highlighting their role in this process. The methodology used in this project consists in a case of study. There were made 19 interviews with leaders of social movements and tobacco growing families who diversify their production. As results, we found that the diversification initiatives manifest farmers’ self-confrontation from the risks caused by tobacco monoculture based on the Green Revolution. This diversified production tends to strengthen the capacity of farmers to act in response to the risks produced by this production chain and emerge from a perspective where the individual peasant, according to their reality, their way of life, seek to minimize these effects.

Keywords: Diversification; Tobacco; peasants; Self-confrontation.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 01 - Mapa de localização do município de Santa Cruz do Sul/RS..... | 21 |
| Figura 02 - Propriedade da família 01..... | 88 |
| Figura 03 - Propriedade da família 02..... | 89 |
| Figura 04 - Propriedade da família 03..... | 91 |
| Figura 05 - Centro de Formação do MPA e sede da Cooperfumos..... | 95 |
| Figura 06 - Figura esquemática dos Sistemas Camponeses de Produção..... | 99 |
| Figura 07 - Propriedade da família 04..... | 102 |
| Figura 08 - Propriedade da família 06..... | 106 |
| Figura 09 - Estufa instalada na propriedade da família 6..... | 108 |
| Figura 10 - Propriedade da família 07..... | 109 |
| Figura 11 - Propriedade da Família 08..... | 111 |
| Figura 12 - 1ª Turma da EFASC em 2009..... | 115 |
| Figura 13 - Feira na EFASC..... | 118 |
| Figura 14 - Propriedade da família 09..... | 119 |
| Figura 15 - Produção diversificada da Família 10..... | 122 |
| Figura 16 - Produção diversificada da Família 11..... | 124 |
| Figura 17 - Feira Orgânica CAPA..... | 129 |
| Figura 18 - Produção diversificada da Família 12..... | 130 |
| Figura 19 - Feira Livre Municipal de Santa Cruz do Sul..... | 138 |
| Figura 20 - Famílias na feira livre municipal..... | 139 |
| Figura 21 - Riscos ocasionados pela moderna monocultura do tabaco..... | 150 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 01 - Índice de Desenvolvimento Humano do município de Santa Cruz do Sul – de 1991 a 2010..... | 35 |
| Gráfico 02 - Distribuição da renda bruta do Setor Fumageiro..... | 52 |
| Gráfico 03 - Distribuição da renda líquida do Setor Fumageiro..... | 52 |
| Gráfico 04 – Média de óbitos por suicídio, conforme meses do ano, Venâncio Aires, 1979-1995..... | 58 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 01 - Funções básicas da agricultura e suas finalidades..... | 31 |
| Quadro 02 - Indústrias fumageiras presentes em Santa Cruz do Sul..... | 36 |
| Quadro 03 - Características do sistema de integração..... | 50 |
| Quadro 04 - Principais grupos de agrotóxicos utilizados no tabaco e seus efeitos na saúde humana e meio ambiente..... | 57 |
| Quadro 05 - Riscos da sociedade contemporânea..... | 70 |
| Quadro 06 - Síntese do Plano Camponês..... | 97 |
| Quadro 07 - Autoconfrontações aos efeitos colaterais dos riscos gerados pelo moderno sistema integrado de produção de tabaco..... | 144 |
| Quadro 08 - Iniciativas de diversificação e destino final da produção..... | 151 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 01 - Evolução da população urbana, rural e total, no estado do Rio Grande do Sul e Brasil no período de 1940 até 2010..... | 28 |
| Tabela 02 - Produção de Tabaco em Santa Cruz do Sul nas safras 2012 a 2014..... | 33 |
| Tabela 03 - Estrutura Fundiária de Santa Cruz do Sul em 2006 - hectares, porcentagem e área..... | 34 |
| Tabela 04 - Principais lavouras temporárias de Santa Cruz do Sul: Área plantada, quantidade produzida, valor da produção no ano 2014..... | 34 |
| Tabela 05 - <i>Per capita</i> de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul e Brasil, ano 2010.... | 35 |
| Tabela 06 - Dados sobre área plantada, produção e exportação, safra Região Sul do Brasil..... | 46 |
| Tabela 07 - Relação da produção das propriedades, hectares ocupados, e valor por cultivo, safra 2014/2015, Região Sul do Brasil..... | 54 |
| Tabela 08 - Tamanho das propriedades, número de membros da família e idade dos membros da família..... | 85 |
| Tabela 09 - Área total das propriedades e área ocupada com tabaco..... | 86 |
| Tabela 10 - Área total das propriedades e área ocupada com tabaco..... | 102 |
| Tabela 11 - Área total das propriedades e área ocupada com tabaco..... | 119 |
| Tabela 12 - Área total da propriedade e área ocupada com tabaco..... | 137 |

LISTA DE SIGLAS

AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil
ANDEF – Associação Nacional de Defesa Vegetal
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CEDEJOR - Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural
CONICQ – Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco
CQCT – Convenção-Quadro para Controle de Tabaco
DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DESER – Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
EFA - Escola Família Agrícola
EFASC – Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPI – Equipamento de Proteção Individual
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
POA – Perspectiva Orientada ao Ator
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
SAFS – Sistema Agroflorestal
SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo
SIPT – Sistema Integrado de Produção de Tabaco
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 18 |
| 2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A CADEIA PRODUTIVA DO TABACO | 27 |
| 2.1 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA CAMPONESA..... | 27 |
| 2.2 A PRODUÇÃO DE TABACO EM SANTA CRUZ DO SUL: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES | 32 |
| 2.3 CADEIA PRODUTIVA DO TABACO: UMA FACETA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA | 41 |
| 2.3.1 Elencando as facetas da moderna monocultura do tabaco | 48 |
| 3 A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE DE RISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE O MUNDO RURAL “MODERNO” A PARTIR DA PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR | 68 |
| 3.1 MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA E SOCIEDADE DE RISCO | 68 |
| 3.2 PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR | 78 |
| 4 PRODUÇÃO DE TABACO <i>versus</i> EXPERIÊNCIAS DE DIVERSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES EM SANTA CRUZ DO SUL | 83 |
| 4.1 AS INICIATIVAS DE DIVERSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES PRODUTORAS DE TABACO NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL..... | 83 |
| 4.1.1 Os fumicultores que diversificaram por conta própria..... | 86 |
| 4.1.2 Famílias que iniciaram a diversificação com apoio de entidades | 93 |
| 4.1.2.1 As famílias que diversificam com o apoio do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)..... | 94 |
| 4.1.2.2 A Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC): a educação auxiliando as famílias a diversificarem | 113 |
| 4.1.2.3 O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e a feira de produtos orgânicos como alternativa ao tabaco | 126 |

| | |
|---|------------|
| 4.1.2.4 A EMATER e a feira livre municipal no auxílio à diversificação das famílias produtoras de tabaco..... | 132 |
| 5 INICIATIVAS DE DIVERSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES PRODUTORAS DE TABACO: DA AUTOCONFRONTAÇÃO À CAPACIDADE DE AGÊNCIA | 142 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 160 |
| REFERÊNCIAS | 166 |
| APÊNDICES | 174 |
| ANEXOS | 179 |

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa os mecanismos que levam as famílias de camponeses¹ a realizarem iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco e encontrar alternativas de renda diversas na maior região produtora de tabaco do país, mais precisamente, no município de Santa Cruz do Sul - RS. Para tanto, realizou-se uma análise diante dos reflexos negativos da modernização da agricultura, sobretudo, sobre a agricultura camponesa, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Neste sentido, estão elencadas as principais mudanças ocorridas com a modernização da agricultura, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, com a implantação da Revolução Verde no campo. As novas tecnologias empregadas alteraram significativamente as formas de produzir e o jeito de viver dos camponeses. O modo camponês, que provia primeiramente a produção de alimentos e cujo foco principal era a reprodução social da família foi sendo substituído, aos poucos, pela chamada agricultura moderna. Dentre as mudanças que vieram junto à Revolução Verde, uma das principais foi a migração campo/cidade. Essas mudanças chegaram ao Brasil a partir de 1960, iniciando o processo de “modernização conservadora” da agricultura brasileira (DELGADO, 2012).

A Revolução Verde representou investimentos massivos em três áreas da ciência: agroquímica, motomecanização e manipulação genética. O moderno pacote tecnológico consiste na utilização de insumos químicos (venenos e fertilizantes), mecanização agrícola, dos medicamentos veterinários, das sementes geneticamente melhoradas. Outros fatores que contribuíram para a difusão da Revolução Verde foram o acesso ao crédito e assistência técnica difusionista que incentivaram a especialização produtiva de monoculturas (GORGEN, 2004).

Ocorre que este sistema apresenta evidentes e intensos sinais de esgotamento, decadência e insustentabilidade devido a seus impactos sobre o meio ambiente, a saúde humana e a ecologia. Isso se deve ao fato de que este modelo de produção demanda alto custo de capital e consumo de energia, pois a base agrícola e energética foi transferida

¹ Utilizaremos o termo camponês ao invés de agricultor familiar pela afinidade que temos com o conceito e por entender que o termo que sempre foi utilizado foi camponês. Agricultor familiar foi um conceito utilizado a partir do surgimento do Pronaf na década de 90 e serve para reforçar o modelo moderno de agricultura, baseado na especialização produtiva e no produtivismo. Portanto como o tema da dissertação é a diversificação, são os camponeses que, no decorrer da história, sempre mantiveram um jeito de ser, de viver próprios e cujo objetivo principal foi à manutenção da família, garantindo a produção diversificada de alimentos como uma das suas formas de sobrevivência.

do solo (matéria orgânica) para o petróleo², um recurso escasso, caro e poluidor. Ainda, contribuiu para essa inviabilidade, a substituição do trabalho braçal e artesanal pela mecanização pesada, nem sempre adequada ao porte das propriedades camponesas (ZAMBERLAN, 2012).

A expansão das monoculturas reduziu o uso de mão de obra, levando ao êxodo rural e a concentração de terras devido ao endividamento dos camponeses. A produção voltada para exportação tornou os camponeses dependentes do mercado externo. A expansão das *commodities* diminuiu a produção diversificada nas propriedades, atingindo, sobretudo a de alimentos para o autoconsumo das famílias. Nesse sentido, a agricultura assume um papel de fornecedora de matéria prima para a indústria (GORGEN, 2004).

Nesse sistema moderno está inserida a cadeia produtiva do tabaco, também chamado de “fumo”, uma das facetas da modernização da agricultura. Neste sentido, pretende-se apresentar aspectos sociais, ambientais e econômicos relacionados à cadeia produtiva do tabaco, realizada sob o sistema de integração com as empresas beneficiadoras do tabaco, as fumageiras. A produção do tabaco expõe os camponeses a situações paradoxais, pois de um lado, praticam uma atividade que movimenta volumes elevados de recursos financeiros, e que, apesar de demandar uso intenso de mão de obra, pode ser realizada em pequenas áreas de terra. Por outro lado, essa produção gera uma situação de dependência e de vulnerabilidade, que fragiliza as famílias e gera situações de pobreza e risco. Ademais, a riqueza gerada pela cadeia produtiva não é equitativamente distribuída por todos envolvidos no processo de produção.

Apesar do crescimento da produção e exportação de tabaco no Brasil, e considerando as diversas consequências sobre a saúde humana, seja para os fumantes, ou para os produtores de tabaco e, conseqüentemente, o aumento na ocorrência de doenças, o governo nacional, ratificou o acordo da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT). A CQCT é considerada o primeiro tratado internacional de saúde pública, proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e representa um instrumento de resposta dos 192 países membros da Assembleia Mundial da Saúde à crescente epidemia do tabagismo no mundo todo (INCA, 2015).

Diante desta realidade, o presente estudo torna-se relevante para a autora deste trabalho, pois ao longo da sua trajetória, teve na produção de tabaco sua principal fonte

² A maioria dos fertilizantes são fabricados a partir do petróleo.

de renda. Com o passar do tempo conseguiu ingressar na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS no curso superior de Tecnologia em Agropecuária. Durante sua graduação, os estudos foram direcionados para realização de análise dos custos de produção do tabaco no qual constatou que a renda líquida para as famílias é a remuneração do trabalho empenhado para realizar a safra de fumo mas em muitos casos, o valor final não pagava esse trabalho³.

Após concluída a graduação, trabalhou na propriedade da sua família no sentido de realizar a conversão da produção de tabaco para a produção de alimentos e para transição agroecológica, o que resultou na comercialização via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade doação simultânea. Salienta-se também que a pesquisadora participa diretamente das ações do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o qual vem realizando diversas atividades no sentido de buscar alternativas para a diversificação do tabaco na região em estudo.

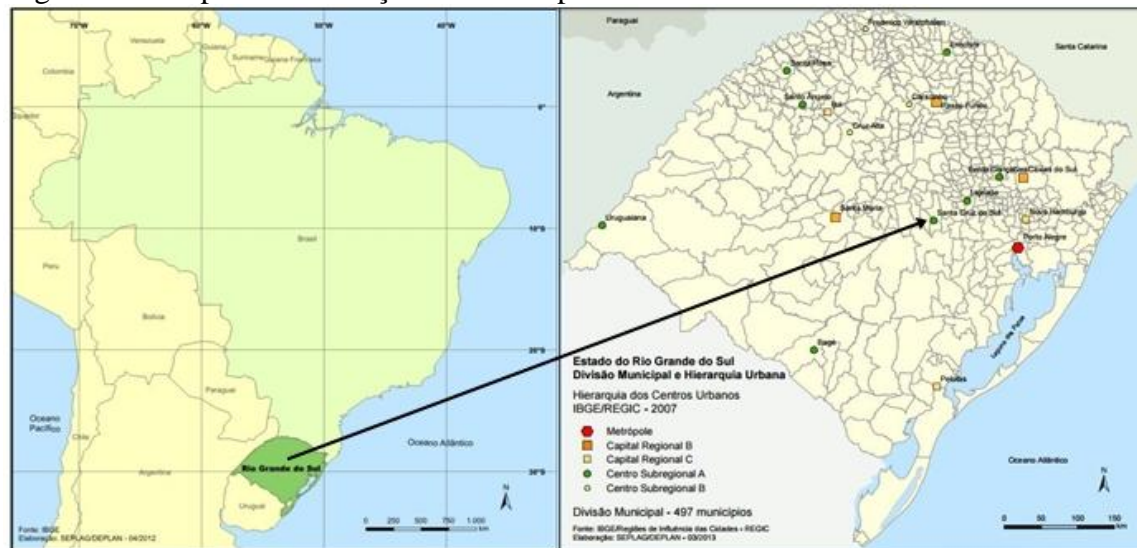
A pesquisadora conhece a realidade que vivem as famílias e tem proximidade com os agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e lideranças do município. Isso instigou a realização de um estudo que propõe evidenciar o que motiva as famílias diversificarem, ou mesmo abandonarem um cultivo, *a priori*, dito tão rentável. Com base nessa experiência pessoal, deu-se a escolha deste tema e objeto de estudo.

O município de Santa Cruz do Sul (figura 01) é fortemente marcado pela presença das indústrias fumageiras e seus complexos agroindustriais, sendo que na região concentra-se a maior parte da produção de tabaco do Brasil, fato este que justifica a escolha do município para esta pesquisa.

No sentido de contribuir com localização de Santa Cruz do Sul, segue um mapa do Brasil, do estado do Rio Grande do Sul, no qual o referido município está localizado.

³Os custos de produção foram calculados baseados nas informações que os camponeses forneceram, levando em conta todos os custos da produção do fumo. Constatou-se que nos preços pagos, em média, para o produto nos últimos anos, não cobre o custo de produção, que é muito alto. Principalmente se o camponês utilizar todos os insumos receitados pelo orientador técnico. Além disso, o camponês tem um risco muito grande na sua lavoura, pois precisa contar com clima favorável para ter uma grande produção. Os fumicultores que conseguem fazer um planejamento mínimo e são proprietários de terra, possuem mão de obra da família, tem lenha para as estufas na propriedade conseguem obter uma margem de lucro satisfatória, que paga o trabalho efetuado para fazer a safra. Mas os camponeses que são arrendatários ou parceiros, que precisam comprar lenha, e contratar mão de obra, a situação é diferente e estes, muitas vezes, não conseguem pagar suas dívidas com as indústrias. Estes se encontram numa situação muito difícil, pois cada vez precisam plantar mais para sair das dívidas. Estes foram os resultados obtidos pelo trabalho de conclusão de curso, disponíveis no Relatório de Estágio Supervisionado (2007).

Figura 01 - Mapa de localização do município de Santa Cruz do Sul/RS.



Fonte: IBGE (2015).

O município de Santa Cruz do Sul localiza-se na região Vale do Rio Pardo, na encosta inferior do nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, a 150 km de Porto Alegre, a capital do estado do Rio Grande do Sul. Esta é a região que mais produz tabaco no RS e, Santa Cruz do Sul ocupa o quinto lugar neste ranking.

O município é o centro da produção de tabaco, e também, das decisões políticas em torno desta cadeia produtiva: decisões políticas de produção e de comercialização pelas inúmeras reuniões para tratar do preço do tabaco com as entidades representativas do setor. Vale ressaltar que mesmo no local que as famílias têm maior facilidade para acompanhar a comercialização e negociação do tabaco, esse fator não garante a autonomia do fumicultor na definição do preço do tabaco. Para tanto, buscamos analisar e compreender esse processo de reação/adaptação dos camponeses produtores de tabaco.

Em meio a esta realidade, é possível observar a implementação de iniciativas de diversificação nas áreas produtoras de tabaco. Como a que é desenvolvida pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na implantação de um Centro de Formação, voltado a desenvolver iniciativas de diversificação do tabaco. Essas iniciativas são vistas como autoconfrontação⁴ aos riscos oriundos da própria cadeia produtiva do tabaco (BECK, 2011). Entre diferentes ações que este movimento

⁴ Beck (2011) explica que o paradigma da modernidade encontrar-se-ia em crise frente ao descontentamento da sociedade que está sentindo, cada vez mais, os efeitos e os limites do sistema baseado do progresso, na razão, na cientificidade, no individualismo e na busca desenfreada por crescimento econômico, gerando uma autoconfrontação da dinâmica das sociedades industriais com seus efeitos colaterais.

desenvolve, pode-se destacar a Chamada Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a diversificação do tabaco⁵. Esta Chamada ocorre desde 2012, em 15 municípios da região, beneficiando 1.840 famílias, incluindo Santa Cruz do Sul, com 160 famílias beneficiadas (CHAMADA PÚBLICA SAF/ ATER, 2013).

O Centro de Formação voltado à diversificação do tabaco recebe os camponeses para dias de campo e realizam processos de formação técnica. Ali também foram instaladas várias agroindústrias e experiências de diversificação a cultura do tabaco. Ademais, além da experiência do MPA, existem diversas entidades que incentivam o processo de diversificação: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), Escola Família Agrícola (EFA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Esses atores sociais atuam na mobilização de políticas públicas para os camponeses, que auxiliam nas iniciativas de diversificação, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Habitação Rural Minha Casa Minha Vida, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Camponês⁶, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Diversificação do Tabaco, ATER Sustentabilidade, ATER Agroecologia, Programa de Manutenção de Sementes Crioulas, Produção Agroecológica, entre outras.

Enquanto iniciativas de diversificação promovidas pelas famílias camponesas, podemos citar a produção de arroz, erva mate, leite, mandioca, batata doce, frutas, hortigranjeiros, com destaque ao milho e feijão plantados na resteva⁷ do fumo. Chama atenção a produção de alimentos de maneira diversificada para o autoconsumo e também para venda em comércios locais, como as feiras, PAA e PNAE. Existem também famílias realizando processo de transição agroecológica, as quais buscam superar o modelo de produção e diminuir a dependência ao uso de pesticidas/agrotóxicos, fabricando seus próprios insumos e produzindo sementes crioulas.

⁵ Chamada pública de ATER diversificação do tabaco é uma iniciativa do governo federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, que beneficia famílias produtoras de tabaco na busca da diversificação produtiva. Na chamada pública podem concorrer entidades que prestam assistência técnica.

⁶ Programa Camponês é um programa de reestruturação das propriedades visando a refertilização do solo e produção de alimentos, nos moldes da agroecologia, realizado pelos movimentos sociais que compõem a Via Campesina em convênio com o Governo do Estado do RS.

⁷ Resteva é o plantio após o cultivo do tabaco, ocupando a mesma área de terra, aproveitando os resíduos de adubação.

Entendemos inicialmente que essas iniciativas de diversificação são decorrentes do que Ulrich Beck chama de sociedade de risco. No contexto da sociedade de risco, a busca por um modelo de agricultura mais sustentável emerge em contraponto ao modelo vigente, para dar respostas ao deparar-se com os riscos produzidos pela própria modernidade. No caso em estudo, pelos riscos produzidos pela moderna monocultura do tabaco a qual está pautada nos moldes da Revolução Verde. Além disso, essa produção diversificada pode fortalecer a capacidade de agência dos agricultores, contribuindo com o processo de desenvolvimento rural. Tem-se observado que os camponeses têm diversificado suas propriedades, em busca de maior qualidade de vida, e conseqüentemente, diminuir sua dependência ao cultivo do tabaco. Frente a isso, busca-se compreender por que os camponeses buscaram a idealização de alternativas para a solução de seus próprios problemas. Este processo social altamente complexo está relacionado ao que Long (2007) chama de “Perspectiva Orientada ao Ator” (POA). Esta abordagem confere significância à heterogeneidade dos espaços agrários e a importância de considerar como os próprios camponeses moldam os padrões do desenvolvimento rural (LONG, 2007).

Ressalta-se a capacidade dos atores (camponeses) buscarem alternativa a produção hegemônica do tabaco. Para tanto, é preciso considerar a realidade local, vinculada com a cultura, com o modo de ser e de viver camponês, fortalecendo sua capacidade de agência na condução e promoção do desenvolvimento. Processo este marcado por diversas formas de resistência e busca por autonomia.

Nesse sentido, procura-se estudar a realidade do município de Santa Cruz do Sul, local onde estão sendo realizadas estas experiências. Por ação dos atores sociais envolvidos, buscam-se, nos estilos de agricultura historicamente constituídos, analisar formas alternativas e características que possam ser potencializadas enquanto alternativas ao desenvolvimento.

Entende-se que as iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco podem emergir como resultado da autoconfrontação da sociedade de risco com a modernização da agricultura em geral, e em específico, da monocultura do tabaco e que são possíveis pela capacidade de agência dos próprios atores sociais envolvidos. Portanto, considera-se que os camponeses ao se confrontar, tanto com os efeitos colaterais da modernização da agricultura, quanto com os riscos sistêmicos decorrentes na questão ambiental, social, econômica, buscam implementar iniciativas distintas para ampliar as fontes de renda e reduzir a dependência de externos.

A partir do contexto apresentado nesta introdução e diante dos reflexos negativos da modernização da agricultura, principalmente sobre a agricultura camponesa, e, em especial, considerando a realidade paradoxal gerada pela monocultura do tabaco, o problema que move esta pesquisa é o seguinte: **O que leva os camponeses a diversificar a produção em suas propriedades em uma região produtora de tabaco? Quais mecanismos são mobilizados para a promoção dessa diversificação?**

Nesse sentido, a hipótese que serviu como ponto de partida para este estudo considera que as iniciativas de diversificação desencadeadas pelos camponeses junto a suas organizações representativas e com o auxílio de políticas públicas, podem ser compreendidas enquanto autoconfrontação com os efeitos colaterais da modernização da agricultura e da conseqüente monocultura do tabaco. Essas iniciativas são respostas aos riscos produzidos pela própria cadeia produtiva do tabaco e emergem de uma perspectiva em que o sujeito camponês, de acordo com sua realidade, seu modo de vida, seu modo de reprodução social, busca minimizar estes efeitos.

Ressalta-se que este estudo pode ter relevância para o conhecimento acadêmico, pois a diversificação em áreas de tabaco trata-se de um assunto importante e salienta-se que está contribuindo para o desenvolvimento rural, portanto, relevante para um programa de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Também poderá ser útil para elaboração de políticas públicas: conhecer melhor as iniciativas e estratégias dos camponeses, bem como os elementos externos e internos que influenciam na tomada de decisão, servirá para estabelecer um canal de mediação e conhecer as prioridades destas famílias e os estilos de agricultura constituídos. Nesse sentido, este estudo vem somar-se a outros já existentes neste tema da diversificação ao cultivo do tabaco. Sendo um estudo de caso, acredita-se que ele possa contribuir para um maior conhecimento desta forma de produção e de vida, uma vez que se caracteriza pela sua heterogeneidade e diversidade.

O objetivo geral da pesquisa consiste, desse modo, em verificar quais os mecanismos levam as famílias produtoras de tabaco a implementarem iniciativas de diversificação e analisar a dinâmica destas mudanças a partir do estudo de caso no município de Santa Cruz do Sul/RS. Procura-se entender o caminho percorrido por essas famílias para buscar alternativas de diversificação ao tabaco. Como objetivo específico buscou-se: (1) caracterizar a cadeia produtiva do tabaco, abordando aspectos sociais, ambientais e econômicos existentes no município em estudo; (2) apontar os atores envolvidos nas iniciativas, destacando seu papel no desenvolvimento do

processo; (3) identificar as motivações e caracterizar a trajetória das iniciativas empregadas pelas famílias camponesas para a diversificação do tabaco em suas propriedades; (4) analisar quais políticas públicas são mobilizadas nas iniciativas e qual sua contribuição no fomento à diversificação.

Como metodologia, optamos pela técnica de pesquisa baseada em estudo de caso, realizando pesquisa bibliográfica e coletando o maior número possível de informações sobre o município de Santa Cruz do Sul, no que se referia à produção de tabaco. Além disto, foram realizadas entrevistas com lideranças de movimentos sociais e com famílias fumicultoras que realizam a diversificação ao tabaco. O instrumento de pesquisa utilizado foi entrevista com perguntas semi-estruturadas.

A escolha do *estudo de caso* justifica-se pela necessidade de aprofundar o conhecimento referente a este tema, cuja estratégia contribui “com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e de grupo, além de outros fenômenos relacionados” (YIN, 2005, p. 20). A população considerada na pesquisa foi camponeses do município de Santa Cruz do Sul, produtores de tabaco, mas que apresentam iniciativas de diversificação em suas propriedades. Nesse município, onde as famílias têm a facilidade de estarem perto da indústria, ocorrem várias iniciativas de diversificação ao tabaco, fato esse bastante instigante. Pretendemos entender os motivos que levaram as famílias a realizarem a diversificação e os benefícios que isso trouxe para elas, para sua comunidade e para seu município.

As famílias participantes foram definidas a partir de entrevistas com lideranças de entidades e movimentos sociais existentes no município de Santa Cruz do Sul. Para tanto, quatro lideranças foram entrevistadas e posteriormente, indicaram as famílias que realizam iniciativas de diversificação. Ao todo 15 famílias de fumicultores participaram do estudo. Estas famílias tiveram relação direta com as entidades que incentivaram o processo de diversificação das propriedades, bem como foram categorizadas de acordo com estas entidades. A finalização da pesquisa se deu pela saturação das respostas dos entrevistados. Conforme Fontanella et al (2008), a definição amostral por saturação teórica é operacionalmente definida como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição⁸. Salienta-se que existe uma heterogeneidade nas famílias entrevistadas. Além das que realizaram iniciativas com o

⁸ Esta pesquisa foi submetida ao Conselho de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade Federal Fronteira Sul.

apoio das entidades, buscou-se demonstrar também famílias que realizaram diversificação por conta própria, ou seja, que buscaram saídas para seus problemas a partir da sua capacidade de agência humana.

Para dar conta dos objetivos, a dissertação está estruturada em seis capítulos. No primeiro consta a introdução deste trabalho. O segundo trata da modernização da agricultura e da cadeia produtiva do tabaco, em que foram elencadas as mudanças ocorridas com a modernização da agricultura e como isto modificou a vida das pessoas, o modo de produção e as relações sociais. Também está caracterizada a produção de tabaco, na qual se faz um recorrido histórico sobre o cultivo do tabaco no Brasil, na região e no município de Santa Cruz do Sul. Aborda o tabaco como uma das facetas da modernização da agricultura, e seus aspectos relacionados à cadeia produtiva realizada no sistema de integração com as fumageiras, elencando aspectos sociais, ambientais e econômicos deste cultivo.

O terceiro capítulo apresenta a perspectiva teórica desta pesquisa, trazendo os aspectos sobre a emergência da sociedade de risco, pela qual a sociedade moderna passa a autoconfrontar-se com os riscos produzidos pela própria modernidade, refletindo sobre o mundo rural “moderno” a partir da perspectiva orientada ao ator. Reflete-se nessa seção, sobre a capacidade de agência dos atores sociais envolvidos em iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco, que não são passivos recebedores de auxílios externos, mas que de acordo com sua capacidade de agência buscam soluções para seus problemas.

No quarto capítulo são caracterizadas as experiências de diversificação em Santa Cruz do Sul, no qual são descritas as experiências de diversificação das famílias entrevistadas, realizando uma caracterização inicial destas iniciativas, bem como os relatos das famílias e lideranças acerca da cadeia produtiva do tabaco.

No quinto capítulo visualizamos as análises do objeto de estudo, no qual os dados qualitativos estão apresentados em forma de quadros, tabelas, gráficos, constando as experiências de diversificação e sua relação com a finalidade na qual são produzidas: para autoconsumo ou venda. No sexto e último capítulo constam as considerações finais deste trabalho.

2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Este capítulo é composto por três seções. A primeira trata da modernização da agricultura e as implicações sobre a agricultura camponesa. Ademais, as mudanças ocorridas neste processo mudaram significativamente o modo de ser, de viver e de produzir dos camponeses e trouxe consequências profundas para a agricultura no mundo todo. Este fato ficou conhecido como a Revolução Verde no campo.

Na segunda seção deste capítulo são apresentadas as primeiras aproximações sobre a realidade da produção de tabaco no município de Santa Cruz do Sul e suas principais características. Já a terceira seção aborda o tabaco como uma das facetas da modernização da agricultura e suas principais implicações sociais, ambientais e econômicas.

2.1 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA CAMPONESA

A história da agricultura é marcada por conflitos e mudanças ao longo dos anos. No Brasil, até meados do século XX, a maioria das pessoas residia no campo, sendo este caracterizado pela produção diversificada e tendo como principal objetivo o autoconsumo. Dentre as mudanças que vieram junto à Revolução Verde, uma das principais foi a migração campo/cidade expressa na tabela 01, a qual aponta a população no estado do Rio Grande do Sul de 1940 a 2010, no rural, no urbano e no Brasil de 1970 a 2010.

Tabela 01 - Evolução da população urbana, rural e total, no estado do Rio Grande do Sul e Brasil no período de 1940 até 2010.

| RS/Brasil | 1940 | | | 1950 | | |
|-------------------|---------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|
| Rio Grande do Sul | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural | Total |
| | 1.034.486 | 2.286.203 | 3.320.689 | 1.421.980 | 2.742.841 | 4.164.821 |
| | 1960 | | | 1970 | | |
| Rio Grande do Sul | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural | Total |
| | 2.445.774 | 3.003.049 | 5.448.823 | 3.620.588 | 3.134.870 | 6.755.458 |
| Brasil | X | X | X | 52.097.260 | 41.037.586 | 93.134.846 |
| | 1980 | | | 1991 | | |
| Rio Grande do Sul | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural | Total |
| | 5.385.866 | 2.556.856 | 7.942.722 | 6.994.134 | 2.141.345 | 9.135.479 |
| Brasil | 80.437.327 | 38.573.725 | 119011052 | 110.990.990 | 35.834.485 | 146825.475 |
| | 2000 | | | 2010 | | |
| Rio Grande do Sul | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural | Total |
| | 8.312.899 | 1.868.850 | 10.181.749 | 9.100.291 | 1.593.638 | 10.693.929 |
| Brasil | 137.925.238 | 31.947.618 | 169872856 | 160.925.792 | 29.830.007 | 190755.799 |

Fonte: Ipeadata (2009) (dados de 1940 a 1960) e IBGE (2011). Organização própria.

Os dados da tabela 01 demonstram que houve uma inversão na população rural com a urbana no Brasil. Nos anos 1940, havia um predomínio de pessoas vivendo no campo, e isso foi se modificando principalmente nas décadas de 70/80 quando se implementa efetivamente a Revolução Verde.

Antes da disseminação da modernização da agricultura, o modo de trabalhar a terra era quase artesanal. Utilizavam-se ferramentas manuais, as sementes eram as oriundas das colheitas e armazenadas utilizando conhecimentos milenares passados de geração para geração (MAZOYER & ROUDART, 2010). Os hábitos alimentares tinham vínculo direto com a cultura, com o jeito de ser e de viver dos camponeses. A partilha era ato comum entre as famílias. Realizavam a troca, por exemplo, de alimentos, sementes, mudas, plantas medicinais e, através desta troca, supriam a necessidade do que eles mesmos não produziam. Havia ainda os mutirões e as trocas de serviço para garantir o cultivo e as colheitas em tempo hábil (GORGEN, 2004).

Essas características fazem parte do modo camponês de produção que, segundo Carvalho (2005), é um sistema denominado policultura-pecuária e considerado uma combinação entre diferentes técnicas. Este foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até

atingir um equilíbrio entre um grande número de atividades agrícolas e de produção animal. Como afirma Miendas (1984, p.85),

o sistema tradicional de produção camponês, denominado de policultura-pecuária é considerado uma sábia combinação entre diferentes técnicas, foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de produção animal [...] toda arte do bom camponês consistia em jogar sobre um registro de culturas e criações o mais amplo possível e integrá-los em um sistema que utilizasse o máximo os subprodutos de uma produção para as outras e que pela diversidade de produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e desigualdades das colheitas.

Depois da Segunda Mundial começaram a ocorrer mudanças profundas na agricultura do mundo todo, o que se deu por meio da implantação do projeto chamado “Revolução Verde”. Algumas invenções usadas na guerra, especialmente máquinas e produtos químicos, passaram a ser usados em larga escala na agricultura (GORGEN, 2004). Nesta perspectiva, para Zamberlan (2012, p. 26), “a Revolução Verde é a penetração capitalista no campo, tem como objetivo a maximização produtiva que objetivamente usa a natureza para obter sempre mais lucros, dando pouca atenção aos efeitos da tecnologia empregada sobre o meio ambiente circundante”.

Essas mudanças chegaram ao Brasil a partir de 1960, iniciando o processo de “modernização conservadora⁹” da agricultura brasileira o que caracterizou-se pelo uso do pacote tecnológico, sinônimo de modernidade, e representou investimentos massivos em três áreas da ciência: agroquímica, motomecanização e manipulação genética (ZAMBERLAN, 2012). Foram gerados conhecimentos e tecnologias nessas áreas, objetivando a introdução da mecanização agrícola, dos insumos químicos (agrotóxicos e fertilizantes), dos medicamentos veterinários e das sementes geneticamente melhoradas. Isso caracterizou-se como “pacote tecnológico”, sinônimo de modernidade. Além disto, a Revolução Verde incentivou o uso de crédito na agricultura, facilitando a adoção desses pacotes a partir de mecanismos de seguro de preço e seguro de crédito à produção, da pesquisa e da assistência técnica difusionista (DELGADO, 2012).

As mudanças ocasionadas pela Revolução Verde impactaram significativamente no modo de viver, de ser, e de fazer a agricultura. O modo camponês, que provia primeiramente a produção de alimentos e cujo foco principal era a reprodução social da família, foi sendo substituído, aos poucos, pela chamada agricultura moderna, que se caracterizava pela mecanização agrícola, uso de adubos, venenos e sementes

⁹Segundo Guimarães (1977, p. 3), a estratégia de modernização conservadora, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária.

melhoradas (GORGEN, 2004) e pela disseminação das monoculturas. Schultz (1964) afirma que a ausência de desenvolvimento agrícola era atribuída às escassas oportunidades técnicas e às dificuldades econômicas enfrentadas nos países em desenvolvimento. A resolução do problema do desenvolvimento estaria em introduzir novos insumos e técnicas produtivas nos sistemas agrícolas, de forma a se obter alta eficiência nos resultados produtivos, em termos de aumento da produtividade da terra e da mão de obra, os fatores tradicionais (SCHULTZ, 1964).

A agricultura moderna (também denominada convencional) caracterizada pelo controle radical de pragas, doenças e ervas daninhas mediante o uso de agrotóxicos¹⁰, implica em efeitos negativos sobre a biologia do solo, o equilíbrio nutricional das plantas e o controle biológico natural. Dessa forma, a agricultura moderna impacta diretamente a preservação da biodiversidade.

A partir desse momento, fomenta-se a utilização de tecnologias externas à propriedade como maquinários pesados, nem sempre adequados à necessidade dos camponeses (ALTIERI, 2004). Essas tecnologias vieram acompanhadas de assistência técnica voltada à utilização dos ditos insumos modernos, na perspectiva de fomentar o aumento da produtividade. Para que o camponês pudesse acessar o pacote, instituiu-se o crédito bancário que financiava o plantio. Todas estas políticas de modernização da agricultura resultaram, além de outras consequências, na dependência aos bancos e consequentemente, num endividamento dos camponeses.

Desse modo, este sistema começa a apresentar evidentes e intensos sinais de esgotamento, decadência e insustentabilidade, devido a seus impactos sobre o meio ambiente, a saúde humana e a ecologia. Demanda alto custo de capital e consumo de energia, pois a base agrícola e energética foi transferida do solo (matéria orgânica) para o petróleo, um recurso escasso, caro e poluidor. É degenerador do solo e da biodiversidade, e excludor de mão de obra familiar (GORGEN, 2004). Desse modo, a agricultura moderna foi inviabilizando o modo de vida camponês.

¹⁰ De acordo com Fonseca (1997), um agrotóxico é um agente que produz um efeito adverso no sistema biológico, alterando a estrutura ou função, podendo também provocar a morte. Podem ser introduzidos deliberadamente ou acidentalmente nos ecossistemas aquáticos, prejudicando a qualidade da água e tornando-se desfavorável a preservação da vida aquática e à saúde humana. De modo geral destroem a vida aquática e tornam a água imprópria para o consumo humano. Para Zanetti (2000), o termo agrotóxico, ao invés de defensivo agrícola, passou a ser utilizado no Brasil para denominar os venenos agrícolas após mobilização da sociedade civil organizada. Não se trata de somente mudar a terminologia, mas colocar em evidência a toxicidade destes produtos ao meio ambiente e a saúde humana.

Ainda, contribuiu para essa inviabilidade, a substituição do trabalho braçal e artesanal pela mecanização pesada, nem sempre adequada ao porte das propriedades camponesas. A expansão das monoculturas reduziu o uso de mão de obra, levando ao êxodo rural. Ocorreu também a concentração de terras devido ao endividamento dos camponeses.

A produção voltada para exportação tornou os camponeses dependentes do mercado externo. A expansão das *commodities* diminuiu a produção diversificada nas propriedades, atingindo, sobretudo a de alimentos para o autoconsumo das famílias. A agricultura passou a depender cada vez mais dos bancos e dos financiamentos para produzir. Essa dependência ao sistema financeiro gerou um alto endividamento dos camponeses. Toda assistência técnica direcionava-se a vender o pacote e os insumos da Revolução Verde (GORGEN, 2004).

Ao chegar nesse processo de mudança estrutural, a própria agricultura tem um importante papel no aprofundamento do diferencial entre as produtividades agrícolas e industriais. Ou seja, a modernização industrial estava intimamente correlacionada com a contribuição da agricultura no processo de desenvolvimento econômico, que assumiu um papel de fornecedora de matéria prima para a indústria. Para Johnston e Mellor (1961) esse encadeamento entre agricultura e os outros setores da economia é oriundo das cinco funções básicas atribuídas à agricultura naquele momento, como apresentado a seguir:

Quadro 01 - Funções básicas da agricultura e suas finalidades

| Funções básicas da agricultura | Finalidade da função |
|---|--|
| Liberar mão de obra para ser empregada na indústria e evitar a elevação dos salários pagos | Para não comprimir a taxa de lucro e garantir a acumulação contínua de capital |
| Fornecer alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial | Para atender a crescente demanda advinda do processo de desenvolvimento e da intensificação da urbanização |
| Gerar divisas externas via exportação de produtos agrícolas (em especial <i>commodities</i>) | Para financiar o desenvolvimento e adquirir importações |
| Transferir poupanças para inversões na indústria; | Para a implementação da infraestrutura econômica e social |
| Gerar mercados para bens industriais | Para complementar os mercados urbanos. |

Fonte: Johnston e Mellor (1961). Organização própria

Essas mudanças na agricultura atenderam aos interesses econômicos do modelo adotado, pois foram transferindo a renda da agricultura para a indústria, mudando o

padrão de desenvolvimento para um modelo produtivista. Efetivamente, estas cinco funções foram norteadoras da implantação da Revolução Verde no campo.

Conforme Zamberlan (2012), além destes fatores, a Revolução Verde trouxe efeitos nocivos à população. Ocorreu o aumento da contaminação e envenenamento do solo, ar e água; desequilíbrio natural dos ecossistemas por erosão, desequilíbrio do solo e eliminação de diversas espécies e inimigos naturais dos insetos causadores de doenças agrícolas. Também reduziu sensivelmente a flora microbiana do solo, criando maior dependência aos químicos, provocando altos custos de produção pela perda da fertilidade dos solos, da biodiversidade e pelo aumento da resistência das pragas. Em suma, concentrou rendas e deteriorou as condições de trabalho, com êxodo rural, baixos salários, instabilidade de emprego e aumento de intoxicações e de doenças. Neste pacote moderno, insere-se a monocultura do tabaco (*Solanum tabacum*) pela qual os camponeses são subordinados a referida cadeia produtiva que se dá sob um sistema integrado de produção. Iniciaremos realizando uma contextualização histórica da produção do tabaco e da realidade do município de Santa Cruz do Sul, que será tratado na seção seguinte.

2.2 A PRODUÇÃO DE TABACO EM SANTA CRUZ DO SUL: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

O município de Santa Cruz do Sul está localizado na região conhecida como Vale do Rio Pardo, na mesorregião do Centro Oriental Rio-Grandense, na encosta inferior do nordeste do estado do Rio Grande do Sul, a 155 km de Porto Alegre. Possui área de 733,409 km². Sua população atual, conforme o IBGE (2010) é de 126.084 habitantes, cuja densidade é de 161,40 habitantes por km². Localiza-se a uma altitude de 73 metros em relação ao mar e possui clima subtropical (IBGE CIDADES, 2015).

O referido município foi emancipado de Rio Pardo em 1877, à época com 10.000 habitantes (PREFEITURA DE SANTA CRUZ DO SUL, 2015). É um dos principais núcleos da colonização alemã do Rio Grande do Sul. A colônia foi fundada por lei provincial em 1847. Os primeiros habitantes do lugar vieram das regiões do Reno e da Silésia localizadas no ocidente Europeu, em 1849.

As terras ocupadas pela colônia de Santa Cruz do Sul foram cedidas pelo governo imperial através da Lei de incentivo à imigração estrangeira, de 1848. Os imigrantes se estabeleceram na Colônia Picada Velha, hoje conhecida como Linha Santa

Cruz (MONTALI, 1979). A povoação iniciou em 1849, no local então chamado Faxinal de João Maria, em terras do Barão de Cambai, com a instalação de cinco famílias alemãs.

A região logo se tornou um centro da produção de fumo, pois nesse período o imigrante português Albino Souza Cruz, transfere sua fábrica de cigarros do Rio de Janeiro para Santa Cruz do Sul. Neste local se consolida a cadeia do tabaco, junto aos imigrantes europeus, instalados em pequenas colônias de áreas reduzidas, situadas nas encostas gaúchas e movidas pelo trabalho familiar (ALMEIDA, 2005). A produção do fumo passou de 14 toneladas em 1859 para 1.552 toneladas em 1881, tornando-se o principal produto para a exportação, com 95% de sua safra exportada para outras localidades (MONTALI, 1979).

Atualmente, o maior polo nacional de beneficiamento do tabaco está localizado no município de Santa Cruz do Sul, e por isso, é considerado capital do tabaco no Brasil. Além disto, o município também é o 5º maior produtor de tabaco do estado do Rio Grande do Sul, sendo que os quatro primeiros são Venâncio Aires, Canguçu, São Lourenço do Sul e Candelária. Nos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz e Rio Pardo, a cadeia produtiva do tabaco é a principal fonte de renda e arrecadação de impostos (SANTA CRUZ DO SUL, 2015).

Conforme a tabela a seguir, é possível identificar que houve uma pequena diminuição no número de propriedades produtoras de tabaco nas últimas safras, bem como uma diminuição na área plantada. Em contrapartida, a produção por hectare aumentou.

Tabela 02 - Produção de Tabaco em Santa Cruz do Sul nas safras 2012 a 2014.

| SAFRA | PROPRIEDADES | HECTARES | PRODUÇÃO T |
|--------------|---------------------|-----------------|-------------------|
| 2012/2013 | 3.877 | 7.200 | 14.601 |
| 2013/2014 | 3.812 | 6.600 | 14.900 |

Fonte: Sinditabaco (2014). Organização própria.

Ademais, as propriedades de Santa Cruz do Sul, em sua maioria, apresentam área menor que 50 hectares, fato esse que caracteriza a região com predomínio de camponeses. Prevaecem propriedades de 20 ha a 50 ha, representando 36% do total, conforme pode ser observado a seguir:

Tabela 03 - Estrutura Fundiária de Santa Cruz do Sul em 2006 - hectares, porcentagem e área.

| HECTARES | Área (%) | Área (hectares) |
|-----------------|-----------------|------------------------|
| De 0 a 0,2 | 3,31 | 1550 |
| De 0,2 a 10 | 14,32 | 6.925 |
| De 10 a 20 | 33,31 | 16110 |
| De 20 a 50 | 36,24 | 17531 |
| Mais de 50 | 12,82 | 6.200 |
| TOTAL | 100 | 48.316 |

Fonte: IBGE (2006). Organização própria.

O tabaco é uma das principais lavouras temporárias cultivadas no município de Santa Cruz do Sul, atingindo o percentual de 66,19% no que se refere ao valor de produção e ocupando mais de seis mil hectares, conforme tabela a seguir.

Tabela 04 - Principais lavouras temporárias de Santa Cruz do Sul: Área plantada, quantidade produzida, valor da produção no ano 2014.

| Lavoura temporária | Área plantada | Quantidade produzida-toneladas | Valor da produção | Valor da produção percentual |
|----------------------------|----------------------|---------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| Alho | 4 | 16 | 112 | 0,06 |
| Amendoim (em casca) | 30 | 30 | 90 | 0,05 |
| Arroz (em casca) | 1.620 | 9.720 | 6.318 | 3,53 |
| Batata-doce | 160 | 2.560 | 3.072 | 1,72 |
| Batata-inglesa | 190 | 1.020 | 1.422 | 0,8 |
| Cana-de-açúcar | 150 | 4.500 | 540 | 0,3 |
| Cebola | 45 | 270 | 540 | 0,3 |
| Feijão (em grão) | 450 | 375 | 1.260 | 0,7 |
| Fumo (em folha) | 6.554 | 14.091 | 118.364 | 66,19 |
| Mandioca | 900 | 18.000 | 26.550 | 14,85 |
| Melancia | 10 | 100 | 50 | 0,03 |
| Melão | 10 | 50 | 75 | 0,04 |
| Milho (em grão) | 9.000 | 35.100 | 14.391 | 8,05 |
| Soja (em grão) | 2.000 | 4.800 | 5.040 | 2,82 |
| Tomate | 16 | 280 | 980 | 0,55 |
| Trigo (em grão) | 20 | 42 | 21 | 0,01 |
| Total | 21.159 | | 178.825 | 100 |

Fonte: IBGE (2014). Organização própria.

A despeito dos problemas todos que a cadeia produtiva do tabaco provoca, a região fumicultora apresenta PIB elevado e em grande parte oriundo desta cadeia de produção. O PIB dobrou dos anos 2006 a 2010 e é ainda quase o dobro comparado ao PIB do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil. Outro fator que corrobora com os índices de PIB é a *Renda Per Capita*. Ademais, a região fumicultora apresenta elevados

valores de produção e PIB *per capita* nos municípios com base produtiva no tabaco, conforme tabela 05.

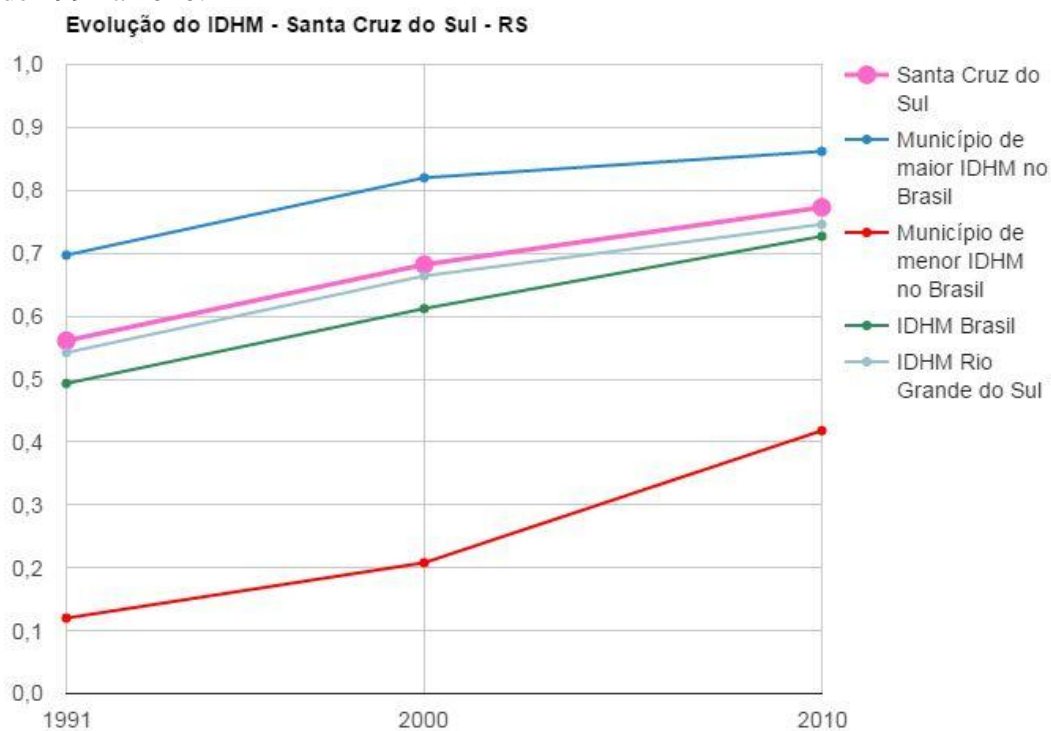
Tabela 05 – PIB *Per capita* de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul e Brasil, ano 2010.

| Unidades da Federação e Brasil | <i>Per capita</i> (R\$) 2010 (1) |
|--------------------------------|----------------------------------|
| Brasil | 19 766,33 |
| Rio Grande do Sul | 23 606,36 |
| Santa Cruz do Sul | 40 671,53 |

Fonte: IBGE Cidades (2015).

Entretanto, segundo Freitas (2015), a questão econômica não se reflete em melhorias nas condições de vida dos fumicultores, pois poucas famílias conseguiram transformar este crescimento econômico em desenvolvimento humano e melhoria nas suas condições de vida. Isso pode ser evidenciado, se compararmos o PIB per capita e o IDH ao nível municipal, estadual e nacional, relacionando a tabela 05 e o gráfico 01. Enquanto o PIB per capita de Santa Cruz do Sul é praticamente o dobro se comparado ao do Estado e do Brasil, o IDH mostra-se apenas um pouco superior às médias do Rio Grande do Sul e Brasil.

Gráfico 01 - Índice de Desenvolvimento Humano do município de Santa Cruz do Sul – de 1991 a 2010.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015).

Esses dados são relevantes, pois ajudam a entender que a geração de riqueza com a produção fumicultora no RS não se reflete no desenvolvimento humano dos municípios. Neste sentido, Freitas (2015) auxilia nesta discussão afirmando que se forem confrontados os valores de produção e a quantidade de tabaco produzida com o Índice de Desenvolvimento Humano de 2000 e 2010, “percebe-se que não há uma sistemática proporcional entre produção e desenvolvimento, ou seja, quanto maior o valor de produção e a quantidade de fumo em folha produzido maior o IDH” (FREITAS, 2015, p. 26).

Por sua vez, cabe destacar que as principais indústrias de tabaco do Brasil, conforme lista no quadro a seguir, estão presentes em Santa Cruz do Sul/RS, onde se beneficia toda a produção da região Sul do Brasil.

Quadro 02 - Indústrias fumageiras presentes em Santa Cruz do Sul

| |
|--|
| Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda. |
| ATC – Associated Tobacco Company (Brasil) Ltda. |
| Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos S.A. |
| China Brasil Tabacos Exportadora S.A. |
| CTA – Continental Tobaccos Alliance S.A. |
| Industrial Boettcher de Tabacos Ltda. |
| Intab - Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda. |
| JTI Kannenberg Comércio de Tabacos do Brasil Ltda. |
| Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda. |
| Premium Tabacos do Brasil S.A. |
| Souza Cruz S. A. |
| Tabacos Marasca Ltda. |
| Tabacos Novo Horizonte Ltda. |
| Unifumo Brasil Ltda. |
| Universal Leaf Tabacos Ltda. |

Fonte: Sinditabaco (2015). Organização própria.

Dentre estas indústrias a Souza Cruz é a líder em participação de mercado no país. Já no município em questão, quanto à arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e serviços (ICMS), a Philip Morris é responsável por 54% da arrecadação e a Universal Leaf Tabacos ocupa a segunda colocação, representando 10,6% da arrecadação municipal (SANTA CRUZ DO SUL, 2015). Ou seja, aproximadamente 65% do ICMS gerado no município é decorrente da cadeia produtiva do tabaco.

Ademais, a produção de tabaco no município de Santa Cruz do Sul, além de ser a principal atividade agrícola também é responsável por gerar muitos empregos na indústria. Santa Cruz do Sul é o segundo município com maior criação de empregos no Estado do Rio Grande do Sul no ano 2015, de acordo com os dados do Cadastro

Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgados pelo Ministério do Trabalho. O município está atrás apenas de Porto Alegre, com 4, 5 mil novos postos de trabalho criados em março de 2015. Já no ranking nacional, o referido município foi considerado o terceiro maior gerador de oportunidades entre janeiro e agosto de 2015. A indústria do fumo, carro-chefe da economia local, é o setor onde surge o maior número de oportunidades (GAZETA DO SUL, 2015).

A presença das indústrias do fumo na vida socioeconômica do município e da região é constante, especialmente oferecendo apoio técnico, financeiro e programas sociais para os fumicultores. O Instituto Souza Cruz, realiza ações sociais no sentido de desenvolver programas voltados a educação de jovens para a agricultura sustentável. Desde o ano 2000, vem realizando dois programas: Programa Novos Rurais e Programa Empreendedorismo do jovem rural onde o foco principal é a participação dos jovens. O objetivo de tais programas é que “a verdadeira educação deve permitir aos agricultores familiares conhecer e despertar suas potencialidades. O Instituto Souza Cruz entende que o meio rural é muito mais do que um espaço de produção agrária”. Ademais, tem uma parceria com o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR), que trabalha no sentido de formar os jovens como protagonistas e empreendedores nas suas comunidades. Além disto, trabalha em muitas escolas o projeto hortas escolares (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2015). Há que se ressaltar que estes programas desenvolvidos por este instituto voltados a diversificação não mudam a relação existente entre os fumicultores e indústria, onde os primeiros, simplesmente se submetem as regras impostas.

Outra entidade que realiza ações sociais é a Afubra, que além de oferecer seguro para as lavouras em caso de granizo e vendaval, desenvolve um programa chamado Verde é Vida, no qual desde 1986, desenvolve campanhas de educação ambiental com distribuição de árvores nativas com objetivo de sensibilizar a comunidade sobre a preservação ambiental (AFUBRA, 2015).

Colaborando com a manutenção do jovem no campo está a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC) que recebe recursos financeiros do Sinditabaco, Afubra e UNISC, no sentido de promover uma educação voltada para a realidade da região. A própria escola, que fez parte desta pesquisa, resalta que a parceria com essas entidades é de cunho financeiro, desde que se mantenha a autonomia da EFA sobre o currículo escolar e as ações desenvolvidas. Este assunto será melhor aprofundado no capítulo 4, na seção 4.1.2.2 deste capítulo.

Levando em conta essas ações desenvolvidas, pode-se afirmar que, há um sistema de trocas e lealdades entre a maior parte dos fumicultores e a indústria. As ações das empresas são no sentido de apresentar ações de distribuição de mudas de árvores, financiar programas sociais, estar presente nas escolas, distribuir material escolar. Mas, essas ações não mudam a relação que tem as fumageiras com os fumicultores, ou seja, permanece intocável a cadeia produtiva do tabaco e o sistema integrado de produção e todas suas amarras contratuais.

Entretanto, existe também um conjunto de iniciativas locais, regionais e nacionais de diversificação ao cultivo do tabaco. Inicialmente, nos parece que são as próprias famílias que ao se confrontarem com os problemas causados pela cadeia produtiva do tabaco, buscam soluções para estes problemas. Estas famílias partem de ações concretas realizadas a partir de ações individuais ou coletivas, como as desencadeadas pelo MPA, EFA, CAPA. Essas ações concretas são fruto da reflexão cotidiana a partir da capacidade de agência dos camponeses, pois eles sentem-se parte do processo e buscam de forma conjunta ampliar cada vez mais sua autonomia produtiva e garantir sua reprodução social com qualidade de vida. A autoconfrontação e a capacidade de agência são fortalecidas pelas projeções internacionais de redução mundial de consumo já anteriormente mencionado. Esta redução do consumo mundial obedece à disseminação de ações que evidenciam os riscos para a saúde dos produtos derivados do tabaco – tabagismo, tabagismo passivo, uso de agrotóxicos, doença folha verde, etc.

Vários pesquisadores realizaram trabalhos sobre os reflexos do tabaco na região de Santa Cruz do Sul. O estudo de Etges (1991) procurou entender o movimento realizado pela expansão do cultivo do fumo no Sul do Brasil e sua articulação com a igual expansão do setor industrial. Em outro estudo mais recente, Etges (2006) destacou os danos causados pela produção de fumo ao meio ambiente e à saúde humana, afirmando que há um impacto causado pela cultura do tabaco ao ecossistema e à saúde da população envolvida no processo de cultivo desta planta. Considera ainda que há uma grande vulnerabilidade à qual a região está exposta, pois aproximadamente 45% da população da região vive no meio rural, dedicando-se principalmente a produção de tabaco. Portanto, segundo Etges (2006), é urgente que sejam propostas e viabilizadas políticas de incentivo à diversificação da economia da região. Outra questão que Etges (2006) aponta em seu trabalho é que, para discutir o desenvolvimento da região, é

urgente que se amplie a participação dos produtores na renda gerada nesta produção, além de impor limites ao uso indiscriminado de agrotóxicos no processo produtivo.

Ainda em relação aos impactos sobre a saúde, para além do que já foi mencionado no capítulo 2, Almeida (2008) afirmou que o trabalho realizado pelos fumicultores no cultivo do tabaco é considerado uma servidão moderna, pois a maneira perversa como são incluídos os fumicultores (sem a garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais) afeta a estrutura tradicional das relações humanas dos agricultores que trabalham em regime familiar.

Outro trabalho relevante que estudou a Convenção - Quadro para Controle do Tabaco foi o de Mengel (2011), que analisou como os objetivos e estratégias iniciais da CQCT voltados para a fumicultura estão sendo traduzidos para o Brasil. Neste sentido, o autor analisa como tais objetivos influenciam as estratégias dos atores da cadeia produtiva do tabaco e como as disputas entre estes atores influenciam essa tradução. Constatou que a CQCT modificou as relações entre os atores da cadeia produtiva, propiciando o fortalecimento da rede anti-integração. Observou ainda, que os atores de tais redes aproximam-se de diferentes setores do governo e que tal aproximação influencia a prioridade destes setores para com os objetivos da CQCT relativos à fumicultura.

Para entender o contexto em que se realiza o modelo de integração, Rudnicki (2012) estudou as relações estabelecidas entre os agricultores e os atores envolvidos no Sistema Integrado de Produção do tabaco (SIPT) na cadeia produtiva do tabaco no Rio Grande do Sul. Para isso, analisou as relações de confiança, a partir dos contratos, formais e informais, firmados entre as empresas e os agricultores, tendo em vista a realidade socioeconômica e político em que se encontram tais relações. O estudo apontou que o sistema de governança atual, calcado no SIPT, vem sendo firmado a partir de contratos informais, e os incentivos de colaboração das partes têm sido permeados por comportamentos oportunistas, tendo em vista fatores como a assimetria de informações e os sistemas de incentivos baseados em sanções.

Silveira (2014) analisou o processo de diversificação produtiva da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul. Esta pesquisadora, com base nos dados do Núcleo de Pesquisa Social (NUPES) da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC observou que nos fumicultores pesquisados naquela ocasião, não haveria diversificação produtiva expressiva. Os agricultores analisados demonstraram especialização produtiva e alta

integração aos mercados. Mas a pesquisadora ressalta que não teve acesso aos dados referentes ao autoconsumo, dado este de suma importância para o estudo em questão.

Outro estudo realizado por Gomes (2014) analisou a operacionalização do mercado institucional de alimentos no contexto da Região Vale do Rio Pardo, através de um estudo de caso na Cooperativa Leoboqueirense de Agricultores Familiares (COOPERLAF). Neste estudo, o autor observou que os mercados institucionais do PAA e PNAE são uma alternativa para diversificação do cultivo de tabaco, bem como uma ferramenta para fortalecimento do campesinato. Constatou que a inserção dos agricultores familiares no mercado institucional de alimentos através da COOPERLAF tem proporcionado um processo de recampesinização, na medida em que se verifica nos entrevistados um aumento na produção de alimentos para autoconsumo, uma maior diversificação produtiva, a construção social de mercados através da venda direta e, conseqüentemente, maior autonomia em relação à produção de tabaco.

Freitas (2015) realizou uma pesquisa no sentido de compreender como um processo de diversificação possibilita às famílias fumicultoras expandirem seus conjuntos capacitatórios através dos seus meios e percepções de vida, criando, então, estratégias de sobrevivência e superação de um contexto de vulnerabilidade social. Nesta pesquisa, a autora conseguiu comprovar que as famílias menos dependentes da Cadeia Produtiva do Tabaco, ou seja, as famílias mais diversificadas apresentaram melhores condições de vida que as especializadas.

Chimini (2015) realizou um estudo de caso no município de Agudo. Através da mobilização do PAA, a pesquisadora investigou como esta política pública melhorou a vida das mulheres e conseqüentemente da família camponesa produtora de tabaco. Ao exercer seus papéis de mãe e de esposa, essas mulheres representam formas de resistência, através da produção diversificada de alimentos e sem agrotóxicos. Concluiu ainda que a mulher tem papel fundamental na produção de autoconsumo, e ao produzir excedentes, também gera renda para a família, além de priorizar uma agricultura que preza pela saúde da família e pela vida.

Todos estes estudos foram realizados no sentido de entender como funciona a cadeia produtiva do tabaco e suas conseqüências para a vida das famílias envolvidas. No que se refere a este trabalho, pretende-se entender a reação dos camponeses, de como eles reagem ou se adaptam aos riscos produzidos por esta cadeia produtiva. Para tanto trataremos na seção seguinte de entender como se deu o início do plantio do tabaco na referida região e quais as conseqüências disto para todos atores envolvidos.

2.3 CADEIA PRODUTIVA DO TABACO: UMA FACETA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Antes de caracterizarmos a monocultura do tabaco no âmbito da Revolução Verde, nos parece pertinente tratar, mesmo que brevemente, da evolução do cultivo do tabaco. Existem vários relatos acerca do início do plantio e do uso do tabaco, no entanto, não é possível ter uma precisão temporal relacionada ao seu surgimento. Frozza et al. (1998) afirmam que o cultivo e o uso desta folha datam de mais de quatro mil anos nas regiões da América do Norte e Central, onde hoje se situam o México e a Guatemala. Os Maias teriam iniciado o seu plantio, sendo a folha empregada em seus rituais. Já os Astecas usavam-na com fins medicinais no tratamento de úlceras e outras pústulas¹¹. Os sacerdotes, através da inalação de sua combustão, acreditavam aproximar-se dos deuses (DESER, 2003).

A expansão territorial da folha teria ocorrido pela migração dos Maias, pois, quando a faziam, carregavam sementes do tabaco. Desta forma, outros povos da América do Norte e do Sul teriam aprendido a lidar com o produto. A maneira de saborear o tabaco era, geralmente, através do cachimbo, ou ainda, através de cigarros enrolados a partir de folhas secas (VOGT, 1997). Segundo o autor, os maias levavam os cigarros de folha seca em suas viagens e teriam presenteado Colombo ao chegar a San Salvador (El Salvador) no ano de 1492.

Quando se observa a dimensão do complexo fumageiro atual, seja no Brasil, seja no mundo, é raro fazer relação entre as suas origens e o descobrimento da América. No entanto, as expedições marítimas de Cristóvão Colombo e sua chegada ao Novo Mundo, em 1492, além das viagens portuguesas que culminaram no descobrimento do Brasil, em 1500, foram o fundamento para o direcionamento do tabaco americano para a Europa que, em intenso ritmo comercial pré-capitalista, passou a consumi-lo em quantidades crescentes. Segundo Rudnicki (2012, p. 26) “com as viagens dos colonizadores pelo Oceano Atlântico, o tabaco chegou à praticamente todos os continentes. Na África, levado pelos colonizadores, o cultivo se expandiu com facilidade e passou a ser muito utilizado em rituais religiosos”.

No território brasileiro foi cultivado por índios, ao longo do litoral, sobretudo os Tupi-guaranis, que tiveram contato com a planta em suas migrações pela América. O tabaco foi apresentado aos primeiros colonos portugueses nas relações de escambo que

¹¹Pústulas são lesões pequenas, inflamadas, cheias de pus e semelhantes a uma bolha na superfície da pele.

mantiveram, devido ao seu elevado valor de uso e cerimonial (DESER, 2003). O desfrute das sensações de prazer ocasionadas pelo uso do tabaco torna-se objeto de cobiça humana e fonte de riqueza para as coroas (PINHEIRO; LUZ, 1998).

O tabaco passou a ser um produto caro e escasso cultivado com fins comerciais, sobre o qual incidiram pesados impostos, tornando-se um excelente capital e moeda de troca. No período colonial torna-se um dos pilares do capitalismo comercial e um dos principais meios de aquisição de escravos oriundos do continente africano. O Brasil ostenta até hoje, no brasão oficial da república, a rama de fumo que já no estandarte imperial simbolizava a relação de poder mantida pelos senhores do tabaco e os senhores do Estado (PINHEIRO; LUZ, 1998).

As lavouras, no Brasil, inicialmente estabeleceram-se no Recôncavo Baiano, devido às necessidades climáticas da planta (temperatura ideal entre 17° e 27°, presença da umidade e solo arenoso ou argiloso). Logo depois, as lavouras chegaram a Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Maranhão e, posteriormente, ao Rio Grande do Sul, quando houve a chegada dos imigrantes alemães. Em 1903, o imigrante português Albino Souza Cruz funda, no Rio de Janeiro/RJ, sua fábrica de cigarros, que foi transferida para Santa Cruz do Sul, em 1917. Neste local, a produção de tabaco se consolida junto aos imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos (com ênfase particularmente nas colônias de São Leopoldo e Santa Cruz do Sul), instalados em pequenas colônias, de pequenas áreas, situadas nas encostas gaúchas e movidas pelo trabalho familiar (PINHEIRO; LUZ, 1998).

A produção de tabaco se consolida, conforme Spies (2000), quando a fumageira Souza Cruz iniciou suas atividades no referido município. A empresa, ao mesmo tempo, principiou o sistema integrado, no qual os produtores, sem recursos desde o embarque em seus países de origem (sobretudo imigrantes vindos da Alemanha), foram incentivados, através de financiamentos e garantia de compra, a plantar o fumo, como alternativa de renda.

Inicialmente, o processo produtivo do tabaco era natural, produzido sem quaisquer aditivos químicos. Sua secagem dava-se em galpões e estufas. Este modo sobrevive até a introdução de novas tecnologias que culminam com o início da era do capital industrial, na década de 1960, quando se dissemina a Revolução Verde no campo (ALMEIDA, 2005). A partir deste período, a variedade Virgínia se dissemina no Brasil cuja característica é de secagem em estufas aquecidas a lenha, com o uso de venenos para combater os insetos e de herbicidas para manter as lavouras livres de

concorrência com outras plantas. Estes químicos melhoram a qualidade, textura e cor do fumo, destinado especialmente para a exportação (DESER, 2003). Assim, a indústria fumageira inicia um processo massivo de ampliação de área plantada e por intermédio da assistência técnica, incentiva os camponeses a utilizar o pacote tecnológico para a produção do tabaco. Mais recentemente, incentiva a implantação de estufas elétricas para melhorar a qualidade do tabaco e diminuir a penosidade do trabalho.

No final dos anos 1960, com a independência da Rodésia (hoje Zimbábue), e em consequência do boicote dos compradores europeus ao tabaco produzido naquele país, o Brasil começou a expandir a cultura e a exportar em maior quantidade. Nos anos 1980, aproveitando-se de alterações no rearranjo do mercado internacional de fumo e implementando incentivos governamentais, o país tornou-se o segundo maior produtor e, desde 1993, mantém a liderança mundial nas exportações de fumo em folha (DESER, 2003).

Apesar do crescimento da produção e exportação de tabaco no Brasil, e considerando as diversas consequências sobre a saúde humana, seja para os fumantes, ou para produtores de tabaco e, conseqüentemente, o aumento na ocorrência de doenças, o governo nacional, na data de 27 de outubro de 2005, ratificou o acordo da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) no sentido de facilitar o amplo acesso da população a programas de educação e conscientização sobre os riscos que o consumo e a exposição à fumaça do tabaco acarretam à saúde.

A Convenção-Quadro é considerada o primeiro tratado internacional de saúde pública, proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e representa um instrumento de resposta dos 192 países membros da Assembleia Mundial da Saúde à crescente epidemia do tabagismo no mundo todo. A CQCT foi adotada pela Assembleia Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003 e entrou em vigor em 27 de fevereiro de 2005. Desde então é o tratado que agregou o maior número de países na história da OMS (INCA, 2015).

O objetivo da Convenção-Quadro é “proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco” (artigo 3º). Considerada um marco histórico na questão de saúde pública mundial, determina adoção de medidas intersetoriais nas áreas de propaganda, publicidade, patrocínio, advertências sanitárias, tabagismo passivo, tratamento de fumantes, comércio ilegal e preços e impostos (INCA, 2015).

O Brasil representa uma liderança importante no controle do tabagismo e coordenou o processo de elaboração da Convenção-Quadro durante os anos 1999 e 2003. Já em 27 de outubro de 2005 foi formalmente ratificada a adesão do Brasil pelo Senado Federal. Desde então, a implementação das medidas da CQCT passou pela Política Nacional de Controle do Tabaco. Para tanto, cabe a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq), articular a organização e implementação de uma agenda governamental intersetorial para o cumprimento das obrigações previstas no tratado (INCA, 2015).

Segundo a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), a CQCT propõe, através de ações concertadas, proteger o público em geral e as crianças em particular, contra a exposição aos produtos do tabaco. Trata, também, de promover a troca de informações em nível nacional e internacional, atacar o problema dos preços, colocar um fim ao contrabando e promover ambientes sem tabaco, incentivando a reconversão do cultivo do fumo. O tratado reconhece e indica o controle do tabagismo como prioridade de saúde pública, prioridade social e econômica (SAF, 2007).

O documento da CQCT prevê ainda que os países deverão dar apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de alternativas economicamente viáveis, para os fumicultores. Esse apoio se faz necessário, pois as previsões demonstram que a partir das ações da CQCT, haverá uma diminuição gradual no consumo do tabaco no mundo. No ano 2012, houve um consumo de 6.419 bilhões de unidades de cigarro e em 2013 caiu para 6.208 bilhões de unidades. Apesar destas medidas, vários países no mundo ampliaram sua produção, principalmente o continente africano. Já o Brasil tinha exportado 627 mil toneladas em 2013 e em 2014 exportou somente 415,3 mil toneladas (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2014). Assim sendo, ou haverá uma diminuição na produção de tabaco no Brasil, ou os fumicultores correm o risco de terem problemas na comercialização e no preço de sua produção, pela lei de oferta e procura¹².

Dois artigos da Convenção Quadro para Controle do Tabaco, em especial, o 17 e o 18, atentam à produção do tabaco, enfocando os produtores e o meio ambiente. O artigo 17 trata do apoio a atividades alternativas economicamente viáveis à cultura do tabaco:

¹²Na Revista Anuário Brasileiro de Tabaco (2014), o presidente do Sinditabaco, explica que na safra 2014/2015 haverá estoques mundiais remanescentes de 2014, o que pode reduzir a pressão de compras em nível mundial nesta safra.

As partes em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda a alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte (BRASIL, 2011, p. 44).

Já o artigo 18 trata da proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas:

Em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as Partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente (BRASIL, 2011, p. 44).

Os artigos 17 e 18 da CQCT são de fundamental importância, no Brasil em especial, uma vez que o país possuía 182.970 mil famílias fumicultoras em 2014. Isso tornou o país maior exportador de fumo em folha desde o ano 1993 (Anuário Brasileiro do Tabaco, 2014). Os números da produção e da exportação comprovam a representatividade econômica deste produto, como podemos visualizar na tabela a seguir. Em quantidade de produção de tabaco, só perde para a China, que é também o maior importador do tabaco brasileiro, e consome 75% do tabaco produzido no mundo. Em 1999, a região Sul, exportou um volume de 334 mil toneladas, o que significou US\$ 895 milhões. Já em 2012, o montante exportado foi de 633 mil toneladas, que rendeu US\$ 3.211 bilhões. Do volume total exportado, referente ao ano de 2012, a produção de tabaco no Rio Grande do Sul foi responsável por 12,9% ¹³ das exportações (TRABALHO E RENDA, 2013).

¹³ Dados da Revista “*Tabaco no Sul do Brasil: tradição e renda*”, ano de 2013.

Tabela 06 - Dados sobre área plantada, produção e exportação, safra Região Sul do Brasil.

| Safra Sul do Brasil | Área plantada hectares | Produção Toneladas | Exportação Toneladas |
|----------------------------|-------------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| 1984/85 | 170.899 | 312.103 | 174.921 |
| 1985/86 | 188.622 | 314.623 | 154.377 |
| 1986/87 | 204.741 | 326.511 | 158.173 |
| 1987/88 | 184.975 | 348.657 | 182.543 |
| 1988/89 | 212.667 | 382.641 | 173.319 |
| 1989/90 | 208.334 | 360.480 | 169.781 |
| 1990/91 | 262.455 | 361.802 | 179.018 |
| 1991/92 | 285.775 | 514.532 | 237.686 |
| 1992/93 | 218.345 | 569.512 | 216.408 |
| 1993/94 | 218.345 | 396.915 | 265.024 |
| 1994/95 | 206.392 | 341.304 | 231.780 |
| 1995/96 | 229.470 | 402.159 | 258.270 |
| 1996/97 | 268.909 | 543.203 | 306.155 |
| 1997/98 | 265.812 | 403.346 | 291.125 |
| 1998/99 | 268.388 | 548.760 | 334.306 |
| 1999/00 | 251.238 | 527.750 | * |
| 2000/01 | 252.365 | 504.728 | * |
| 2001/02 | 305.551 | 762.639 | * |
| 2002/03 | 361.712 | 600.325 | 465.473 |
| 2003/04 | 407.169 | 852.488 | 589.853 |
| 2004/05 | 432.963 | 839.126 | 610.453 |
| 2005/06 | 416.398 | 774.767 | 558.642 |
| 2006/07 | 362.000 | 760.000 | 700.000 |
| 2007/08 | 354.000 | 720.000 | 686.000 |
| 2008/09 | 348.720 | 739.239 | 672.000 |
| 2009/10 | 401.703 | 668.619 | 503.000 |
| 2010/11 | 372.930 | 832.830 | 541.000 |
| 2011/12 | 327.316 | 710.500 | 633.000 |
| 2012/13 | 332.526 | 706.091 | 624.409 |
| 2013/14 | 347.423 | 735.239 | 473.088 |
| 2014/15 | 314.661 | 692.136 | ** |

Fonte: SINDITABACO (2015). Organização própria.

* não foram encontrados valores; **safra em andamento.

Já o cultivo do tabaco é realizado em unidades familiares de produção (ETGES, 2006), que neste trabalho são denominadas de camponesas. O cultivo do tabaco fixou-se na região sul do país – das 182.970 mil famílias fumicultoras em 2014, 89% (162.410), está na região Sul do Brasil – em áreas de topografia acidentada, concentrando-se em pequenas propriedades rurais. A área média das propriedades dos fumicultores é de 15,7

ha, sendo, normalmente, apenas 2,64 ha utilizados para o cultivo de fumo (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2014). Cerca de 35,1% dos fumicultores possuem áreas inferiores a 10 ha e 24,7% produzem em áreas entre 11 ha e 20 ha, sendo que 26,4% não possuem terra e trabalham em regime de parceria ou arrendamento (AFUBRA, 2015).

Santa Cruz do Sul, local do objeto empírico desta pesquisa, abriga o maior complexo industrial de beneficiamento do tabaco do mundo (VOGT, 1997). No município, são industrializadas cerca de 13.967 toneladas de fumo/ano. Quanto a sua população, 84% residem no meio urbano e tem nas indústrias fumageiras uma importante fonte de empregos (ETGES, 2006).

Conforme Etges (2006), Santa Cruz produziu 10% do tabaco da região Vale do Rio Pardo¹⁴, na safra 2000/2001. Nos mesmos anos, possuía em torno de 3.411 propriedades rurais produtoras de tabaco, com média de 2,6 hectares de tabaco, totalizando aproximadamente 6.535 hectares cultivados com tabaco. Já na safra 2013/2014, foram 3.812 famílias produtoras, numa área de 6.698 hectares, onde se produziu 14.985 toneladas de tabaco (GAZETA DO SUL, 2014).

Quanto às condições de produção, Schneider (2010 a) reforça que a moderna monocultura do tabaco expõe os camponeses a situações paradoxais. De um lado, praticam uma atividade altamente rentável e lucrativa, que apesar de demandar uso intenso de mão de obra, pode ser realizada em pequenas áreas de terra, dado o volume total produzido por área plantada. A maximização do fator trabalho representa uma vantagem comparativa frente aos demais sistemas de cultivo ou criações, gerando uma competitividade incomum aos estabelecimentos de pequeno porte voltados à produção do tabaco. Por outro lado, esta produção gera uma situação de dependência e de vulnerabilidade, que fragiliza estas famílias e gera situações de pobreza e risco (SCHNEIDER, 2010a).

A referida fragilização e dependência decorrem do fato de que a produção intensiva de fumo demanda elevada mobilização de recursos (insumos, sementes, adubos e defensivos), os quais são fornecidos pelas empresas que compram o tabaco por meio da produção integrada. Uma vez integrado, o camponês fica comprometido a entregar à empresa a produção mediante contratos. Além disto, ficam vulneráveis as condições de oferta e demanda, se a produção for maior que a demanda, os fumicultores

¹⁴A região Vale do Rio Pardo recebe este nome devido ao Rio Pardo, um dos principais rios da região central do estado do Rio Grande do Sul. É uma região formada por 23 municípios e se localiza na encosta do planalto meridional Rio-grandense.

podem receber um valor menor por arroba vendido. Outra vulnerabilidade decorre da exposição da saúde humana a situações de risco pela produção do tabaco ser intensiva no uso de agroquímicos e pelas plantas concentrarem altas taxas de nicotina que, quando manejados de forma intensiva, tendem a ser nocivas à saúde humana (SCHNEIDER, 2010a).

Zotti (2010), trata o cultivo de tabaco como uma “faca de dois gumes”. Por um lado, é economicamente importante para o país, para o Estado e para os produtores de tabaco, ao mesmo tempo em que, por outro, confere sérios problemas ambientais e de saúde tanto para quem planta, quanto para quem o consome. A autora, em suas pesquisas, verificou que alguns camponeses sentem prazer em cultivar tabaco, pois delegam a ele importantes conquistas que obtiveram e oportunidades de melhorar suas condições de vida. Outros, porém, com tristeza por não encontrarem outra maneira de se manterem viáveis no campo, continuam sentindo-se obrigados a cultivá-lo.

Nessa perspectiva, documentos do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER) apontam que o tabaco constitui-se em uma importante fonte de renda para milhares de famílias de camponeses da região Sul do Brasil. Entretanto, há problemas relacionados ao cultivo do tabaco. Entre estes, pode-se citar o tabagismo, o uso de venenos que conseqüentemente causam diversos impactos ambientais, bem como o empobrecimento das famílias, penosidade do trabalho, doenças associadas à atividade produtiva e ao uso dos venenos, a doença da folha verde¹⁵, além do elevado índice de suicídios, decorrentes das frustrações na produção e possíveis intoxicações (DESER, 2003).

Para Almeida (2005), a renda das famílias envolvidas no cultivo de tabaco, de fato, não lhes confere autonomia financeira, além de exigir muita mão de obra durante sua safra. Há um atrelamento destas famílias à indústria fumageira pelo fato de que lhes confere a “garantia de mercado”. Esse atrelamento constitui-se como um fator determinante e gera dependência das famílias a indústria fumageira.

2.3.1 Elencando as facetas da moderna monocultura do tabaco

A moderna cadeia produtiva do tabaco organiza-se dentro de um sistema de

¹⁵ A doença da folha verde é um tipo de intoxicação provocado pela absorção pela pele, da nicotina presente nas folhas de tabaco. A maior ocorrência deste tipo de intoxicação é no período de colheita, onde a alta temperatura do ambiente e do corpo dos trabalhadores, pelo esforço físico que realizam durante a colheita, pode aumentar a absorção da nicotina, aumentando sua concentração no plasma sanguíneo em até 30% a 45%. Isso se agrava quando as folhas de fumo estão molhadas, pois a nicotina é dissolvida pela umidade (DESER, 2010).

integração, o qual se considera uma das facetas da modernização. Além desta, temos a comercialização do tabaco, o qual de um lado, é um cultivo que tem a garantia de mercado, mas por outro lado, o processo de comercialização é dominado exclusivamente pelas fumageiras. Como forma de garantir a entrega dentro dos prazos contratuais estipulados, a fumageira se beneficia do aresto, um mecanismo judicial utilizado para obrigar os fumicultores a entregar sua produção. Outro fator decisivo e considerado outra faceta é a classificação do tabaco. São 42 classes na variedade Virgínia. Contudo, ainda consideramos faceta da modernização o trabalho infantil e a questão da quantidade de lenha utilizada para realizar a cura do tabaco. Ademais é um cultivo no qual se utiliza uma série de agrotóxicos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente. Todas essas facetas serão aprofundadas nas seções seguintes.

a) o sistema de integração

Os lucros das empresas fumageiras escondem a realidade que vivem as famílias produtoras (ETGES, 2006). As empresas exercem domínio sobre as famílias que se submetem às regras impostas, seja por conta dos “benefícios” de receber os insumos e só pagar após a colheita com a própria produção, seja por receberem assistência técnica. Este domínio das empresas, delimita toda ação em torno da produção, ou ainda, por terem garantia de mercado para comercializar seu produto, mesmo que este não tenha preço mínimo garantido, mas há um contrato firmado com a empresa que garante tudo isso (ALMEIDA, 2005).

Os benefícios mencionados decorrem do sistema de integração entre indústrias e fumicultores. Este sistema é adotado pelo conjunto das empresas fumageiras, ofertando os insumos (sementes, fertilizantes, venenos) como adiantamento, além do financiamento da construção das estufas (DESER, 2003). A integração realiza-se mediante um contrato de adesão entre as empresas fumageiras e o camponês, cujas cláusulas contratuais e compromissos das partes estão descritas no quadro a seguir:

Quadro 03 - Características do sistema de integração

| Compromissos/obrigações da fumageira | Compromissos/obrigações do camponês |
|--|--|
| Concessão de crédito aos camponeses para que adquiram os materiais e estruturas necessários para a produção do fumo em folha | Utilização do crédito, materiais e estruturas exclusivamente para a produção de tabaco |
| Fornecimento dos insumos necessários ao plantio do tabaco | Plantar, cuidar, colher, classificar o tabaco |
| Acompanhamento técnico de um instrutor agrícola exclusivamente para o plantio do tabaco | Seguir rigorosamente as recomendações do técnico |
| Compra garantida de toda a produção do camponês | Comercializar a totalidade da produção dentro da estimativa prevista para a fumageira |

Fonte: Almeida (2005). Organização própria.

Pelo exposto, é possível observar que a empresa integradora obriga-se a comprar do fumicultor a totalidade da produção de fumo que este cultiva. É o que chamam de “garantia de mercado”, a certeza da comercialização da safra que vem ao encontro do primeiro compromisso do fumicultor: “irrevogável e irretratável” vender dentro do prazo e nas instalações da empresa, única e integralmente à Empresa, sua produção de fumo em folha. Isso deve ocorrer nos limites da estimativa contratual, devendo respeitar a proporcionalidade de volume por posição de planta, bem como entregar a sua produção de fumo na mesma sequência da colheita, e será permitido ao produtor acompanhar a pesagem e classificação (UNIVERSAL LEAF, 2003).

Deve-se levar em conta que o tabaco é uma das únicas *commodities* agrícolas sem preço mínimo estabelecido. Portanto, mesmo tendo esta garantia de compra, isto não quer dizer que seja estabelecido um preço justo. No sistema integrado não há qualquer compromisso com preços a serem praticados. Assim, quando a produção de tabaco é alta, o preço recebido pelo agricultor geralmente é baixo. O contrário também ocorre: em caso de haver uma produção baixa, o fumicultor recebe um preço alto. Isso se deve a lei de oferta e procura que rege os mercados capitalistas de *commodities* no mundo todo.

O sistema integrado prevê a assistência técnica aos camponeses para a produção de fumo. Em contrapartida, estes garantem a venda integral e exclusiva da produção à integradora, através de contrato de compra e venda do fumo em folha. Com isso, observa-se que a assistência técnica oferecida é unicamente direcionada para o cultivo do fumo, de forma a atender os interesses das indústrias fumageiras (ALMEIDA, 2005).

Ademais, segundo Etges (2006) os insumos fornecidos às famílias com pagamento após a safra, caracterizam um negócio lucrativo às empresas, uma vez que fornecem estes insumos a preço de mercado. Como realizam a compra destes em grande

quantidade, conseguem negociar a um preço mais barato. Além disso, as aplicações de venenos são feitas de maneira preventiva, ou seja, antes mesmo de aparecer uma praga ou doença. Assim, a disponibilização antecipada do pacote agroquímico pelas fumageiras aos camponeses constitui-se numa considerável fonte de lucro para as empresas do setor (ETGES, 2006).

Levando em conta esses fatores, outra característica desta cadeia produtiva é o alto custo de produção deste cultivo, pois o tabaco é altamente dependente de insumos externos (ETGES, 2006). De acordo com Pinheiro e Luz (1998, p.155)

as fumageiras, hoje, não precisam obrigar o produtor a absorver insumos, optar por seguro ou construções de investimento, pois o fumicultor já está irremediavelmente atrelado ao esquema e seus instrutores controlam a fidelidade. Os fumicultores reconhecem que estão intoxicados e com suas vidas e de seus filhos seriamente comprometidas. Também não acreditam que seja possível produzir sem esta relação opressiva, e nem sequer acreditam que existam alternativas. Submetem-se. E a ideologia do dominador passa a ser a visão do dominado. Infelizmente este é o auge da servidão.

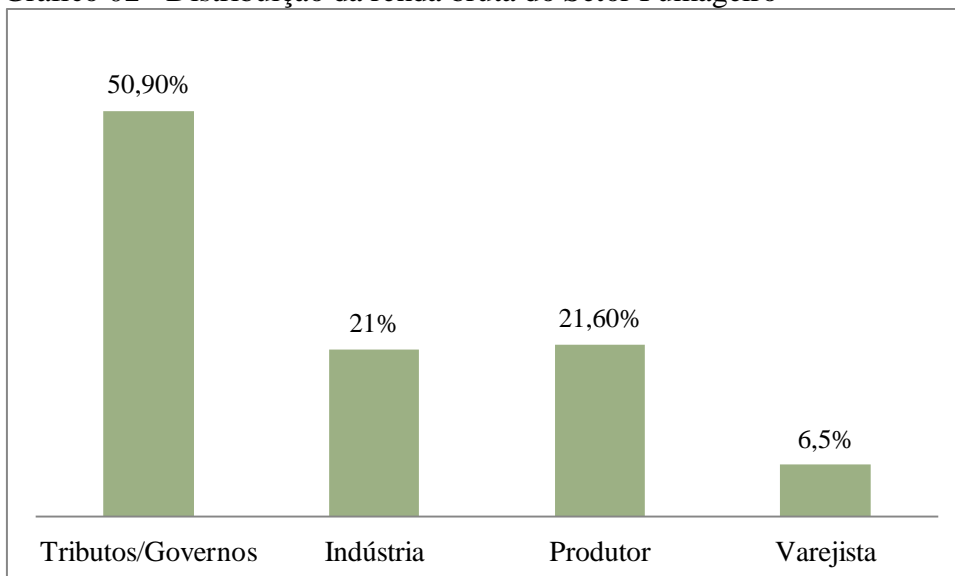
Neste sentido, a produção de tabaco, realizada por um sistema de integração, contribui com as funções atribuídas para a agricultura a partir da Revolução Verde. Os fumicultores tornam-se compradores de insumos, intermediados pelas fumageiras. Estas, por sua vez, ao intermediarem este fornecimento, ganham sua parcela de lucro que é posteriormente cobrada do fumicultor.

b) a distribuição da renda do tabaco: “quem ganha menos”?

Segundo o Deser (2010), o faturamento total do setor fumageiro, exportação e consumo doméstico, em 2009, foi de R\$ 16,9 bilhões. As exportações foram responsáveis por 87% e o consumo doméstico de cigarros representou 13%. Deste total faturado na cadeia do fumo, os impostos e tributos arrecadados pelo governo absorveram R\$ 8,4 bilhões (49% do total); a indústria, R\$ 3,04 bilhões (18%); os fumicultores, R\$ 4,5 bilhões (26,8%) e a renda do comércio varejista corresponderam a R\$ 933 milhões (5,5%) do faturamento total (DESER, 2010). No que se refere ao valor bruto total¹⁶ faturado pela cadeia na safra 2014/2015, a parte do fumicultor representa a segunda menor, perdendo apenas para o comércio varejista.

¹⁶ Valor total faturado corresponde ao valor resultante da quantidade vendida pelo preço. Ou seja, é o valor financeiro total que a cadeia gera, sem descontar os custos. Renda líquida é o valor que sobra depois de descontar todos os custos.

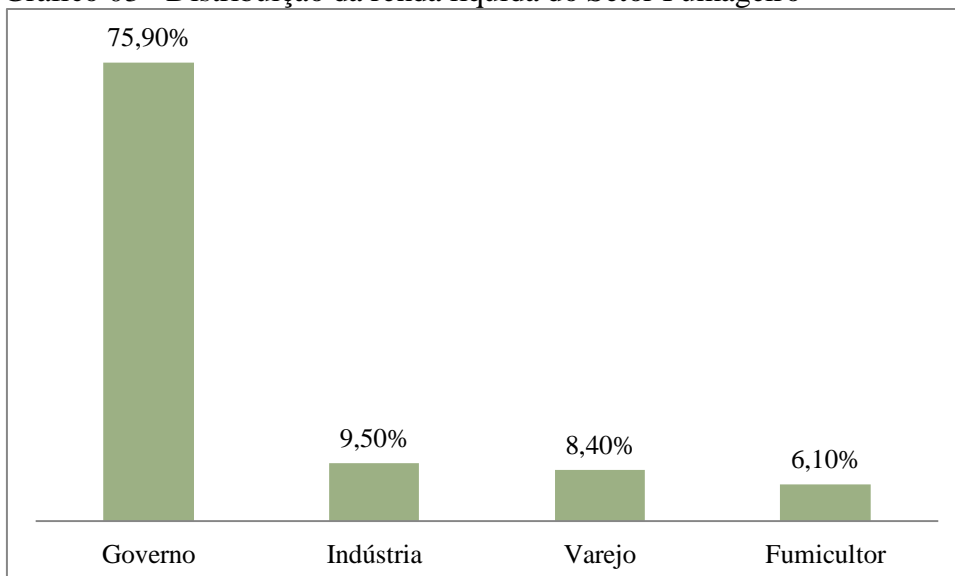
Gráfico 02 - Distribuição da renda bruta do Setor Fumageiro



Fonte: Afubra (2015). Organização Própria.

No entanto, com relação à renda líquida, o produtor de tabaco é o que absorve a menor fatia da renda gerada, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 03 - Distribuição da renda líquida do Setor Fumageiro



Fonte: DESER (2010). Organização própria.

Os resultados anuais de produção das safras demonstram que a cadeia produtiva do tabaco gera uma renda considerável. Na Safra 2013/2014 foram produzidas no Brasil, 753.239 toneladas que comercializadas geraram um valor maior de 24 bilhões (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2014).

Cabe ressaltar a desigualdade na distribuição desta renda ao longo da cadeia, pois são as famílias que realizam todo trabalho de produção do tabaco, correndo riscos

climáticos de intempéries do clima, riscos na saúde por possíveis intoxicações pelo efeito cumulativo do uso de agrotóxicos e da absorção da nicotina, bem como de doenças funcionais pelo trabalho pesado, riscos de flutuações de mercado por ocasião da venda, entre outros. Ademais, os camponeses ficam com uma fatia pequena do valor gerado, além do fato de que ao longo dos anos vem aumentando sua dependência a financiamentos, muitos deles repassados pelas próprias fumageiras.

Vale ressaltar, com base em Etges (2006, p. 11) “que em média, 66% do preço de uma carteira de cigarros corresponde a impostos”. Estes impostos incidem sobre o tabaco transformado em cigarro, que corresponde a 20% do tabaco produzido. Nos últimos anos, em torno de 80% da produção de tabaco no sul do país vem sendo exportada em folha semi processada, no qual a tributação praticamente inexistente, fazendo com que a exportação do tabaco seja responsável pelo incremento dos lucros das empresas do setor (ETGES, 2006).

Todavia, mesmo diante das evidências referentes às contradições apontadas na cadeia do tabaco, existem entidades representativas dos camponeses, inclusive a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), que reiteram que não existe cultivo que dê mais lucro em pequenas áreas como o do tabaco (AFUBRA, 2015), conforme aponta a tabela 07 a seguir:

Tabela 07 - Relação da produção das propriedades, hectares ocupados, e valor por cultivo, safra 2014/2015, Região Sul do Brasil

| Cultivo | Hectares | % Hectares | Produção kg | Valor R\$ |
|---------------------------|-------------|------------|-------------------|-----------|
| Arroz | 0,049 | 0,3 | 304 | 289 |
| Batata doce | 0,041 | 0,3 | 320 | 554 |
| Batatinha | 0,013 | 0,1 | 82 | 127 |
| Cana de açúcar | 0,09 | 0,6 | 2.707 | 354 |
| Cebola | 0,023 | 0,1 | 169 | 270 |
| Feijão | 0,278 | 1,8 | 394 | 1.048,00 |
| Fumo (Tabaco) | 2,698 | 17,6 | 6.090 | 43.431,00 |
| Mandioca / Aipim | 0,105 | 0,7 | 2.624 | 3.831,00 |
| Melancia | 0,03 | 0,2 | 759 | 486 |
| Milho | 3,443 | 22,5 | 13.220 | 5.817,00 |
| Soja | 1,193 | 7,8 | 3.053 | 3.175,00 |
| Laranja | 0,052 | 0,3 | 963 | 1.002,00 |
| Pêssego | 0,016 | 0,1 | 97 | 310 |
| Uva | 0,013 | 0,1 | 128 | 300 |
| Hortaliças | 0,016 | 0,1 | 102 | 226 |
| Outros produtos agrícolas | 0,008 | 0,1 | 51 | 315 |
| Açudes | 0,01 | 0,1 | | |
| Mata nativa | 2,405 | 15,7 | Renda tabaco = | 51,4 |
| Mata reflorestada | 1,714 | 11,2 | | |
| Pastagens | 3,104 | 20,3 | | |
| SUBTOTAL | 15,3 | 100 | 31.063 | 61.535,00 |
| CRIAÇÕES | Cabeças/un. | | Produção | Valor |
| | | | Kg | R\$ |
| Produção animal | | | 10.985 | 22.025,00 |
| Produtos granjeiros | | | 144 | 996 |
| SUBTOTAL | | | 11.129 | 23.021,00 |
| Total Geral | | | 42.192 | 84.556,00 |

Fonte: Afubra (2015). Organização própria.

Neste estudo realizado pela Afubra (2015), é evidenciado que o tabaco é o cultivo que gera mais renda por hectare plantado, se comparado a outras culturas anuais produzidas. Esse elemento colabora para a manutenção da cadeia produtiva, pois os fumicultores são induzidos a pensar que nenhum cultivo gera mais renda que o tabaco. Ao mesmo tempo em que não se expõe o fato da quantidade de mão de obra que o tabaco necessita, do tempo de trabalho necessário para realizar um ciclo produtivo de tabaco, dos insumos necessários *a priori*, antes mesmo da safra. Ao iniciar a semeadura da próxima safra, as famílias ainda estão classificando o tabaco da safra anterior em seus galpões. Nenhum cultivo anual tem ciclo tão prolongado. O ciclo vegetativo do tabaco é de 220 dias, mas o tempo gasto entre a semeadura até a comercialização leva

mais de um ano. Cita-se como exemplo, o milho: as variedades de ciclo mais longo são de 120/150 dias, mas existem variedades precoces que produzem em 90 dias, sendo possível fazer dois plantios no mesmo ano. Então são cultivos totalmente diferentes que não se pode utilizar de parâmetro para comparação. Outro fator é a mecanização, os cultivos anuais na sua maioria são mecanizados, enquanto que no tabaco o trabalho é manual.

Frente a isso, é possível questionar sobre o tipo de desenvolvimento que o sistema integrado de produção de tabaco gera. Por um lado, há lucros significativos para as empresas fumageiras e números expressivos de toneladas de produção e de exportação, os quais se contrapõem à baixa qualidade de vida e a frágil situação econômica e social daqueles que plantam, cuidam, colhem, secam o tabaco. Estes, muitas vezes, pagam com a própria saúde e dos seus familiares e sofrendo as consequências desse modelo de produção imposto pelas multinacionais do tabaco (ETGES, 2006). Conforme destacam Boeira e Guivant (2003), a saúde das famílias de camponeses que cultivam o fumo é sistematicamente agredida de diversas formas: pelo uso de agrotóxicos, pelo contato direto com a planta úmida (que libera nicotina, sendo absorvida pela pele) e pelo cheiro das folhas durante a secagem nas estufas. Estes fatores configuram-se enquanto um risco para a vida destas famílias que trabalham e sobrevivem deste cultivo.

Importa ressaltar que as empresas do tabaco exercem controle sobre todos os aspectos do cultivo do fumo, sem arcar com quaisquer riscos. Desse modo, os camponeses expõem-se às ameaças decorrentes do cultivo e sujeitam-se as responsabilidades civis, criminais e ambientais, sendo poucos os que têm autonomia sobre as suas práticas (ALMEIDA, 2005).

c) agrotóxicos: “existe uso seguro?”

Uma situação a qual todos fumicultores estão sujeitos, trata-se da exposição cotidiana aos agrotóxicos. Faz parte da atuação das empresas fumageiras recomendar, vender e financiar insumos químicos aos fumicultores, oferecendo orientação sobre seu manuseio e segurança no trabalho. Mesmo assim, conforme Etges (2001) existe considerável evidência de que os camponeses sofrem de doenças associadas à exposição aos “defensivos químicos”, entre os quais: depressão, ansiedade, disfunções neurológicas, dores musculares, tremores semelhantes ao mal de Parkinson, vômitos,

problemas relacionados ao fígado, dores de cabeça, insônia e câncer (FARIA *et al.*, 2004). Os fumicultores também sofrem com a exposição a altos níveis de nicotina e apresentam doenças anuais que coincidem com o calendário do cultivo do tabaco, como a doença da folha verde do tabaco (ETGES, 2005).

A fumicultura representa um dos cultivos que mais recebe agrotóxicos no Brasil. Segundo Erdmann (1998), no período de 1992 a 1994 ficou entre os cinco cultivos de maior uso de pesticidas por hectare no Brasil. Soma-se a isso, o fato de a fumicultura necessitar de três vezes mais horas/pessoa/hectare para aplicação de agroquímicos do que de outros cultivos (IDCR, 1999), e que esse é feito manualmente, diferente de outras lavouras na qual a mecanização é possível.

Segundo Guterres (2006, p.22)

os agrovenenos são a principal fonte de recurso das multinacionais. E o principal instrumento de exploração dos camponeses e agricultores em geral. É o mecanismo mais eficiente de transferência de renda da agricultura para a indústria. [...] Os agrovenenos são também os principais responsáveis pela contaminação das águas e do solo e por inúmeros problemas de saúde dos agricultores. São também responsáveis pela contaminação dos alimentos.

Na cadeia produtiva do fumo são recomendados diversos agrotóxicos para os canteiros de mudas e para as lavouras. O uso intensivo destes têm sido acompanhado pelo aumento da preocupação com os potenciais efeitos agudos e crônicos dos pesticidas sobre a saúde em geral, e sobre a saúde mental em particular. A Anvisa (2004), em seu sistema de informação de agrotóxicos, apresenta a relação dos agrotóxicos registrados no Brasil, para uso no tabaco e as características, sintomas de alerta e tratamento das intoxicações, onde se verifica os seguintes efeitos:

Quadro 04 - Principais grupos de agrotóxicos utilizados no tabaco e seus efeitos na saúde humana e meio ambiente

| Grupo químico | Efeitos |
|--|--|
| Organofosforados | Perigoso ao ambiente, altamente tóxico para abelhas, aves, organismos aquáticos e microcrustáceos, há inibição da acetilcolinesterase, ocorrendo hiperatividade do sistema nervoso, paralisia neuromuscular e disfunção do sistema nervoso central, dor de cabeça, opressão no peito, visão turva, pupilas não reativas, salivação abundante, lacrimejamento e transpiração, diminuição do pulso, diarreia severa, dificuldade respiratória, coma, convulsões generalizadas, parada cardíaca, náuseas, vômitos e cólica abdominal. Os organofosforados causam três tipos de sequelas neurológicas: polineuropatia retardada, síndrome intermediária e efeitos comportamentais. A polineuropatia inclui fraqueza progressiva, perda de coordenação nas pernas, podendo evoluir até a paralisia. Os principais sintomas da síndrome intermediária são a diarreia intensa e a paralisia dos músculos do pescoço, das pernas e da respiração que ocorrem de forma aguda, podendo levar ao óbito. Dentre os efeitos comportamentais destacam-se: insônia, sono conturbado, ansiedade, retardo de reações, dificuldade de concentração e uma variedade de sequelas psiquiátricas como apatia, irritabilidade, depressão e esquizofrenia. |
| Ditiocarbamatos | Irritação das mucosas, faringite, laringite, rinite, traqueobronquite, conjuntivite, dermatites, irritação da mucosa gástrica; |
| Cuproso | Causam náuseas e vômitos, diarreia, colapso, convulsões, icterícia, anúria, pneumonite química, febre, excitação do sistema nervoso central seguido de depressão, lesões necróticas nos contatos prolongados com a pele e mucosas, que, se não houver vômitos, há absorção gradual e intoxicação sistêmica, podendo ocorrer morte em poucos dias; |
| Dinitroanilina (prime plus – antibrotante) | Não há sintomatologia específica conhecida e registrada no MAPA. |

Fonte: ANVISA (2015) e INCA (2015). Organização própria.

Os organofosforados são os agrotóxicos mais utilizados no cultivo do tabaco (INCA, 2015). É importante destacar que os organofosforados e carbamatos, que são agrotóxicos lipossolúveis¹⁷, podem ser absorvidos por inalação, ingestão ou exposição dérmica. A exposição aguda e crônica aos agrotóxicos pode causar diversas doenças, como vários tipos de câncer, lesões hepáticas, lesões renais, distúrbios do sistema nervoso, esterilidade masculina, reações alérgicas, fibrose pulmonar irreversível, hiperglicemia, entre outras (INCA, 2015).

O Brasil tem sido o maior consumidor mundial de agrotóxicos desde 2008. O consumo aumentou 190% na última década, muito acima da média global de 93% (ANVISA, 2015). Em 2010, o país participou com 19% do mercado mundial, seguido dos EUA com 17%. Esta posição assumida nesse *ranking* foi fruto da conjugação de vários fatores, nos quais dois se acentuam: o aumento no uso de herbicidas e da frouxidão regulatória e das desonerações concedidas a esse setor (TEIXEIRA, 2015). O mesmo autor acrescenta que o emprego dos agrotóxicos, incluindo o uso crescente de

¹⁷ São agrotóxicos facilmente absorvidos pela pele e seu princípio ativo deposita-se preferencialmente nas gorduras, na qual seu efeito é cumulativo.

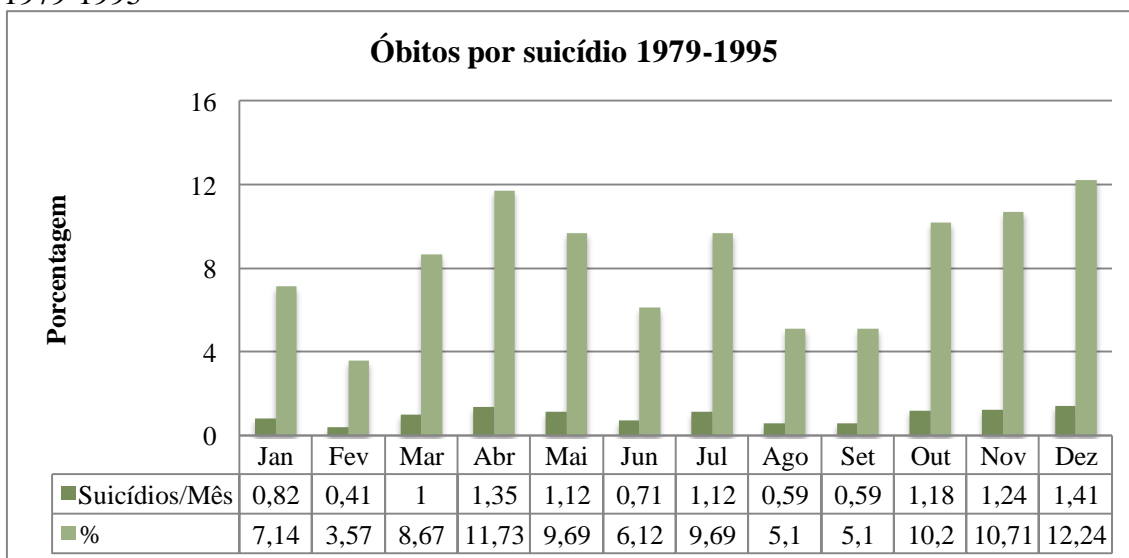
venenos ilegalmente introduzidos no país, passou a caracterizar grave caso de saúde pública (TEIXEIRA, 2015).

Estudos comprovam os diversos problemas de saúde no qual os fumicultores estão sujeitos durante as diversas fases do cultivo do tabaco pelo contato com os agrotóxicos. Conforme afirma Etges (2006, p.14):

Isso pode ocorrer devido ao acúmulo de exposição ou por características específicas de cada fase de cultivo do tabaco, ou mesmo pelos procedimentos voltados para o preparo final da folha com vistas à comercialização. Os sintomas mais referidos (irritação, cefaleia, formigamento, tonturas, câimbras, tristeza e azia) podem ser provocados por contaminação por pesticidas ou decorrentes de fadiga, ansiedade ou depressão pelo excesso de trabalho ou das expectativas quanto ao resultado da safra ou da comercialização.

Outra característica expressiva que é observada na cadeia produtiva do tabaco, conforme pesquisa liderada por Etges (2005) refere-se aos altos índices de suicídios na região onde se cultiva fumo. A intoxicação pelo uso indiscriminado de agrotóxicos resulta em substanciais disfunções do sistema nervoso central, incluindo ataxia, tremores, vertigens, convulsões, coma, ansiedade, confusão, irritabilidade, depressão, falhas de memória e dificuldade de concentração. Pinheiro *et al.* (1996) apresenta a distribuição e a ocorrência dos suicídios no município de Venâncio Aires, na região do Vale do Rio Pardo/RS, entre 1979-1995.

Gráfico 04 – Média de óbitos por suicídio, conforme meses do ano, Venâncio Aires, 1979-1995



Fonte: Pinheiro et al. (1996). Organização própria.

Pelo gráfico 04 pode-se observar que, entre 1979 e 1995, os três meses onde mais se utiliza agrotóxicos nas lavouras de fumo (outubro, novembro e dezembro) coincidem com os meses com maior número de suicídios. Estes representam também a

única série de dois ou mais meses onde se encontram porcentagens acima de 10% de óbitos provocados por suicídio. Já o mês de abril coincide com a época de preparação dos canteiros, e maio e julho coincidem com os meses de comercialização do tabaco, também apresentando índices significativos. A média mensal ficou em 11,53 suicídios (PINHEIRO *et al.*, 1996).

Segundo Pinheiro *et al.* (1996) sendo os agrotóxicos aplicados, via de regra, em quantidades excessivas e sem equipamento de proteção individual, os resíduos são absorvidos através da respiração, pele e cabelos, sendo conhecido o fato destes agrotóxicos poderem causar síndromes cerebrais orgânicas ou doenças mentais de origem não psicológica. Grande parte dos suicídios pode ter como um dos fatores de risco as intoxicações crônicas e cumulativas, que podem ter expressão sintomática na saúde física/mental após muitos anos de exposição. A falta de orientação dos médicos que diagnosticam causas imediatas e não fazem relação ao uso de venenos é uma forma de mascarar estas sequelas do uso indiscriminado dos agrotóxicos no país (PINHEIRO *et al.*, 1996).

Faria *et al.* (2004) realizaram estudos sobre suicídio entre populações rurais. Estes demonstraram associações do suicídio com o uso de agrotóxicos e constataram que as principais áreas produtoras de tabaco apresentam elevados índices de suicídio. No entanto, o que impede a possível associação entre fumicultura e suicídio são limitações na base de dados dos Receituários Agronômicos, em termos de quantidade de agrotóxicos utilizados na agricultura. Ou seja, as informações existentes nos receituários agronômicos são insuficientes para fazer esta relação, pois os agrotóxicos podem ser utilizados, via de regra, sozinhos ou em coquetéis, onde se mistura mais de um princípio ativo. Essas misturas não são previstas pelos receituários agronômicos.

Os mesmos autores ressaltam ainda que a precária condição socioeconômica dos fumicultores e sua baixa escolaridade estão ligadas ao manejo inadequado de agrotóxicos. Este fato vem revelando práticas agrícolas menos avançadas que permitem assim, indicá-los como fatores que mediam a incidência de suicídios nas regiões fumageiras (FARIA *et al.*, 2004).

Todos estes sintomas são decorrentes da quantidade excessiva de agrotóxicos utilizada durante o ciclo do cultivo do fumo. O Equipamento de Proteção Individual (EPI) é pouco usado pelos camponeses por ser muito desconfortável. Etges (2005, p.35) complementa que “[...] é evidente o alto nível de descuido/desconhecimento com relação ao grau de toxicidade dos produtos manuseados, o que resulta na despreocupação

com a proteção pessoal, principalmente quando da aplicação dos venenos”. Ademais, isso ocorre, pois os fumicultores não são alertados ¹⁸ de maneira adequada pela assistência técnica fornecida pelas fumageiras quanto ao manuseio dos agrotóxicos, e apontam os fumicultores como responsáveis pelo não uso do EPI. Ou seja, além de estarem expostos aos princípios ativos dos agrotóxicos, ainda são responsabilizados quando ocorre intoxicação.

Boa parte das medidas contidas nos manuais de segurança não é cumprida, seja por falta de conhecimento e/ou condição econômica dos usuários, seja pela ausência de políticas públicas que favoreçam a adoção de práticas consideradas seguras. Abreu (2014) explica que os manuais de segurança contemplam seis etapas relacionadas ao uso dos agrotóxicos: aquisição, transporte, armazenamento, preparo e aplicação, destinação final das embalagens vazias e lavagem das roupas e dos equipamentos de proteção individual (EPIs) contaminados. Abreu (2014, p.129) salienta que “ocorre que dentro de cada uma delas existem diversas e complexas medidas a serem cumpridas pelo agricultor. Se uma delas não for atendida, não se configura o uso seguro”.

Segundo o mesmo autor, os agricultores também desconhecem o período de reentrada nas lavouras as quais foram aplicados os agrotóxicos, o chamado período de carência. Salienta que “esta é uma medida impossível de ser cumprida em muitas das propriedades visitadas, pelo simples fato da área de cultivo estar localizada ao lado da residência” (ABREU, 2014, p. 71).

Além do intenso uso de agrotóxicos, os fumicultores encontram-se também expostos à nicotina, absorvida pela pele através do manuseio das folhas de tabaco. Este mal que acomete os fumicultores é a doença da folha verde e caracteriza-se por ser uma doença relacionada ao trabalho, própria da manipulação das folhas do tabaco. Causa uma série de sintomas e efeitos: tonturas, vômitos, dores de cabeça, diarreia e leva alguns dias para ser eliminada do organismo. A exposição é intensificada no momento da colheita, pois à medida que as folhas amadurecem são colhidas manualmente e carregadas junto ao corpo até o local onde são processadas. A folha molhada colhida nas primeiras horas da manhã, bem como o suor do corpo facilitam a absorção dérmica.

¹⁸ De acordo com Abreu (2014), as normas contidas na denominada Lei dos Agrotóxicos, sancionada em 1989, não podem ser cumpridas, principalmente por parte dos camponeses. Esse fato se deve por existirem diversas e complexas medidas técnicas descritas nos manuais de segurança, elaborados pela Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), que representa as indústrias químicas e por instituições públicas de saúde, meio ambiente e agricultura. Os camponeses não dispõem de informações e nem de recursos para tal. Ademais, quando o assunto é agrotóxico, não se pode falar em uso seguro no país.

O trabalho manual, com o uso de instrumentos de corte, junto à manipulação de agentes químicos, propicia o surgimento de lesões na pele (pruridos, cortes e arranhões) podendo aumentar a absorção dérmica da nicotina (INCA, 2015). Estes problemas de saúde, causados pelo uso excessivo de agrotóxicos interferem diretamente na toma da decisão das famílias para realizarem a diversificação. Muitas delas não podem mais ter contato com os agrotóxicos, bem como com a folha do fumo molhado, devido as intoxicações e o acúmulo de agrotóxicos no organismo.

d) o aresto e as várias classificações do tabaco

A indústria dentro de seu contrato firmado com o fumicultor ainda dispõe de um instrumento jurídico ao seu favor, é o aresto. O aresto é uma medida judicial que autoriza a busca e apreensão da safra de fumo na propriedade do fumicultor. Isto ocorre geralmente quando as famílias estão esperando que melhore o preço, e as fumageiras alegam quebra de contrato por parte do fumicultor. Estas empresas estão protegidas pelo contrato pré-firmado e pelas notas promissórias assinadas em branco, que autorizam perante medidas judiciais a realização de “aresto” (PRESTES, 2007).

Cabe salientar o fato que ocorreu em Vale do Sol/RS, no mês de fevereiro de 2007. Durante um aresto de fumo, “uma fumicultora de 61 anos, que há cerca de 25 anos era integrada à uma mesma indústria, a *Alliance One*, cometeu o suicídio, enquanto teve sua propriedade tomada por policiais, oficial de justiça e funcionários da multinacional que lá foram para levar o seu fumo”, conforme denúncia realizada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA, 2007). A fumicultora não tinha dívidas vencidas, tendo ainda vendido fumo em dezembro de 2006 e recebido o valor total, sem desconto algum, justamente por estar em dia com suas obrigações com a empresa (MPA, 2007). A Empresa *Alliance One*, em nota, “lamenta profundamente o ocorrido” e considera o episódio uma fatalidade (PRESTES, 2007).

A denúncia feita pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (2007) segue abaixo:

Visivelmente abalada e implorando para que parassem com o aresto, inclusive, dizendo que diante do fato iria se matar, ela não foi ouvida pelo oficial de justiça e demais cumpridores do mandado judicial, que nada fizeram para impedi-la. Mesmo depois de constatada sua morte por enforcamento, a operação não parou. Foi solicitado reforço aos trabalhadores da *Alliance One*, para terminar o mais rápido possível o carregamento, numa prova inequívoca de que as fumageiras não dão valor a vida humana. Para o desespero dos familiares e da comunidade local, os cumpridores da ordem judicial continuaram servindo os interesses da multinacional, diante da fumicultora pendurada pelo pescoço (MPA, 2007).

Esta notícia foi divulgada em diversos jornais da região, como a que está no anexo 1 desta dissertação veiculada no Jornal Brasil de Fato.

Este caso não é um caso isolado. O mecanismo central utilizado pelas fumageiras é o endividamento prévio, subsequente e gradativo do fumicultor. Os arestos são instrumentos judiciais utilizados para intimidar os fumicultores que desviam ou tardam a entregar sua produção de fumo na busca por melhores condições de comercialização (ALMEIDA, 2008).

Com uma situação de endividamento que os camponeses enfrentam, automaticamente a indústria oferece crédito para que o fumicultor consiga “*passar o ano*” (grifos da autora), mas em contrapartida ele deve, obrigatoriamente, aumentar a área plantada com fumo. Com isso, diminuem a produção de alimentos, ficando cada vez mais dependentes do fumo. E ainda mais, com aumento da área plantada, aumenta a produção e, conseqüentemente, ocorre a super-safra. Como esse produto também é regido pelas leis de mercado, quanto maior a oferta, menor o preço pago pelas fumageiras.

Uma das principais queixas dos fumicultores diz respeito ao momento da comercialização do tabaco, realizada nas dependências das fumageiras. Mesmo este tendo o “comércio garantido” há ainda uma tipologia de classificação das folhas do tabaco que ajuda a mascarar o rebaixamento no preço pago. A classificação é regida pela Instrução Normativa MAPA nº 10 de 16/04/2007 do Ministério da Agricultura. As folhas de fumo são classificadas em grupos, subgrupos, classes, subclasse, tipos e subtipos, de acordo com seu preparo, posição das folhas na planta, cor e qualidade (SINDITABACO, 2015). O tabaco em folha curado é dividido em dois grupos: Tabaco em estufa (TE) no qual se inclui a variedade de fumo Virgínia; e Tabaco de Galpão (TG) que corresponde as variedades Burley e Comum. Segundo sua apresentação e arrumação é classificado em dois subgrupos: Folha manocadas (FM) quando se encontram juntadas e amarradas pela extremidade dos talos por uma folha da mesma classificação; e Folhas soltas (FS), quando dispostas a granel (ALMEIDA, 2005).

Dentro desta classificação, há ainda uma que diz respeito à posição das folhas nas plantas, onde o tabaco é classificado em quatro classes: Baixeiras (X), folhas da parte inferior; Semimeeiras (C), folhas da parte meio inferior; Meeiras (B), folhas localizadas no meio superior; e ponteiras (T), as últimas folhas do pé de fumo. O tabaco ainda é dividido em subclasses: folhas de cor laranja, admitindo-se manchas castanhas em até 50% da superfície da folha (O); folhas de cor limão, admitindo-se manchas

castanhas em até 50% da superfície da folha (L); folhas em que a cor castanho claro a castanho escuro ocupe mais de 50% da superfície da folha, podendo chegar ao predomínio sobre as cores laranja e limão (R); Folhas de coloração castanho claro, separando-as daquelas castanho escuro (L) (ALMEIDA, 2005). Além desta classificação, o tabaco está classificado em três tipos: Tipo 1, tipo 2 e tipo 3. Atualmente, há uma classificação de 42 classes para o fumo variedade Virgínia e 30 para o Burley e Comum.

Nesse sentido, Almeida (2005, p. 73) contribui com a afirmação de que

toda essa complexidade de uma classificação extremamente técnica para o fumo resulta em instrumento de controle e manipulação por parte da integradora do processo de comercialização do fumo, já que são as próprias indústrias que num concerto de compadres definem os preços de cada variedade e fazem a classificação da safra. Este é o principal foco de exploração dos camponeses, o mecanismo central para o domínio da cadeia produtiva por parte das transnacionais integradoras, pois é onde concretamente se define a distribuição de renda gerada na atividade e onde se opera a previsibilidade e a segurança na execução dos contratos de exportação do fumo, mantendo um número estimado de agricultores integrados por meio do endividamento programado. As indústrias cientes da dimensão do débito de cada produtor de fumo para consigo, arranjam argumentos para piorar a classificação ano mais e ano menos e assim, estabelecer a renda média auferida pelo agricultor, impossibilitando-o por vezes, de quitar as dívidas do seu pedido junto a integradora no período contratado.

Ou seja, a forma de garantir que as famílias fiquem atreladas ao cultivo do tabaco é na comercialização.

e) trabalho infantil

Outra questão que gera discussões e preocupações na cadeia produtiva do tabaco refere-se ao trabalho infantil. No sistema de produção camponesa, toda família é envolvida no trabalho. O mesmo ocorre no caso do tabaco. O período da colheita coincide com as férias escolares. Assim, não raro, as crianças e adolescentes se expõem ao contato direto com agrotóxicos e nicotina ao auxiliarem na colheita e secagem do fumo (ALMEIDA, 2005).

O problema do trabalho infantil no cultivo do fumo ganhou maior notoriedade com a ratificação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT), em novembro de 2005. Frente a isso, o Governo Federal ratificou a Convenção 182, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a promulgação do Decreto n. 6.481, de 12 de julho de 2008, que apresenta a lista das piores formas de trabalho infantil, dentre as quais figura o trabalho no tabaco, por seus riscos à saúde de crianças e jovens (MARIN, 2014). Nas regiões produtoras de tabaco, o decreto apresenta-se com um

impacto negativo, uma vez que não se visualiza o trabalho das crianças como trabalho infantil e sim como uma ajuda na qual, de forma pedagógica, os conhecimentos são passados de pai para filho. No cultivo de tabaco, os jovens auxiliam os pais e familiares nas tarefas desenvolvidas pelo fato de o cultivo demandar considerável mão de obra.

Segundo Marin et al (2012, p. 2)

em 2009, os contratos de integração da cadeia produtiva de tabaco em folha, firmados entre agroindústrias fumageiras e os agricultores familiares do Rio Grande do Sul, inseriram uma cláusula social que obriga o agricultor a cumprir a legislação brasileira referente a "não utilização da mão de obra infantil", mais especificamente o disposto no artigo 7, inciso XXXIII da Constituição Federal, as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), bem como toda a legislação complementar relacionada ao trabalho infantil. Essa cláusula social foi resultado de um Termo de Compromisso firmado pelas agroindústrias de fumo, do Sindicato da Indústria do Fumo da Região Sul do Brasil e a Associação dos Fumicultores do Brasil, sob a orientação do Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul. Por meio deste documento, criaram-se mecanismos para intimidar o agricultor que produz fumo no Rio Grande do Sul quanto ao uso do trabalho de crianças e adolescentes menores de 18 anos, bem como constringer os pais no sentido de manter seus filhos matriculados e com frequência regular na escola.

Nesses contratos, as fumageiras transferem aos pais toda responsabilidade civil sobre o trabalho infantil que esconde um problema de fundo que é a quantidade de mão de obra necessária para a realização da safra de tabaco, na qual todos os membros da família possuem alguma função e as crianças participam neste processo. Aqui está envolvido um fator cultural de transmissão do conhecimento e valores para as gerações futuras, garantindo a ocupação produtiva da terra e a sobrevivência do grupo familiar (MARIN, 2012).

Existem diferentes concepções no que diz respeito à infância e trabalho que estão em confronto. Por um lado, às concepções da legislação vigente no Brasil que proíbem o trabalho da criança e adolescente no cultivo do fumo, por entender que esta é uma das piores formas de trabalho infantil. Já, por outro lado, os pais, “pautados nos usos e costumes tradicionalmente empregados para socializar as novas gerações, se atribuem o dever de educar os filhos por meio do trabalho, seja nas atividades agrícolas ou domésticas, desde que não impeça ou dificulte a continuidade dos estudos escolares” (Marin et al, 2012, p. 2)

Almeida (2005, p.116) reforça que o aprendizado do trabalho na infância é uma forma de educação para o trabalho no campo, como segue:

Ocorre que predomina entre os produtores de fumo o entendimento de que a presença infanto-juvenil na lida com o tabaco é uma forma de educação, uma maneira de orientação ao trabalho no campo, uma aprendizagem de práticas agrícolas a partir do conhecimento dos pais, um jeito de suprir a insuficiência do ensino formal quanto à especialidade rural. Esta postura decorre da perspectiva de perpetuação da família na posse do imóvel rural em que trabalha a terra, decorre da perspectiva de transmissão do legado, da herança que deixará aos filhos, decorre da noção de propriedade da terra e da sobrevivência do grupo familiar.

Almeida (2008) realizou estudos sobre contaminação com a nicotina, cuja pesquisa utilizou-se de crianças, filhos de fumicultores que não possuem o hábito de fumar, mas que tiveram exposição ao tabaco na fase folha verde e folha seca. Seu estudo contou com a participação de 17 crianças, donde foram coletadas amostras de cabelo. Para comparação dos dados, foram coletadas de 6 crianças testemunhas num grupo controle, que não mantêm contato com a fumicultura, todos não fumantes, de modo a permitir relacionar os dados obtidos com a absorção transdérmica proveniente do contato com a planta. O Grupo controle apresentou 5,53 ng/mg (nanograma de nicotina por miligrama de sangue), já as crianças alvo da pesquisa: 43% apresentaram concentração de nicotina entre 10 ng/mg e 13% apresentaram concentração próxima a 40 ng/mg no período de folha verde, ou seja período vegetativo. No período de folha seca (classificação do tabaco) 44% apresentaram concentração acima de 10ng/mg e 6% acima de 30 ng/mg.

Os resultados são alarmantes, conforme estudo de Almeida (2008, p.82)

Quanto maior a idade, maior a carga horária, a intensidade da contribuição, e a natureza do trabalho realizado pelas crianças. E por consequência maior é a absorção de nicotina/cotina pelo organismo e contaminação das crianças com a seiva da nicotina proveniente das folhas de fumo. Ou seja, maior é o risco de manifestar a sintomatologia associada a “doença da folha verde”, cuja melhor tradução parece ser doença da folha do tabaco, tendo ficado evidente a contaminação decorrente tanto de folhas secas, quanto de folhas verdes do tabaco.

Os riscos às crianças (e também aos adultos) são maiores nas regiões que produzem o tabaco tipo Virgínia. Nele, a exposição à nicotina é ainda superior que no cultivo do tabaco de galpão tipo Burley. A colheita das folhas do tabaco tipo Virgínia é feita manualmente nos diversos estágios da planta, nos quais o corpo fica em contato direto com as folhas cortadas do caule da planta. Ao colhê-las, o fumicultor vai segurando-as embaixo dos braços, em contato com as axilas, ou junto ao tórax e barriga. Neste contato a absorção da nicotina é inevitável. Para Marin et al (2012, p. 11) “isto significa que o trabalho no fumo, tanto na produção, quanto no processamento de suas

folhas, representa sérios riscos à saúde, fato este que comprometem o pleno desenvolvimento das crianças”.

f) fumo movido à lenha

Ocorre ainda um grande impacto na cobertura florestal com o cultivo do tabaco. No Brasil, embora existam programas de reflorestamento para a reposição de lenha usada para a cura (secagem das folhas em forno à lenha, processo fundamental para a produção de tabaco), o plantio ocorre em escala menor do que a lenha consumida para efetuar a cura do tabaco. Segundo pesquisa realizada por Etges (2006), 59% dos fumicultores disseram que usam lenha de mata nativa e reflorestada, mostrando que o processo produtivo de tabaco continua causando o desmatamento da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul. É notável a diminuição da Mata Atlântica por conta da extração de madeira para lenha (ETGES, 2006). A avaliação das indústrias é de que sejam consumidos nos três Estados da região Sul do Brasil, em média, 1,8 milhão de toneladas de madeira por safra para a cura do tabaco (BELING, 2003).

Este dado demonstra a quantidade de lenha advinda da mata nativa e a mudança na paisagem e bioma. Espécies exóticas estão sendo implantadas em áreas onde, predominantemente existia mata nativa, o que pode agravar a situação ecológica de flora e fauna. Almeida (2005, p. 71) enfatiza que

Considerando que no Brasil, a se seguir tendência observada nos últimos anos, a fronteira agrícola do fumo em expansão deve continuar a crescer, a destoca de mata nativa e a substituição da cobertura natural por plantas exóticas deve também aumentar, alterando profundamente a paisagem, o clima e mesmo a biodiversidade característica do território onde se instala a cadeia produtiva do fumo.

Cabe ainda mencionar que, como uma decorrência da realidade paradoxal vivida pelos fumicultores, e de modo a atender aos artigos 17 e 18 da CQCT, o Governo Federal, por intermédio do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), lançou o Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco com o objetivo de apoiar os fumicultores na busca de novas oportunidades produtivas e geradoras de renda (MDA, 2010). Nestas, o governo federal, através do MDA, e do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), realizou chamadas públicas de ATER para diversificação do tabaco. Em Santa Cruz do Sul estão sendo realizadas estas iniciativas, as quais serão posteriormente apresentadas.

Enfim, as discussões sobre as alternativas de desenvolvimento para as regiões produtoras de tabaco costumam gerar polêmicas. Estas se sobressaem, quando se trata

de substituir a monocultura do tabaco por outra “tão rentável quanto”, frase comumente ouvida e falada no meio empresarial fumageiro (ALMEIDA, 2005).

A busca por novas alternativas econômicas e que tenham em seu âmago também a sustentabilidade social e ambiental, num contexto de pequenas propriedades familiares, ainda é um desafio. Desafio que extrapola as fronteiras econômicas, alcançando as sociais e ambientais e traz para a atualidade, a necessidade de práticas sustentáveis que permitam um contraponto aos ditames que se tornaram hegemônicos com a modernização da agricultura. Este modelo de agricultura cujos objetivos estão voltados ao lucro, tem resultado na geração de desigualdades e desequilíbrios, sobretudo, sociais e ambientais. A organização da cadeia produtiva do tabaco e o próprio sistema de integração, além do consumo de lenha utilizado na ocasião da cura do tabaco de estufa trazem a reflexão da necessidade da diversificação. Estes problemas ocasionados por este sistema podem ser minimizados se as famílias diversificarem suas propriedades e o tabaco fizer parte da diversificação.

Levando em conta a problemática exposta sobre a cadeia produtiva do tabaco, torna-se instigante o fato de, por um lado, o cultivo de o tabaco ser considerado uma “boa e praticamente insubstituível” alternativa de renda para o camponês e, por outro, haver famílias que vem realizando atividades de diversificação das suas propriedades para, com isso, terem alternativas de renda e melhor qualidade de vida. Entendemos que essas iniciativas de diversificação são decorrentes da autoconfrontação da sociedade de risco, na concepção de Ulrich Beck. Em um contexto de sociedade de risco, iniciativas em torno da busca por um modelo de agricultura mais sustentável, emergem como um contraponto ao modelo vigente, ou seja, uma autoconfrontação aos riscos produzidos pela própria modernidade, expressa no espaço rural, pela Revolução Verde e seus desdobramentos. Entendemos que essas iniciativas são decorrentes do que Norman Long (2001) conceitua de Perspectiva Orientada ao Ator, cujos conceitos serão trabalhados no capítulo a seguir.

3 A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE DE RISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE O MUNDO RURAL “MODERNO” A PARTIR DA PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR

Este capítulo está dividido em duas seções que compõem o arcabouço teórico proposto para analisar as iniciativas de diversificação do tabaco. Na primeira seção, a contribuição, à luz de Giddens (1991) está no conceito da modernização reflexiva, ou seja, a sociedade se modernizou e passa a ter reflexos negativos desta própria modernidade. O que vai ao encontro, com o conceito da sociedade de risco de Beck (1995), na qual a sociedade ao modernizar-se passa a autoconfrontar-se com os riscos que ela mesma produziu, ou seja, os efeitos colaterais no meio ambiente, na saúde e na ecologia. Estes autores ajudam a identificar uma nova fase do capitalismo ou da sociedade de alta modernidade, denominando-a de sociedade de risco. Na segunda seção está a perspectiva orientada ao ator, na qual Long (2001) considera que os atores sociais não são agentes passivos ao se confrontarem com os riscos produzidos, mas buscam saídas para os problemas, sendo propositivos, pois possuem capacidade de agência para solucionar seus problemas.

3.1 MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA E SOCIEDADE DE RISCO

Nas últimas décadas, crescem insatisfações diante do modelo de desenvolvimento vigente, caracterizado pelo crescimento econômico e pela ideia de progresso, aliadas ao reconhecimento acerca do esgotamento dos recursos naturais, à preocupação com o meio ambiente e com diversos problemas sociais. Os problemas que fazem emergir uma percepção e representação de risco social são relacionados à devastação de recursos naturais, o exaurimento do solo, a diminuição da biodiversidade das florestas, e à produção em massa de alimentos processados e padronizados, com altos índices de gorduras, açúcares e sódio, negativos à nutrição humana.

Portanto, esses riscos ambientais percebidos pelos atores sociais têm evidente importância na sociedade moderna denominada sociedade de risco (BECK, 2011). O cultivo do tabaco colabora para a ampliação dos problemas ambientais, pois ao mesmo tempo em que o modelo de produção usa uma quantidade grande de produtos químicos, que contaminam o meio ambiente, utiliza ainda uma quantidade expressiva de lenha que é queimada para o processo de cura. Ambos os processos são altamente poluentes ao meio ambiente, prejudiciais à saúde humana, e ainda contribuem para a diminuição da

biodiversidade. Além disto, o cultivo do tabaco por ser realizado em pequenas propriedades, provoca uma disputa pelas terras por meio da competição com a produção de alimentos, como visto no capítulo anterior.

De acordo com Beck (1995), a sociedade moderna industrial se desenvolveu tão profundamente que produziu mudanças importantes em si mesmas. A distinção de si própria originou uma segunda modernidade chamada de *modernização reflexiva* que, conforme Giddens (1991), não representa somente uma reflexão, mas sim a capacidade da sociedade atual de autoconfrontar-se com o que ela própria produziu, ou seja, com os efeitos colaterais da sociedade industrial, das bases da modernização com as consequências desta modernização.

Para auxiliar na compreensão do conceito da sociedade de risco, nos valeremos das contribuições de Abreu (2002). Esta autora enfatiza que autores como Beck (2011), Giddens (1991) problematizam a questão e buscam, a partir de sua centralidade, identificar uma nova fase do capitalismo ou da sociedade de alta modernidade, denominando-a de sociedade de risco.

Em sua obra intitulada *Sociedade de Risco*, Beck (2011) desenvolve seu arcabouço teórico a partir da construção de um diagnóstico sobre os problemas da sociedade contemporânea e da apresentação de alternativas frente à reversão dos problemas. Segundo Abreu (2002), apesar da crítica contundente à ciência moderna, existe, implícito em seu raciocínio, uma crença na racionalidade humana e na busca da preservação da espécie. Levando isso em consideração e, frente aos resultados negativos gerados pela modernização da agricultura e da produção de tabaco no âmbito da agricultura camponesa, entende-se que a abordagem de Ulrich Beck auxilia na compreensão do por que as famílias implementam iniciativas de diversificação ao tabaco em meio ao discurso de que esta seria uma das atividades mais rentáveis para os camponeses.

Para entender as características e as transformações da sociedade atual, a sociedade de alta modernidade, Beck (2011) e Giddens (1991) apresentam a crise ecológica como uma questão fundamental. Esta discussão emerge a partir da década de 1980, com a repercussão de diversos movimentos ambientalistas, cujo debate foi ampliado no decorrer do tempo com inúmeros eventos específicos como a ECO 92.

Abreu (2002) complementa que os riscos não são específicos de sociedades altamente industrializadas. Alguns riscos podem ser globais, ou seja, extrapolam as fronteiras de Estados-Nações. A autora acrescenta que no passado os riscos eram

perceptíveis aos sentidos, atualmente os riscos são imprecisos, incertos e escapam à percepção. Abreu (2002, p.41) exemplifica “é o caso, por exemplo, do consumo de produtos tóxicos em alimentos, da radioatividade, da poluição do lençol hídrico subterrâneo e superficial, produtos transgênicos, desertificação, etc. que produzem efeitos danosos ao homem, à fauna e à flora”.

De acordo com Beck (1995), os riscos da sociedade contemporânea podem ser divididos em dois tipos:

Quadro 05 – Riscos da sociedade contemporânea.

| Riscos | Características | Exemplos |
|--|--|---|
| Aqueles que estão ligados à situação de pobreza. | Riscos vinculados à sociedade industrial, também chamada de sociedade da escassez, manifestam-se em diferentes localidades e são percebidos pelas populações envolvidas. | São observados em processos de desmatamento florestal, nas formas de produção que geram altos níveis de poluição, tanto agrícola como industriais, etc. |
| Decorrentes da produção da riqueza e considerados externalidades aos custos de produção. | São riscos de natureza global e sua ameaça não é percebida pelas pessoas. | Riscos nucleares, transgênicos, efeito estufa, buraco na camada de ozônio, etc. |

Fonte: Beck (1995) Organização própria.

Abreu (2002) enfatiza que as sociedades podem ser divididas tendo como critério definidor o estado de desenvolvimento tecnológico da sociedade e os problemas que elas apresentam. Observa-se que existem países que convivem tanto com os riscos ligados a pobreza e à sociedade de escassez, quanto com riscos oriundos de indústrias de alta modernidade ou da sociedade de risco.

Segundo Beck (1995), o aparecimento da sociedade de risco está ligado historicamente a duas principais condições: primeiro, ela ocorre em locais ou países em que houve grande desenvolvimento da produtividade tecnológica e humana, e reduzida às necessidades materiais básicas. Segundo, existem na sociedade de risco perigos e ameaças descontroladas e de extensão desconhecida, decorrentes dos processos de desenvolvimento tecnológico e científico de alta modernidade.

Conforme Abreu (2002, p.43)

para estes cientistas sociais, a diferença entre sociedade industrial e sociedade de alta modernidade é que a última enfrenta riscos ambientais e tecnológicos que são constitutivos de um processo de modernidade autônoma, ou seja, esses riscos foram processados de forma independente, intencionalmente, e são altamente perigosos e ameaçadores de toda forma de vida planetária.

Nesse sentido, o progresso gerado pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia passa a ser considerado como fonte potencial de autodestruição da sociedade

industrial, a partir da qual se produzem, por sua vez, novos riscos, de caráter global, afetando o planeta sem distinções de classe ou racionalidade (BECK; GIDDENS, 1995).

Dessa forma, estes riscos podem impulsionar a sociedade industrial rumo a uma nova era, pois para Beck (1995), a sociedade de risco designa uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna em que os riscos sociais, políticos e econômicos tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e proteção da sociedade industrial. Sintetizando a ideia, temos duas fases da sociedade de risco. Na primeira fase, o conceito de sociedade industrial predomina e os efeitos e ameaças dos riscos produzidos não são verdadeiramente conhecidos, não se tornam questões públicas e não geram conflitos. Na segunda fase, os perigos da sociedade industrial começam a dominar o debate e os conflitos públicos, configurando a denominação sociedade de risco. Esta fase é decorrente de um processo de conscientização política dos riscos e de implementação de ações para reversão dos mesmos.

Sendo assim, o conceito de sociedade de risco designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial. Entretanto, o conceito é aplicado aos riscos que acompanham a produção de bens: megatecnologia nuclear e química; pesquisa genética; ameaças generalizadas ao ambiente; supermilitarização; miséria crescente fora da sociedade industrial ocidental, que podem trazer consequências descontroladas, sem limites espaciais e sociais (BECK, 2011; ABREU, 2002).

Outra questão enfatizada como ponto central na argumentação de Beck (1995), que configura uma ruptura entre a sociedade moderna industrial e a sociedade de risco, é a questão da natureza. Não existe nenhum local no planeta onde a natureza não tenha sido internalizada pela ação humana. Ademais, um dos elementos centrais dessa análise é a crise ecológica do mundo contemporâneo, em que as restrições quanto ao uso indiscriminado dos recursos naturais estão impondo sérias restrições ao desenvolvimento do capitalismo e às consequências dos diferentes processos de industrialização. A natureza tornou-se uma dimensão fundamental da vida social cotidiana: os humanos têm de tomar decisões práticas e ao mesmo tempo de natureza ética (BECK, 1995).

Neste sentido, Abreu (2002, p.45) salienta que “atualmente, a sensibilidade à noção de risco é fundamental para a cultura moderna, justamente porque, como espécie o homem não tem sua sobrevivência garantida em curto prazo, vivemos diante de incertezas que foram geradas ao longo do tempo pelas próprias ações humanas”. Do

ponto de vista da existência ou da possibilidade de risco, em alguns momentos a sociedade industrial moderna e a sociedade de risco são semelhantes, pois ambas propiciam péssimas condições de vida e saúde as populações. Mas na sociedade de risco que as pessoas se dão conta destes riscos.

Na sociedade de alta modernidade, os efeitos dos riscos são do tipo bumerangue, ou seja, os riscos geram situações de perigo social que afetam as diversas camadas da sociedade de forma diferenciada, havendo uma tendência em prejudicar mais os menos favorecidos. Já na sociedade de risco é uma sociedade de distribuição desigual dos riscos. Alguns efeitos dos riscos atingem de forma diferenciada as classes e camadas sociais. Pressupõe-se que questões ligadas à pobreza e à preservação dos recursos naturais do planeta estão absolutamente vinculadas e possuem uma interconexão real. Assim sendo, na sociedade de risco a questão ecológica e a questão social tem a mesma importância, uma vez que a primeira impacta a segunda e vice-versa. Beck (1995) considera a questão da desigualdade complexa e perversa, pois esta tende a acentuar os riscos (ABREU, 2002).

Entretanto, Beck (1995) salienta que todas as classes sociais estão sujeitas a estes grandes efeitos ambientais e cita como exemplos: o aquecimento global, a desertificação, radioatividade e ecotoxicidade. Como exemplo de acontecimento conscientizador do ponto de vista antropológico para o entendimento da sociedade de risco, Beck (1995) cita o caso Chernobyl, visto que este evento não tem condições ecossistêmicas para voltar à estrutura ecológica anterior ao acidente nuclear. Este evento foi considerado o marco para o surgimento da sociedade de risco. O impacto de Chernobyl é indiscutível e fez com que as populações das sociedades industrializadas percebessem que um grande acidente pode acontecer a qualquer momento, sem a menor condição de reversão deste processo e sem que se possa ter controle sobre isso (ABREU, 2002).

Outro exemplo a ser dado, guardadas as devidas proporções, foi o desastre no município Mariana (MG), em 2015, decorrente do rompimento das barragens de resíduos tóxicos de mineradoras, que assolou e destruiu comunidades, poluiu rios, principalmente o rio Doce, impactando a biodiversidade regional. Este é mais um exemplo recente e impactante de risco produzido pela sociedade moderna industrial.

Estes exemplos explicitam a natureza incerta dos processos sofisticados do ponto de vista tecnológico. Cada vez mais, a população toma conhecimento dos riscos e é afetada por eles, tanto os leigos quanto a população de peritos e especialistas. Abreu

(2002) destaca que este ponto diferencia a sociedade de risco da sociedade moderna industrial: nem os peritos detêm todo o conhecimento científico sobre os efeitos colaterais dos riscos. Tanto leigos como peritos, dominam parte do conhecimento fundamental sobre os riscos e ambos são susceptíveis a estes problemas. Beck (1995), considerando isso, elabora uma crítica à postura técnica ou científica dos peritos que afirmam que os efeitos colaterais são uma questão para a ciência solucionar, de tal maneira que o conhecimento dos leigos pode ser considerado irracional.

Giddens (1991) argumenta que a modernidade, associando crescimento e progresso à ciência e à racionalização, incorporou conhecimentos técnico-científicos socialmente construídos para mediar a relação entre seres humanos e natureza. Tais conhecimentos configuram o que o autor chama de sistemas peritos, que buscaram ao longo da modernidade, instaurar a dimensão do controle e da segurança¹⁹. Por sistemas peritos entendem-se sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje (GIDDENS, 1991).

No entanto, o impacto ambiental do industrialismo acabou por afetar a confiança em tais sistemas peritos, originando o que Beck caracteriza como a *sociedade de risco* (BECK, 2011). A tese principal de Beck (1995, p. 13) “é a questão da importância fundamental do conhecimento sobre os efeitos dos riscos existentes na sociedade de alta modernidade”. Esta marca a passagem da modernização simples para a modernização reflexiva, um estágio no qual a modernização se autodestrói e se modifica. “Quanto mais avança a modernização das sociedades modernas, mais ficam dissolvidas, consumidas, modificadas e ameaçadas as bases da sociedade industrial” (BECK, 1995, p. 13). Segundo Abreu (2002, p.47) “a partir deste raciocínio pode-se afirmar que a sociedade de risco surge da continuidade da modernização autônoma e emerge socialmente, ou torna-se visível, quando ocorre ruptura no consenso sobre o progresso e quando os riscos e os efeitos ecológicos são percebidos socialmente”.

Para Beck (1995), os efeitos colaterais, como os problemas ambientais, sociais, de saúde humana, não são sinônimos de medo ou ameaça, mas se configuram enquanto *riscos*. Representam assim, um perigo, que está fortemente associado à dimensão da decisão, caracterizando nossas incertezas cotidianas e rotineiras. Para o autor, os *riscos*

¹⁹Considerando a dinâmica da modernização da agricultura, podemos dizer que o pacote da Revolução Verde representa um sistema perito, que se propunha dar conta de um risco, qual seja, a fome do mundo. O sistema de produção do tabaco realizado mediante um contrato pré-firmado que estabelece uma relação de confiança entre fumageira e fumicultor, também consiste num sistema perito.

tornam-se a causa e o meio da mudança social, passando a ser um conceito chave a partir do qual a sociologia pode interpretar e compreender a vida social.

No âmbito da agricultura, os perigos tornam-se mais evidentes com a modernização da agricultura. Para Ploeg (2008), a partir dos anos 1960, houve a emergência da agricultura empresarial que se materializou e desenvolveu devido às novas condições introduzidas e consolidadas pelo projeto de modernização massiva no mundo todo, desencadeado pela Revolução Verde. Essas condições são: alta escala de produção, diminuição da absorção do trabalho agrícola, uso de tecnologias dirigidas e intensificadas, produção de monoculturas, processo de mercantilização e reestruturação criando o núcleo de um novo modo de produção agropecuária empresarial.

No âmbito da produção de tabaco, tais problemas também se evidenciam. A partir do sistema de integração, é garantido o uso de todos os insumos necessários, que se configuram enquanto sinônimo de modernidade, mas que carregam riscos para a ecologia e saúde humana. Exemplo disso são os agrotóxicos utilizados no cultivo do tabaco e a exposição à nicotina pela doença da folha verde, além dos riscos sociais oriundos de vários fatores e da incerteza econômica na qual os fumicultores estão sujeitos.

Com base nessa realidade, podemos afirmar que o sistema perito que sustenta o modelo de agricultura adotado no pós - Segunda Guerra Mundial gera riscos para o camponês, tornando-o dependente do uso de tecnologias e recursos financeiros externos (DELGADO, 2012) a sua propriedade, deixando de realizar as práticas agropecuárias que era habituado a adotar. Este pacote tecnológico gera efeitos colaterais, tais como contaminação do solo, água, ar, saúde pelo uso de insumos químicos; compactação do solo pelo uso de mecanização agrícola pesada; dependência à utilização de sementes melhoradas geneticamente; diminuição da água potável, pois além do assoreamento dos rios e áreas de recarga, está sendo utilizada para irrigação na agricultura; expansão das fronteiras agrícolas com abertura de terras para agricultura de larga escala; estes e outros fatores que corroboram para o aquecimento global.

Beck (2011) atribui peso ao conhecimento social sobre os riscos e a natureza incerta dos mesmos, uma vez que não há por parte da comunidade científica ou de peritos, conhecimentos que permitam um controle total dos perigos embutidos nos processos tecnológicos. Nisso, os eventos de insucesso, face ao uso de tecnologias modernas, promove a visibilidade dos problemas ambientais e conseqüentemente, rupturas nos consensos sociais sobre o progresso. Entendemos que os riscos e os efeitos

ecológicos na agricultura são percebidos socialmente, quando os agricultores que fazem uso de tecnologias modernas experimentam eventos de insucesso decorrentes do aparecimento de problemas ambientais, sociais e econômicos (ABREU, 2002).

Diante do reconhecimento dos riscos e seus efeitos colaterais, que a monocultura do tabaco e o sistema de integração geram, vêm-se evidenciando a busca por formas alternativas, baseadas na diversificação, na agroecologia, no debate da sustentabilidade e do desenvolvimento. Estas alternativas indicam, genericamente, um objetivo social e produtivo, pois conforme Altieri (2004, p. 9)

com a adoção de um padrão tecnológico e de organização social e produtiva que não use de forma predatória os “recursos naturais” e tampouco modifique tão agressivamente a natureza, buscando compatibilizar, como resultado, um padrão de produção agrícola que integre equilibradamente objetivos sociais, econômicos e ambientais.

Embora Beck (1995), num primeiro momento, apresente uma visão absolutamente pessimista, parecendo não haver saídas para o quadro catastrófico da sociedade atual, ele apresenta possibilidades de reversão dos riscos e indica algumas alternativas. Primeiramente, menciona que os peritos devem entrar em ação direta com os leigos para uma ação de resistência aos riscos, visto que os processos não vão se reverter sem a participação da população local. Não se trata somente da percepção dos riscos, mas sim da convivência dos leigos com os riscos, o que pode torná-los tão conhecedores quanto os peritos.

Neste sentido, Beck (1995) coloca em igual importância o conhecimento popular e o conhecimento científico, pois este conhecimento é tão essencial quanto o conhecimento dos peritos para a compreensão e a proposição de ações de reversão. Abreu (2002, p. 47/48) contribui afirmando que “qualquer ação de atores sociais com o fim de resistir aos efeitos provocados pelos riscos deve levar em consideração a cultura popular, o cotidiano e ação desses atores locais”.

Para Beck (1995), as alternativas ou soluções de reversão de riscos certamente não estariam nos partidos políticos, mas que podem estar em alguns movimentos sociais, desde que tais movimentos estejam vinculados às lutas cotidianas concretas das suas localidades envolvidas com a resistência aos riscos (ABREU, 2002). O autor critica ação dos movimentos ecológicos radicais, que propõem uma volta à natureza, mas estão desvinculados da sociedade real. Acrescenta que os procedimentos e soluções de reversão de riscos devem ser buscados a partir da inter-relação entre os diferentes grupos ou sujeitos sociais e com a mediação/interlocação dos peritos. Beck propõe uma

expansão do espaço público e sinaliza para a necessidade de adoção de mudanças de natureza ética no processo de conhecimento de riscos (BECK, 1995).

Ademais, em relação aos problemas decorrentes da complexidade da modernidade, o autor apresenta soluções simples. Afirma que é necessário pensarmos nas ações cotidianas dos diferentes atores sociais e nas localidades do planeta que se contrapõem a essa estrutura da alta modernidade ou de risco, indicando os problemas a partir de um diagnóstico global do desenvolvimento do capitalismo.

Neste sentido Abreu (2002, p.49) explica, com base em Beck (1995), que

a evidência do crescimento da consciência social de riscos ecológicos decorre da emergência, em escala global, dos problemas ecológicos e da natureza incerta de determinados processos sofisticados do ponto de vista tecnológico. Ou seja, na sociedade de risco, distintamente da sociedade industrial moderna, nem os peritos, nem os leigos detêm todo o conhecimento científico sobre os efeitos colaterais dos riscos, associam-se a estes elementos valores socioculturais que localizados por trás dos eventos ecológicos de riscos promovem a conscientização humana.

O aporte teórico de Beck aponta um campo de possibilidades e alternativas no plano das soluções para as saídas da crise, mas também é uma aposta diante de incertezas da sociedade contemporânea (ABREU, 2002). Nesse sentido, levando em conta a questão em estudo, visualizamos uma série de iniciativas realizadas pelos camponeses produtores de tabaco, as quais tentam dar conta de efeitos colaterais decorrentes da moderna monocultura do tabaco.

De acordo com Schneider (2009), os agricultores familiares – ou os camponeses, como preferimos neste trabalho – não apenas reagem ou se adaptam aos condicionantes externos, mas também são capazes de agir de forma propositiva e autoconfrontar-se com esta realidade exposta. Segundo o autor, a chave para compreender as dinâmicas cotidianas dos camponeses está nas inter-relações e interdeterminações que este grupo estabelece com outras esferas, como o Estado, o mercado, as instituições e outros dispositivos coletivos. Essas experiências representam formas de resistência, já que na busca por autonomia, constroem-se alternativas possíveis (SCHNEIDER, 2009).

O tabaco é um exemplo de agricultura subordinada à indústria, sendo que a forma como a cadeia está estruturada mantém as famílias sob o domínio das empresas multinacionais do tabaco. Assim, as empresas fumageiras exploram o trabalho dos camponeses e reiteram a necessidade do cuidado pleno com o tabaco, motivo pelo qual as famílias são orientadas a produzirem somente o tabaco, deixando de produzir para a sua subsistência e de diversificar sua produção, tornando-as cada vez mais dependentes da renda obtida com o tabaco. Isso evidencia o colapso dos sistemas peritos, pois, ao

mesmo tempo em que traz facilidades para as famílias fumicultoras, expõem-nas a diversas contradições deste sistema integrado (DELGADO, 2012).

No caso dos fumicultores, a diversificação produtiva permite uma maior capacidade para funcionar (SEN, 2000) no meio rural, ampliando as possibilidades econômicas sociais e ambientais e as escolhas que as famílias podem realizar para melhorarem o espaço onde vivem e levarem a vida que desejam. Desta forma, e como aponta Schneider (2010b), quanto mais diversificada for a unidade produtiva, maiores serão as possibilidades de escolha e mais amplas as estratégias que poderão ser estabelecidas para o combate da vulnerabilidade.

O processo de diversificação, segundo Freitas, Rambo e Sartorelli (2015, p. 7), “implica na construção de um portfólio que permita exercer o direito de escolha/opção”. Ou seja, estas escolhas podem variar entre os que optam por permanecer dependentes e especializados na produção de tabaco, ou daqueles que reduzem a produção sem abandonar o cultivo, e por fim, os que decidem migrar para outro cultivo. As estratégias são diversas quando os fumicultores são deparados aos riscos. Esses riscos podem advir das alterações nos planos sociais, político e econômico, estabelecendo graus de diversificação. Esses graus variam entre os agricultores, dependendo fundamentalmente das opções que vierem a seguir, da disponibilidade de recursos a que tiverem acesso e da capacidade de utilizarem estes recursos (FREITAS, RAMBO, SARTORELLI, 2015).

A diversificação não se consolidará, segundo Schneider (2009), enquanto não se institucionalizar (formal ou tacitamente) e enraizar-se nas estruturas cognitivas, mentais e culturais dos agricultores e da população em geral, incluídos os gestores públicos e instituições governamentais. Neste sentido, trata-se de processo em que os próprios atores precisam estabelecer formas de governança mantendo a capacidade de controle e regulação. Quanto mais os mecanismos de controle e institucionalização forem democráticos e participativos, tão melhor será para sua sustentabilidade (SCHNEIDER, 2009). Nesse sentido, nos valeremos da perspectiva orientada ao ator para compreender este processo, pois esta abordagem, além de complementar a da sociedade de risco, nos ajuda a compreender como os fumicultores buscam soluções para diminuir sua dependência ao cultivo do tabaco e buscar alternativas para a diversificação das propriedades, a qual segue na próxima seção deste trabalho.

3.2 PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR

Para compreender as diferentes formas de atuação e de resposta dos camponeses ao se autoconfrontarem com os efeitos da modernização – nesse caso, expressos pela modernização da agricultura e, conseqüentemente, e pela monocultura do tabaco – faremos uso das contribuições de Norman Long (2001) e de Jan Douwe Van der Ploeg (2008). Os autores propõem uma abordagem que ressalta a capacidade de agência humana, permitindo que se analisem as práticas, processos e formas de organização empregadas pelos camponeses no sentido de uma mudança social, por meio da construção de formas alternativas de garantia de sobrevivência material, e da sua reprodução social como unidades de produção.

Ao buscar compreender os processos de mudança social, Long (1994) observou que as abordagens existentes na época consideravam as mudanças apenas como reações às externalidades. Ao recuperar as análises sobre o desenvolvimento realizadas pelas perspectivas marxistas do subdesenvolvimento e pelas perspectivas da modernização, o autor conclui que “nenhuma dessas abordagens, ao que parece, dá atenção suficiente às maneiras pelas quais os grupos e processos locais podem contribuir, e na verdade modificar, os padrões de desenvolvimento regional e nacional” (LONG, 1994, p. 216).

Nesse sentido, segundo Gonzalez *et al.* (2013), a Perspectiva Orientada ao Ator tem sido um arcabouço teórico-metodológico construído por diversos pesquisadores ao longo das últimas décadas. O caráter teórico está em auxiliar a análise de fenômenos sociais no que tange aos efeitos das políticas de desenvolvimento, mobilizando conceitos e orientando suas aplicações. O caráter metodológico está no sentido de focar nos atores sociais, partindo do pressuposto de que essa abordagem necessita da sensibilidade do pesquisador em buscar compreender o ponto de vista dos atores (GONZALEZ *et al.*, 2013).

Para Long (2001) a abordagem orientada ao ator confere a significação para que se mostre a heterogeneidade dos espaços agrários dos camponeses e a importância de considerar como eles próprios moldam os padrões do desenvolvimento agrário. Para Long (2007), a vantagem do trabalho com o enfoque centrado no ator é a possibilidade de perceber diferentes respostas em processos aparentemente homogêneos, ou o que acima apresentamos como a autoconfrontação aos efeitos da modernidade. O autor considera que os diferentes atores sociais não são destinatários passivos de intervenções, mas sim participantes ativos, com capacidade de criar estratégias através de suas interações sociais e institucionais. Assim, é possível o entendimento dos

processos de construção dos projetos sociais de desenvolvimento e de como os diferentes atores agem nessa construção.

Ploeg (2008) reitera que os camponeses não são passivos receptores das ações governamentais e de projetos elaborados externamente, como o pacote da Revolução Verde, por exemplo. Neste sentido, ressalta-se que os camponeses deveriam ter reconhecida a capacidade de processar a experiência social e de conceber maneiras de lidar com a sociedade de risco, mesmo sob formas de coerção extrema. Dentro dos limites da informação, da incerteza e de outras limitações – por exemplo, físicas, normativas e político-econômicas – que possam existir, os atores sociais são “conhecedores” e “capazes”.

Ressalta-se a importância das políticas públicas que, de maneira diferenciada, chegam às famílias camponesas e por intermédio de outros atores sociais, que buscam alternativas para a permanência das famílias no campo com qualidade de vida. Ploeg (2008) entende que os estudos tradicionais sobre os camponeses negligenciam a capacidade de agência deste ator social.

Esta esfera remete à capacidade do ator em realizar ações casualmente, seu poder ou capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e alterá-los. Para o mesmo autor, a agência não é simplesmente um atributo do ator individual. Essa se manifesta quando ações particulares causam uma mudança em relação a um estado de coisas ou curso de eventos preexistente, acarreta relações sociais e somente pode se tornar efetiva através delas. Por conseguinte, a agência requer capacidade de organização e não é simplesmente o resultado de certas capacidades cognitivas, poderes persuasivos ou formas de carisma que um indivíduo possa ter. A agência depende da emergência de uma rede de atores que se envolvem nos projetos e práticas de outro indivíduo (PLOEG, 2008).

Na perspectiva orientada ao ator a noção do ator é afim à noção de agência humana estabelecida por Giddens (1991). Segundo este autor, a noção de agência humana é resultado de um processo reflexivo dos atores, a partir de sua capacidade de trazer as diferentes situações pela consciência e refletir suas escolhas. Os atores são capazes de compreender o que fazem, porque o fazem, quando o fazem. Esta agência humana é considerada o centro da perspectiva de ator social e é eixo pelo qual giram os planejamentos que tentam reconciliar as noções de estrutura e de ator. A noção de agência, para Long (2007, p. 48) atribui ao ator: “(...) a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lutar com a vida, ainda sob as formas mais

extremas de coerção”. Dentro dos limites de informação, incertezas e outras restrições (...) os atores sociais tem “capacidade de saber” e “capacidade de atuar”.

Nesse sentido, os atores sociais são compreendidos como participantes ativos na construção do desenvolvimento rural, processando informações, colocando em prática suas estratégias em interação com outros atores e instituições, o que Long (2001) conceitua de perspectiva orientada ao ator e complementa que:

Os projetos dos atores não são simplesmente atados a cenários estruturais determinados pelo circuito de mercadorias ou por programas de desenvolvimento organizado pelo estado. Mais do que isso, é através das formas pelas quais tais projetos se articulam que particulares “estruturas” são criadas, reproduzidas e transformadas. Somente assim, pode-se chegar a uma completa apreciação teórica e empírica da diferenciada natureza e das transformações da vida agrária (LONG, 2001, p. 231).

Destaca-se na abordagem orientada ao ator, ênfase na avaliação da interação de vários projetos e ações sociais, realizadas em estruturas macro, mas também nas localidades.

É através do complexo encontro e da mediação entre diversos atores com seus respectivos projetos que emerge a organização das estratégias de desenvolvimento, que são rotas específicas em direção ao futuro. Essa organização é o resultado da interface de diferentes estratégias, ou o que podemos designar de interação de projetos sociais (LONG; PLOEG, 1994, p. 68-69).

Assim, o ator é considerado um agente coletivo, que age a partir de processos de interação com outros, e o que define sua condição de ator é sua capacidade de agência. O ator se estabelece como um ente coletivo e o que define sua agência é sua “condição de agente”, entendida como a capacidade de saber e de agir (GONZALEZ, 2013).

A perspectiva orientada ao ator possibilita o entendimento de como os camponeses buscam a idealização de alternativas para solução de seus próprios problemas, sendo este, um processo social altamente complexo (LONG, 2001). Neste sentido, compreende-se que o desenvolvimento ocorre como um processo de mudança social, protagonizado por diversos atores, sendo os camponeses capazes de interpretar a realidade e propor as mudanças necessárias a atender suas necessidades, mobilizando demais atores, instituições e recursos para isso.

Segundo Ploeg (2008), a condição camponesa é caracterizada pela luta por autonomia que se realiza num contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza na criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada, a qual, por sua vez, permite formas de coprodução entre o homem e a natureza viva que

interagem com o mercado, permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de coprodução e fomentando a autonomia e, dessa forma, reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos próprios poderão ser fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações.

Ademais, Ploeg (2008), afirma que quando uma propriedade camponesa está em processo de diversificação pode optar por pelo menos quatro mecanismos de gestão e de conversão de recursos. O primeiro deles implica ampliar o portfólio de produtos e os resultados, o que para os camponeses implica ter sistemas de produção diversificados, plantios em policultivos, integração lavoura-pecuária, sistema agroflorestal, rotação de cultivos entre outros. Mas esse processo também pode ocorrer pela redução de custos e da dependência de insumos externos, realizando a utilização dos insumos existentes nas propriedades, como os estercos animais na forma de húmus, compostagem ou biofertilizante, armazenagem de sementes crioulas no sentido de ter autonomia produtiva das sementes, etc.

Já no segundo nível, a atividade produtiva é organizada de maneira a diminuir os custos monetários, dá-se preferência para os insumos localmente disponíveis. Num terceiro nível, a conversão diversificada pode implicar a reorganização técnico-produtiva da unidade, voltando-se mais para práticas agroecológicas ou orgânicas. Neste sentido, se estabelece uma nova relação com a natureza e entre as pessoas envolvidas. Num quarto nível as unidades podem recorrer à pluriatividade, combinando diferentes tipos de ocupações e de acesso a rendas, realizando atividades diversas pelos membros da família, dentro da propriedade, ou também alguma atividade fora dela.

Estes quatro mecanismos possibilitam que as unidades camponesas tornem-se mais estruturadas e mais autônomas. Isto ocorrerá também quando o camponês desenvolver estratégias, como: a criação de pequenos empreendimentos, sejam individuais ou cooperativados, a modificação da matéria-prima pela agregação de valor que ocasionará ampliação dos lucros e da renda (PLOEG, 2008).

No âmbito da moderna cadeia produtiva do tabaco, essa busca por autonomia deve-se, possivelmente, ao fato de que o avanço dos sistemas integrados de produção de tabaco, caracteriza-se por contratos que privilegiam os direitos das empresas fumageiras. Além disso, ao longo dos anos cresce o controle das grandes empresas

sobre os camponeses no fornecimento de sementes, agrotóxicos e demais insumos. Acentuaram-se os riscos à saúde humana, conforme alerta de diversos cientistas, devido ao aumento de alergias, depressão, câncer e outras doenças, muitas delas ligadas ao aumento no uso de agrotóxicos (ZAMBERLAN, 2012).

No sentido de trazer à discussão a realidade do estudo, o próximo capítulo tratar-se-á das experiências de diversificação que foram objeto desta pesquisa, ou seja, os fumicultores do município de Santa Cruz do Sul que iniciaram processos de diversificação em suas propriedades. Além dos fumicultores, foram entrevistados lideranças de entidades representativas dos camponeses no município que incentivam a diversificação produtiva, mobilizando políticas públicas importantes.

4 PRODUÇÃO DE TABACO *versus* EXPERIÊNCIAS DE DIVERSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES EM SANTA CRUZ DO SUL

Com base no que foi exposto, a seguir, tratar-se-á de trazer as experiências de diversificação que foram alvo desta pesquisa, ou seja, as famílias²⁰ de fumicultores do município de Santa Cruz do Sul que iniciaram processos de diversificação em suas propriedades. Além dos fumicultores, traremos os principais atores sociais envolvidos, ou seja, as entidades representativas dos camponeses do município que incentivam a diversificação produtiva mobilizando políticas públicas importantes.

4.1 AS INICIATIVAS DE DIVERSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES PRODUTORAS DE TABACO NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL

Nesta seção, nos valeremos do conceito da sociedade de risco para auxiliar na compreensão do por que as famílias implementam iniciativas de diversificação ao tabaco em meio ao discurso de que esta seria uma das atividades mais rentáveis para os camponeses. Este conceito surge a partir da elaboração de um diagnóstico sobre os problemas da sociedade contemporânea e da apresentação de alternativas frente à reversão dos problemas. Levando em conta isso e, frente aos resultados negativos gerados pela modernização da agricultura e da produção de tabaco no âmbito da agricultura camponesa, entende-se que a abordagem de Ulrich Beck auxilia na compreensão das motivações que levaram as famílias a diversificar o cultivo do tabaco. Um dos efeitos gerados pela moderna cadeia produtiva do tabaco é a crise ecológica. Beck sinaliza que os *riscos* tornam-se a causa e o meio da mudança social.

Ao reconhecer os riscos que a monocultura do tabaco e o sistema de integração geram, vem se evidenciando a busca por formas e alternativas, baseadas na diversificação, na agroecologia, no debate da sustentabilidade e do desenvolvimento. Os fumicultores ao se confrontarem com os efeitos colaterais dos riscos produzidos pela cadeia produtiva, buscam formas para diversificar suas propriedades e diminuir sua dependência ao tabaco. Essas iniciativas estudadas vão ao encontro do que Long (2007) denomina de Perspectiva Orientada ao Ator. Long (2007) afirma que os atores sociais

²⁰ Durante as visitas pode-se presenciar a alegria destas famílias ao falarem da produção de alimentos, mesmo sendo uma renda invisível, não monetária, mas que faz toda diferença na vida destas famílias. Foram vários convites para almoço, sem falar na partilha do saboroso chimarrão, pipocas, puxa puxa, doces, etc. Como se não bastasse o tempo que disponibilizaram para realização da entrevista, ainda compartilharam um pouco do que produzem com esta pesquisadora.

não são recipientes passivos de intervenções, mas participantes, com capacidades de criar estratégias através de interação com outros atores e também com instituições. Neste sentido, a POA permite compreender e analisar como são construídos os projetos sociais de desenvolvimento e como os diferentes atores sociais agem neste processo.

Para dar conta da proposta teórica apresentada, este estudo buscou realizar entrevistas com entidades que apoiam ações de diversificação, bem como com famílias que implementam estas iniciativas em suas propriedades, antes voltadas à produção do tabaco. Para tal e, levando em conta a heterogeneidade da agricultura familiar e do local de estudo, foi possível estabelecer uma tipologia das famílias que diversificam, com base na motivação que às levou à diversificação: (1) famílias que iniciaram diversificação por iniciativa própria, (2) famílias que tiveram apoio de entidades representativas dos camponeses do município em estudo. As entrevistas foram realizadas com 15 famílias através de um questionário semiestruturado, e buscaram identificar os motivos destas terem realizado a diversificação e como a fizeram. Nas entrevistas buscou-se contato com o maior número possível de integrantes da família, oportunizando a todos falarem durante a conversa.

A pesquisa de campo teve início com um contato realizado com as entidades que implementam ações de diversificação, as quais se configuram enquanto atores sociais envolvidos em processos de diversificação ao cultivo do tabaco. Agendaram-se as entrevistas com as lideranças, e logo após visitou-se as famílias indicadas por estas entidades. Ainda foram entrevistadas famílias que iniciaram o processo de diversificação por conta própria, sem incentivo de nenhuma entidade. Para chegar nestas famílias fomos conversando com as pessoas envolvidas nas entidades que indicaram as famílias entrevistadas.

Segue abaixo uma tabela com as características das famílias em relação à posse da terra, membros da família e sua idade.

Tabela 08 - Tamanho das propriedades, número de membros da família e idade dos membros da família.

| Número da Família | Tamanho da propriedade - hectares | Número de membros da família | Idade dos membros da família |
|-------------------|-----------------------------------|------------------------------|---|
| 1 | 5 | 2 | () 0 a 16 anos () 17 a 29 anos (1) 30 a 60 anos (1) > de 60 anos |
| 2 | 7,5 | 5 | (2) 0 a 16 anos (1) 17 a 29 anos (2) 30 a 60 anos () > de 60 anos |
| 3 | 15 | 3 | (1) 0 a 16 anos () 17 a 29 anos (2) 30 a 60 anos () > de 60 anos |
| 4 | 13,6 | 3 | (1) 0 a 16 anos (1) 17 a 29 anos (1) 30 a 60 anos () > de 60 anos |
| 5 | 12 | 2 | () 0 a 16 anos () 17 a 29 anos (2) 30 a 60 anos () > de 60 anos |
| 6 | 9,7 | 2 | () 0 a 16 anos () 17 a 29 anos (2) 30 a 60 anos () > de 60 anos |
| 7 | 19 | 3 | () 0 a 16 anos () 17 a 29 anos (1) 30 a 60 anos (2) > de 60 anos |
| 8 | 19,8 | 3 | () 0 a 16 anos (1) 17 a 29 anos (2) 30 a 60 anos () > de 60 anos |
| 9 | 12 | 4 | (1) 0 a 16 anos (1) 17 a 29 anos (2) 30 a 60 anos () > de 60 anos |
| 10 | 40 | 3 | (1) 0 a 16 anos () 17 a 29 anos (2) 30 a 60 anos () > de 60 anos |
| 11 | 20,7 | 3 | () 0 a 16 anos (1) 17 a 29 anos (2) 30 a 60 anos () > de 60 anos |
| 12 | 30 | 5 | (1) 0 a 16 anos () 17 a 29 anos (2) 30 a 60 anos (2) > de 60 anos |
| 13 | 8 | 4 | () 0 a 16 anos (2) 17 a 29 anos (2) 30 a 60 anos () > de 60 anos |
| 14 | 4,5 | 4 | () 0 a 16 anos (1) 17 a 29 anos (3) 30 a 60 anos () > de 60 anos |
| 15 | 19,5 | 2 | () 0 a 16 anos () 17 a 29 anos (2) 30 a 60 anos () > de 60 anos |

Fonte: Organização própria (2015).

Como consta na tabela 08, a maioria das famílias entrevistadas possui menos de 1 módulo rural de terras, sendo que 12 famílias possuem área menor que 20 hectares. As outras 3 famílias possuem mais de 1 módulo, mas não passa de 2 módulos, ou seja 40 hectares. Sobre a idade das pessoas entrevistadas, somente nas famílias 1, 7, 12 possuem pessoas que recebem aposentadoria, o que contribui na renda das famílias. Em relação à permanência da juventude no campo, 7 famílias possuem jovens de até 29 anos em suas propriedades, as outras 8 famílias os jovens já migraram para outras atividades.

Neste sentido, as duas próximas seções servirão para identificar os principais atores envolvidos e caracterizar a trajetória das iniciativas empregadas pelas famílias

camponesas para a diversificação do tabaco em suas propriedades, bem como suas motivações. Além disto, serão elencadas as principais políticas públicas mobilizadas. Seguindo a categorização recém citada, a seção 4.2.1 apresenta os fumicultores que diversificam por conta própria e, na seção 4.2.2, os fumicultores que receberam incentivos de entidades que fomentaram iniciativas de diversificação.

4.1.1 Os fumicultores que diversificaram por conta própria

O grupo que passou a diversificar por conta própria, sem auxílio mais próximo de alguma entidade é composto por três famílias. Nessas famílias, os efeitos colaterais que geraram as autoconfrontações, as quais motivaram o processo de diversificação foram: problemas com a comercialização e renda, alto custo de produção, mão de obra e trabalho árduo no tabaco, utilização de muito veneno e intoxicações, doença da folha verde, problemas do clima: chuvas torrenciais, seca, granizo. Nestas famílias entrevistadas, os produtos gerados a partir da diversificação são utilizados para o autoconsumo da família, ou seja, para sua alimentação e dos animais que são fonte de alimentação para a família, mas também para comercialização. Este grupo caracteriza-se por ter pequenas áreas de terra e utilizar desta, uma pequena parte para a produção do tabaco. As famílias possuem de 5 a 15 hectares e destes realizam o plantio de tabaco em 1,5 a 2,5 hectares, conforme tabela a seguir:

Tabela 09 - Área total das propriedades e área ocupada com tabaco

| Família | Total de hectares | Área cultivada com tabaco/ha |
|----------------|--------------------------|-------------------------------------|
| 1 | 5 | 1,5 |
| 2 | 7,5 | 2,0 |
| 3 | 15 | 2,5 |

Fonte: Organização própria (2015).

A entrevista 1 foi realizada numa família composta por duas pessoas, um casal que já estão aposentados. A terra foi recebida de herança e 2 hectares foram comprados. Na propriedade a família planta 20 mil pés de fumo, além de milho, cana, feijão, hortaliças. Possuem ainda um pomar, criam galinhas, porcos e vacas leiteiras. Comercializavam o leite para a empresa Lactalis, porém, no momento das entrevistas, as vacas não estavam em lactação. Possuem uma parte da terra com mata nativa. Realizam a comercialização de ovos, leite e eventualmente algum porco, tudo vendido na própria propriedade. Enquanto as vacas produziam leite, esta era a principal fonte de renda. Agora o fumo é responsável pela renda principal. A família comenta que chegaram a plantar 70 mil pés de tabaco, mas com a saída dos filhos da propriedade e,

consequente ocorreu a diminuição da mão de obra, foram diversificando a produção e diminuindo a quantidade de fumo plantado. Este relato corrobora com Schneider (2010) que analisa a situação paradoxal em que se encontram os fumicultores que ao mesmo tempo em que praticam uma atividade altamente rentável e lucrativa, expõem-se ao trabalho árduo e intenso do tabaco e aos riscos produzidos por este cultivo. Freitas (2014, p. 126) colabora com o debate afirmando que

esta produção gera uma situação de dependência e de vulnerabilidade, que fragilizam estas famílias e geram situações de pobreza e risco. Alguns exemplos de trabalhos destacam essa condição de vulnerabilidade social, principalmente em relação à saúde do produtor, o trabalho infantil e a questão ambiental.

A família 1 relata que não sente seu trabalho valorizado na produção do tabaco. *“Comercialização é ruim, por isso não pode ficar dependente do fumo. Não vendi nenhuma arroba de BOI²¹ neste ano, e o fumo era bonito²²”*. Ao serem questionados sobre as vantagens de produzir tabaco, eles relatam que tem dois fatores: pelo fato *“da propriedade estar estruturada, e isso foi aprendido da família. Temos galpão, estufa, se não plantasse fumo ficaria abandonado”*. Já as desvantagens, na opinião da família 1 são *“comercialização sem preço garantido, utilização de muito veneno, isso não é mais como era antigamente, hoje é muito utilizado no canteiro, na roça não vai muito veneno”*. Sobre as intoxicações a família considera que *“ainda não temos problemas com intoxicação. Mas meu marido sofre da doença da folha verde com fumo molhado e ele não acha confortável usar o EPI”*.

O modelo de produção nesta família é convencional. Ademais, contam com alegria o fato de ter melhorado muito a renda com a diversificação: *“houve melhoras, pois tudo ajuda. Eu tenho de tudo para colocar na mesa com qualidade, produzo até o queijo e manteiga para o gasto”*. A agricultora se mostra feliz em produzir o seu autossustento e diz que *“fico feliz em colocar na mesa o que produzo, meus filhos vem almoçar todo dia comigo, mas trabalham fora. Tenho orgulho em apresentar para visitas o que produzo”*.

²¹ BOI é a classe de fumo de maior qualidade, consequentemente, de maior valor.

²²Para dar destaque ao relato dos entrevistados, todas as falas dos entrevistados foram destacadas em itálico e aspas. Alguns ajustes foram feitos quando da transcrição, para facilitar a compreensão das falas pelos leitores.

Figura 02 - Propriedade da família 1.



Fonte: Acervo pessoal (2015).

A família conta que no início do processo de diversificação enfrentou muitos desafios, pois não tinham muito incentivo. Eles tiveram auxílio de políticas públicas para estruturar a propriedade, como o Pronaf. Mais recentemente, estão recebendo assistência técnica através do MPA. Participam do ATER agroecologia que teve início em fevereiro de 2015. Na opinião deles *“é uma boa ajuda para os colonos, eles trabalham para os colonos e a gente sempre aprende um pouquinho mais”*.

A família 1 relata ter melhorado muito suas condições de vida com a diversificação. A entrevistada da família 1 comenta: *“eu me sinto bem, to acostumada desde pequeno, junto com os pais. Melhorou muito porque temos mais coisas na mesa, pro nosso consumo”*.

A entrevista 2 foi realizada numa família composta por um casal, sua filha casada que tem duas crianças. Eles residem todos na mesma casa e possuem 7,5 hectares de terra, nos quais 1,5 hectares são cultivados com fumo e o restante com produção diversificada: horta, pomar, mato nativo e campo. Produzem milho para tratar aos animais, pois a renda principal vem da produção de porcos, comercializados nos mercados de Santa Cruz do Sul, e também para os vizinhos da comunidade de Linha

João Alves.

Figura 03 - Propriedade da família 2.



Fonte: Acervo pessoal (2015).

Ao serem questionados sobre o motivo que os fez diversificar a produção eles comentam que *“não tem mais mão de obra, pois o fumo tem épocas que se trabalha 15 a 16 horas por dia. E na hora da comercialização, estamos recebendo hoje valor menor que há 3 anos atrás, e os insumos sobem todo ano”*. Portanto, a produção de porcos *“dá mais renda e é mais fácil”*. Outra iniciativa que está em fase inicial, desenvolvida pela família 2, é a criação de galinhas caipiras para produção de ovos, *“quero entrar na feira rural para comercializar e também buscar um mercado particular”*.

A família 2 planeja as atividades de diversificação que se iniciaram há dois anos, pois *“do fumo tu só tem dinheiro uma vez ao ano, quando chega setembro a dezembro, ninguém tem dinheiro. Ai resolvi criar os porcos para ter dinheiro nessa época”*. Comenta um dos entrevistados, que no início precisou pedir dinheiro emprestado, mas com a produção do primeiro lote de porcos, pagou o empréstimo e com a renda foi ampliando cada vez mais a criação. Atualmente possuem duas matrizes que já produzem boa parte dos leitões.

O modelo de produção é convencional, utilizando o mínimo de venenos possível, pois sabem dos riscos que correm ao aplicá-los. Sobre as vantagens de

produzir tabaco a família 2 relata que *“não tem vantagem nenhuma, ficamos nisso por que nos criamos nisso e fomos ficando e ficando e não tinha coragem de iniciar outra coisa. Recebemos isso de casa. Para começar outra coisa precisa ter dinheiro”*.

Sobre as desvantagens comentam que tem problemas de saúde como dores nas mãos. Outro problema de saúde diz respeito às intoxicações oriundas da doença da folha verde do tabaco: *“minha filha tem problema no fumo molhado”*. Ressaltam os membros que tiveram muitos problemas com episódios climáticos como granizo ou seca, *“uma ou outra coisa sempre dá de problema”*. Na última safra tiveram problema com a comercialização: *“esse ano a comercialização foi ruim. No começo quem tinha fumo bom tirou média de 100 reais e no fim qualquer coisa pagavam BOI”*. Mesmo tendo essa dificuldade na comercialização o fumo tem comércio garantido.

A renda da família melhorou significativamente com a diversificação: *“antes nós nunca tinha condições de comprar um carro e já comprei com o dinheiro dos porcos”*. Contam entusiasmados que o mercado valoriza mais a carne de porco produzida por ele, *“o mercado me paga 2 reais a mais pelo kg de carne que o frigorífico, pela qualidade da carne, pois os porcos são criados com trato natural”*. Esse fato muda o paladar da carne produzida pelo camponês. Esta relação estabelecida por esta família com o mercado local constitui-se, segundo Marsden (2000) como cadeias curtas de abastecimento.

A família teve acesso ao Pronaf Investimento, cujo projeto foi elaborado pela EMATER, e serviu para construir estruturas de produção para a família. Este financiamento já foi quitado. Atualmente a família acessa somente o Custeio para lavoura de milho que renova automaticamente todo ano, não necessitando de nenhuma entidade para acessar. Recentemente está participando da chamada da ATER agroecologia, que é executada pelo MPA e será explicado devidamente na sequência da dissertação. Acerca da ATER a família relata que *“estamos aprendendo novidades. Nos primeiros encontros já aprendemos muita coisa. Fizemos um curso de poda e vi que a poda que eu fazia estava errada”*.

A vida da família 2 melhorou com a diversificação e dizem se sentir mais livres:

“Melhorou começando pelo carro, antes a gente não pode sair. Entra dinheiro toda semana, com fumo não é assim, entra uma vez por ano e tem que se manter com esse dinheiro o ano inteiro. Temos bastante comida para o consumo, não tinha tanto antes, isso melhorou também. Produzimos torresmo, banha tem muita saída no comércio, mas bacon e morcela é somente para o consumo”.

Já a família 3 é composta por três pessoas, o casal e uma filha de 10 anos. Eles

possuem 15 hectares de terra, sendo que 7,5 são de propriedade deles e os demais são cedidos por um familiar para o plantio. Uma parte dos 7,5 hectares foi recebida de herança e outra foi comprada. Destes, 2,5 hectares estão cultivados com fumo, o que representa de 30 a 35 mil pés. Realizam ainda o plantio de milho para silagem, pastagem, aipim, cana, feijão, mandioca, batata. Possuem horta e pomar. Estão realizando a produção de leite a pasto, devido a qual a família possui 17 vacas. Há planos de aumentar esta produção pouco a pouco, pois a produção leiteira requer investimento consideráveis. A renda da família 3 fica bem dividida entre a produção de leite e a produção de fumo.

O processo de diversificação iniciou a pouco mais de 5 anos. *“Nós já chegamos a plantar 55 mil pés de fumo, nós dois sozinhos e não tem mais peão. A mão de obra é escassa e o fumo é um serviço judiado né, tem 3 meses ali que é bem puxado”*. Devido a esse fator a família resolveu trabalhar com o leite *“que é um serviço um pouco mais leve, estamos reduzindo o fumo, ao passo que vamos aumentando o tambo de leite”*.

Figura 04 - Propriedade da família 3.



Fonte: Acervo pessoal (2015).

A redução do cultivo do tabaco também se deve ao fato da falta de garantia na comercialização: *“a venda do fumo não é mais aquilo, tá um pouco mais apertado, os*

insumos estão caros o preço do fumo não acompanha". Em relação ao trabalho, a família acha que *"o leite dá menos mão de obra, e funciona também, tem que tirar leite de manhã e de tardinha, mas é mais fácil que fumo, meu Deus, sem comparação"*.

O início da trajetória de diversificação foi um fato bem ocasional. O casal necessitava de leite por terem uma filha pequena e compraram duas vacas magras da raça Jersey. Foram tratando as vacas e elas aumentaram o leite. Resolveram procurar o leiteiro para vender o excedente para a indústria de leite. E assim viram que a renda do leite era mensal e resolveram ampliar a produção. Adquiriram mais uma vaca, depois mais outra, depois adquiriu um resfriador. Para tanto, contaram com recursos oriundos do Pronaf. No primeiro ano a família já reduziu a produção de fumo para 40 mil pés. No ano seguinte comprou mais três vacas e diminuiu o cultivo do fumo para 32 mil. No ano 2015 a família já comprou mais vacas e pretende diminuir mais a produção de tabaco, talvez plante 25 mil pés.

"Dizem que só fumo dá dinheiro, mas o leite também dá, só que o fumo dá aquele montante numa vez, o leite é aquela quantia por mês, tu sabe o que vai produzir o quanto tu vai vender. O fumo tu planta aquilo, tu não sabe como vai ser, o ano todo é comprido e daí chega na hora da venda e a gente não sabe o que vai ganhar. O leite não, tu sabe que vai produzir por mês, tu faz dinheiro num curto espaço de tempo. O fumo não, tu trabalha o ano inteiro para receber aquele montante".

O modelo de produção é convencional, mas na horta e na produção de alimentos estão utilizando esterco e não usam venenos. Sobre as vantagens de produzir tabaco a família 3 comenta que *"para quem tem pouca terra é mais lucrativo"*. E sobre os problemas na produção do tabaco ressaltam que

"a mão de obra é complicado. Outro problema é a comercialização, já começa por ali, eles não olham se o fumo é bonito ou feio, a comercialização é na firma, tu paga o frete para levar teu fumo, e se lá eles desclassificam se lá é ruim a compra tu tem que pagar frete de volta, eles podiam fazer a classificação em casa no paiol, na propriedade. O pessoal vem aí, faz a classificação, se o produtor concorda daí leva, seria mais justo fazer a classificação na propriedade".

Outro fator negativo na produção do tabaco são os venenos: *"se tu não usa não dá nada. Eu já tive problemas de saúde na aplicação do veneno e minha esposa não pode colher fumo molhado, nós passamos mal"*.

Estas famílias têm em comum o fato de terem área pequena de terra, e mesmo assim realizaram a diversificação. Este grupo tem produção para o autoconsumo, mas duas famílias (a 2 e 3) realizam a comercialização de carne de porco e leite. Esta renda se equivale e na família 2 é maior que a do tabaco. Todas as famílias deste grupo

relataram problemas com a comercialização de tabaco na safra 2014/2015. Este grupo relaciona-se diretamente com a perspectiva orientada ao ator e a capacidade de agência humana. Eles não ficaram esperando que viessem prontas as saídas para enfrentar os problemas gerados com o monocultivo do tabaco, mas a partir da sua capacidade, buscaram encontrar saídas para seus problemas. E fizeram isto aos poucos, com iniciativas pequenas e foram ampliando aos poucos, ao passo em que encontraram segurança para fazê-lo. Encontramos neste grupo pesquisado uma relação diferenciada com o mercado local, no qual os camponeses construíram uma relação de confiança e comercializam carne de porco através de cadeias curtas de comercialização (MARSDEN, 2000). Neste sentido salienta-se que mesmo sob formas extremas de coerção, os camponeses são sim conhecedores e capazes (PLOEG, 2008).

A seguir trataremos das famílias que iniciaram processos de diversificação com incentivo de entidades representativas dos camponeses no município de Santa Cruz do Sul.

4.1.2 Famílias que iniciaram a diversificação com apoio de entidades

Nesta seção apresentaremos a atuação de algumas entidades existentes em Santa Cruz do Sul que auxiliam na diversificação do cultivo do tabaco. Inicialmente mostraremos a atuação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) o qual possui um centro de formação no município de Santa Cruz do Sul e está executando as chamadas públicas de ATER diversificação ao cultivo do tabaco e o ATER Agroecologia. Na sequência, trataremos a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul e a forma de educação a qual trabalha para incentivar a diversificação produtiva e principalmente a manutenção dos jovens no campo. Em seguida, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) cuja atuação se dá pela ATER Agroecologia e também na organização da produção orgânica e comercialização na Feira orgânica do CAPA. Por último, e não menos importante, a ação da EMATER na ATER Sustentabilidade e na organização da produção para a feira livre municipal e o PAA Municipal.

Estas entidades configuram-se enquanto sistemas peritos, pois ao tratar de diversificação, as entidades tem papel fundamental na organização dos camponeses, no processo de reflexão durante atividades coletivas, e no processo de elaboração do que seriam as estratégias de enfrentamento aos problemas ocasionados pela cadeia produtiva do tabaco. Além das entidades, evidenciaremos as entrevistas realizadas com as famílias indicadas por estas entidades, que desenvolvem iniciativas de diversificação.

4.1.2.1 As famílias que diversificam com o apoio do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Um dos importantes atores sociais envolvidos na realização de iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco no município de Santa Cruz do Sul é o MPA.

O MPA é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massas, autônomo e de luta permanente, no qual fazem parte grupos de famílias organizados. Incentiva a produção de alimentos saudáveis que tem como objetivo o resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais, o modo de vida e os valores da classe camponesa, nas diversas regiões do Brasil. Está comprometido com a construção de um Plano Camponês para o desenvolvimento da agricultura, de uma nação soberana, animada pelo horizonte e pelos valores de uma sociedade socialista (MPA, 2012).

O início deste movimento deu-se no ano de 1996, reivindicando atitudes do poder público para o enfrentamento de uma longa estiagem que desencadeara uma situação insustentável para os agricultores e agricultoras que não estavam sendo conduzidos de maneira satisfatória pelos sindicatos da categoria. Foi protagonista de lutas importantes que resultaram em diversas políticas públicas, como o crédito rural (Pronaf, Seguro agrícola), Programa de Moradia Rural, ATER, entre outros (MPA, 2012).

Atualmente, o MPA está organizado em 19 estados do país (RS, SC, PR, MT, GO, DF, RO, PA, PI, CE, SE, PE, AL, BA, PB, ES, RJ, MG, SP). No Rio Grande do Sul está presente em mais de 200 municípios. Também está articulado com organizações de outros países, através da Via Campesina, cujas prioridades estão relacionadas ao resgate da cultura camponesa, ao desenvolvimento sustentável e a defesa da agroecologia, em contraponto a uma agricultura globalizada, excludente e patriarcal.

O MPA passa a debater mais fortemente a diversificação em áreas de tabaco a partir de 2004, quando apoiou a estruturação da Cooperativa Mista de Fumicultores do Brasil (Cooperfumos), no município de Santa Cruz do Sul. A Cooperativa congrega camponeses, associações e demais formas de cooperação.

A Cooperfumos constituiu-se a partir de uma série de debates que focaram em discutir: a organização dos camponeses produtores de fumo; a necessidade de

diversificação da produção agrícola nas áreas onde a atividade tabagista se intensificou, alternativas viáveis ao cultivo do fumo e, a necessidade dos camponeses terem um instrumento de luta contra a exploração das empresas tabagistas. A escolha da sede da Cooperfumos em Santa Cruz do Sul deu-se exatamente por ser este município local da instalação de grandes empresas do tabaco (COOPERFUMOS, 2013).

Partindo deste pressuposto, o MPA passou a buscar um espaço no qual fosse possível incentivar a diversificação produtiva dos camponeses da região como um complexo para experimentação de novas culturas, servindo como espaço para a reprodução de sementes e mudas. Em 2008, a Cooperfumos do Brasil iniciou projeto de produção integrada de alimentos e bioenergia em parceria com a Petrobrás e outras instituições. Para tanto, constituiu o Complexo Agroindustrial e Profissionalizante Alimentos e Bioenergia São Francisco de Assis, que foi inaugurado em meados de 2009. Para a construção do Complexo, a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul doou uma área de 41 hectares, situada às margens da BR 471, km 103.

Figura 05 - Centro de Formação do MPA e sede da Cooperfumos



Fonte: Acervo pessoal (2015).

Com apoio da Petrobrás, através do Programa Desenvolvimento e Cidadania, foi construído com técnicas de bioconstrução e convencional, um Centro de Formação e

Capacitação. Este Centro foi construído ao mesmo tempo em que formou 240 jovens e camponeses em bioconstrução e bioenergia e agora está pronto para receber camponesas e camponesas, especialmente jovens, para aprender técnicas de produção agroecológica, técnicas agroindustriais, organização social e organização da produção.

Todas essas atividades estão sendo acompanhadas por inúmeros camponeses e pela sociedade regional e já se tornam referências para as famílias agricultoras que buscam alternativas para diversificar a cultura do fumo²³.

Neste sentido, o MPA, ao longo da sua história, construiu parceria com vários teóricos e intelectuais ligados à temática do campesinato e iniciou um processo de elaboração do Plano Camponês, e buscou-se trabalhar nas várias esferas da vida camponesa: produção, educação/formação, vida de qualidade, comunidade camponesa e soberania, cinco eixos que se desdobram e buscam elementos significativos para a permanência dos camponeses no campo com maior qualidade de vida, conforme apontado no quadro seguinte:

²³ Todos os anos passam pelo centro aproximadamente 2 mil camponeses que recebem formação de acordo com os temas das chamadas públicas que eles participam, voltados à diversificação da produção e agroecologia. Neste local acontece também o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) Agricultura familiar.

Quadro 06 - Síntese do Plano Camponês

| | | |
|----------------------|--|---|
| PRODUÇÃO | Sistemas Camponeses de Produção | Alimentos, sementes, oleaginosas, leite, SAFs, adubação verde e orgânica, etc. |
| | Agroindústrias | Leite, mel mandioca, café, óleos, erva mate, derivados da cana, embutidos, defumados, etc. |
| | Desenhos organizativos | Grupo de base, associações, condomínios, cooperativas, etc. |
| EDUCAÇÃO FORMAÇÃO | Escola | Escolas locais, contextualizadas, desenvolvimento local. |
| | Universidade | De acordo com a realidade camponesa, acesso aos camponeses. |
| | Informal | Reuniões, debates, práticas, dias de campo, etc. |
| VIDA DE QUALIDADE | Moradia | Casa, pomar, horta, sombra, jardim, autoestima. |
| | Esporte | Futebol, vôlei, bochas. |
| | Cultura | Teatro, música, dança, mutirão, partilha, alimentos. |
| | Lazer | Festas, bailes, torneios, encontros. |
| | Saúde Popular | Alimentação saudável, plantas medicinais, saneamento, etc. |
| COMUNIDADE CAMPONESA | Elos vinculantes Fator de resistência | Alguma estrutura comunitária. |
| | | Escola na comunidade. |
| | | Troca de dias de trabalho, mutirões. |
| SOBERANIA | Alimentar | Comida é local, vinculada à cultura, modo de vida, diversificada, sem veneno, buscando o equilíbrio ambiental. |
| | Energética | Produção, controle e autoconsumo de energia, mudança na matriz energética, biomassa, biogás, ventos, sol, etc. |
| | Genética | Recuperar nossas sementes, implementar técnicas de armazenagem e melhoramento, divulgar experiências existentes. |
| | Hídrica | Recuperar nossas nascentes, implementar técnicas de coleta e armazenagem de água, desenvolver pequenos sistemas de irrigação. |
| | Territorial | Material e imaterial: espaço de vida, espaço de produção, espaço de disputa. |
| CONTRADIÇÕES | Agronegócio | Multinacionais, latifundiários, Estado Brasileiro. |

Fonte: MPA, (2012). Organização própria.

O objetivo principal do Plano Camponês é produzir alimentos saudáveis, respeitando o meio ambiente com objetivo de alimentar o povo trabalhador e fortalecer o campesinato. Pode-se afirmar que o Plano Camponês é uma contribuição significativa para a afirmação do campesinato como ator social, que pensa e elabora a partir da sua realidade concreta. É alicerçado na agroecologia, sendo que o Plano Camponês e a Agroecologia são sinônimos da construção de um projeto alternativo de sociedade (MPA, 2012).

Para tanto, o MPA vem trabalhando a diversificação produtiva do tabaco a partir

do conceito “alimergia”, que é um termo formado a partir de debates e estudos realizados no MPA, que diz respeito à produção de **AL**imentos, com respeito ao **ME**io ambiente, e também de ene**RGIA**. Neste sentido, busca desenvolver formatos produtivos que integrem de maneira sinérgica a produção de alimentos e de energia com preservação ambiental.

Silva (2014) afirma que a alimergia visa à soberania alimentar e energética das comunidades, dos territórios e dos povos de maneira integrada e harmônica com os ecossistemas locais. Mas que a “alimergia” só será possível com sistemas de base ecológica, sistemas complexos de policultivo, desenvolvendo a agroecologia.

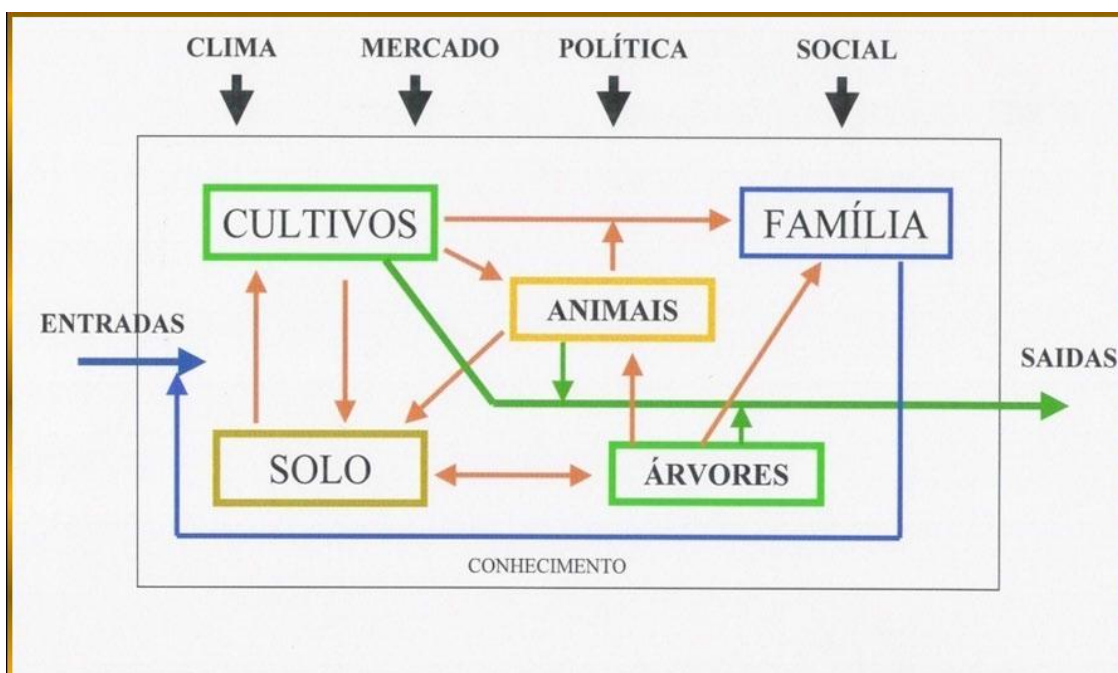
A noção de alimergia não busca somente unir num processo produtivo integrado e sistêmico, alimentos, meio ambiente e energia. É a construção de um novo paradigma, necessário para responder aos desafios e às exigências objetivas atuais de crise alimentar, energética e ambiental. É uma alternativa concreta, construída pelos camponeses para garantir a sobrevivência da vida na biosfera em termos energéticos, alimentares e ambientais e para a construção do futuro (SILVA, 2014).

O MPA trabalhou e vem trabalhando dentro do eixo da produção um conceito chamado de “Sistemas Camponeses de Produção”. São sistemas desenvolvidos pelo campesinato ao longo da história para garantir uma ampla produção com eficiência produtiva, com emprego dos insumos disponíveis na propriedade, com aplicação de tecnologias de domínio próprio sem gerar dependência externa. São sistemas de produção em consonância com a natureza, em que não há uma oposição entre agricultura e meio ambiente, mas sendo atualizado e modificado com elementos trazidos pelas próprias famílias (MPA, 2012).

Os Sistemas Camponeses de Produção são um complexo arranjo entre cultivos, árvores, animais e o solo, que garantem a circulação de produtos e subprodutos entre si, de modo que aquele produto do cultivo que não usado para consumo familiar e nem comercializado se transforma em alimento para os animais, que por sua vez produzem alimentos para a família, o mercado, o solo e outros animais. Nessa forma de produção nada se perde, tudo tem uma utilidade (MPA, 2012).

De modo esquemático podemos apresentar os Sistemas Camponeses de Produção da seguinte forma:

Figura 06 - Figura esquemática dos Sistemas Camponeses de Produção.



Fonte: MPA (2012).

Esse conceito é antagônico ao conceito de cadeias produtivas, pois nestas, os camponeses se especializam para a produção de alguma cultura principal, como ressaltado na cadeia produtiva do tabaco. Com o plantio de monocultivos há uma competição pelas terras, mão de obra e tempo, para realizar o plantio de outras culturas. No sistema camponês de produção, objetiva-se a utilização das terras dos camponeses, de forma a aproveitar todos os espaços existentes, pois a realidade é de pequenas propriedades. Na região em estudo, este processo está sendo desenvolvido devido à autoconfrontação com os riscos produzidos pela cadeia produtiva do tabaco, incentivando a diversificação. Ademais, num primeiro momento, serve para conscientizar as famílias sobre a importância de produzir sua própria alimentação e com isso garantir a soberania alimentar, bem como, diminuir sua dependência a renda do tabaco.

A cadeia produtiva do tabaco é antagônica aos Sistemas Camponeses de Produção. Para a liderança do MPA (entrevistado 16), a “cadeia produtiva do tabaco como o nome já diz, é uma das cadeias mais bem organizadas deste setor, pois ela prende os camponeses de tal forma que eles não conseguem enxergar saídas para tal”. O entrevistado reitera que o Movimento não é contra o fumo, “mas precisamos incentivar as famílias a não ficar dependendo somente o tabaco e com isso diminuir a exploração das fumageiras aos fumicultores”.

Técnico agrícola e estudante de engenharia agrícola, o entrevistado 16 comenta que desde sempre foi militante social, primeiramente na Comissão Pastoral da Terra (CPT), depois no setor estudantil durante o curso técnico e mais ativamente no MPA. Está desde 2006 residindo no Centro de Formação do MPA e ajuda na coordenação do Centro e da Chamada Pública de ATER.

O entrevistado 16 salienta que há vários anos o MPA vem trabalhando no sentido de debater a realidade dos fumicultores e diante desta situação vem incentivando a diversificação produtiva: *“nossas ações ocorrem no sentido de demonstrar que a produção de alimentos é uma fonte de renda muito importante, mesmo que não seja monetária, mas que os fumicultores não podem ficar dependendo do fumo para comprar seu alimento”*. Neste sentido o MPA trabalha fortemente a formação com os agricultores, realizando cursos, dias de campo, oficinas práticas e intercâmbios, cujo objetivo segundo o entrevistado 16 é *“oportunizar aos camponeses enxergarem na prática que já tem várias famílias realizando a diversificação e a transição para a agroecologia e com a troca de experiências conscientizarem que é possível fazer a partir do sua propriedade com os recursos que ali mesmo possui”*. O entrevistado trata ainda da chamada pública de ATER desenvolvida pela Cooperfumos e pela Coopsat²⁴, ambas cooperativas do MPA.

Neste mesmo sentido, o MPA, através da cooperativa Cooperfumos, desenvolve a Chamada pública de ATER para diversificação do cultivo do tabaco²⁵, via chamada pública do MDA. No ano 2015, a chamada pública beneficiou 1840 famílias em 15 municípios da região. Fazem parte da equipe técnica do projeto, jovens filhos de agricultores da região, de diversas áreas do conhecimento: agronomia, zootecnia, administração, engenharia florestal, pedagogia, serviço social, história, entre outros, compondo uma equipe multidisciplinar.

Todos os extensionistas agentes de ATER passam por processo de formação, e aprendem sobre os princípios orientadores deste movimento social, pelo qual o agente de ATER deve ser um mediador, um facilitador, contrapondo o modelo difusionista de tecnologia e conhecimento. Essa formação é realizada pelo MPA anualmente, e busca além de debater sobre a diversificação produtiva, ampliar cada vez mais o conhecimento

²⁴ Coopsat é a Cooperativa de Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Educação Rural Ltda., é uma das cooperativas do MPA que realizam chamadas públicas de ATER na região, juntamente com a Cooperfumos.

²⁵MDA, 2015.

sobre agroecologia. As ações e atividades da chamada pública com as famílias incluem reuniões nas comunidades, cursos de formação, intercâmbios, dias de campo e visitas técnicas as famílias.

A chamada pública de ATER realizado pelo MPA é desenvolvida com base nos princípios da agroecologia, na busca por um modelo de desenvolvimento sustentável e, principalmente, na conscientização dos atores envolvidos sobre a necessidade da diversificação e a gradativa diminuição da produção de tabaco e do uso de venenos. Existem grandes desafios na opinião do entrevistado 16, nas quais a comercialização é um dos principais: *“O fumo tem comércio garantido, mas a produção de alimentos não. Os camponeses precisam construir esse processo e esta é uma dificuldade, pois o fumo os deixa acomodados. Construir a comercialização da produção talvez seja nosso maior desafio”*. Comenta que quando são realizadas as atividades, as famílias tem interesse em mudar, mas a questão da renda é uma barreira a ser considerada.

Foram cinco as famílias entrevistadas que passaram a diversificar a partir do apoio do MPA, mesmo algumas famílias deste grupo que relataram terem trazido ao longo das gerações a diversificação, esta era realizada de maneira aleatória, sem muita organização e com a participação nas atividades e o incentivo do MPA isso se concretizou mais fortemente. Optou-se por conversar com as famílias reunidas e a partir deste diálogo podem-se apontar as seguintes autoconfrontações que motivaram o processo de diversificação: problemas com a comercialização e renda, mão de obra e trabalho árduo no tabaco, utilização de muito veneno e intoxicações, doença da folha verde, problemas do clima: chuvas em excesso, estiagem, granizo.

Observa-se que as autoconfrontações deste grupo assemelham-se com o grupo que realiza diversificação por conta própria. Nestas famílias entrevistadas, a diversificação, na sua maior parte, é utilizada para o autoconsumo da família, ou seja, para sua alimentação e dos animais que são fonte de alimentação da família. Caracterizam-se por terem pequenas áreas de terra e utilizarem desta uma pequena parte para a produção do tabaco. Elas possuem de 9,7 a 19,8 hectares e destes realizam o plantio de tabaco em 1,5 a 3 hectares (tabela 10), características muito próximas ao grupo anteriormente apresentado.

Tabela 10 - Área total das propriedades e área ocupada com tabaco

| Família | Total de hectares | Área cultivada com tabaco/ha |
|---------|-------------------|------------------------------|
| 4 | 13,6 | 3,0 |
| 5 | 12,0 | 2,0 |
| 6 | 9,7 | 2,5 |
| 7 | 19,0 | 1,5 |
| 8 | 19,8 | 2,0 |

Fonte: Organização própria (2015).

A primeira família deste grupo, denominada família 4, é composta por três pessoas, sendo o casal e um filho de um ano de idade. Parte da propriedade da família foi adquirida por herança e três hectares foram comprados. Destes, 3 hectares são cultivados com tabaco, e os demais são diversificados. A família planta milho na resteva do fumo para fazer silagem e tratar os animais. Além disso, produz feijão, cana de açúcar para fazer melado, soja, batata doce. Possuem horta e pomar contendo: laranja, bergamota, pêssego, ameixa, maçã, tangerina, caqui, uva, figo, jabuticaba, guabijú, araçá, limão, uva. Mesmo com toda esta diversificação, o fumo ainda é a principal fonte de renda. As frutíferas foram implantadas a pouco tempo e estão iniciando a produção.

Figura 07 - Propriedade da família 04.



Fonte: Acervo pessoal (2015).

Os motivos que levaram a família 4 a diversificar a propriedade, tem um cunho cultural forte, pois ao longo das gerações, já possuía o costume de produzir seus

alimentos. *“Se vai viver somente do fumo a gente não consegue”* e a família conta satisfeita sobre a produção do próprio alimento para o autoconsumo *“a gente gosta de comer outras coisas, as verduras tiramos fresquinho e não precisa comprar uma coisa murcha ruim, e também não ocupa muito lugar”*. Mas relatam também que a partir do apoio do MPA conseguiram concretizar mais fortemente o processo de diversificação, através do recebimento de sementes crioulas, mudas e também do Pronaf, o qual será tratado em seguida.

Ressalta a família que ao iniciar o processo de diversificação na propriedade, há 11 anos, enfrentou muitas dificuldades. O solo estava desgastado, pois o proprietário anterior utilizava queimada. Havia muito mato e capoeira, o que obrigou a família a recuperar o solo. *“Compramos calcário, fizemos empréstimo na firma (fumageira) e no Banco”*. A família começou aos poucos e foi produzindo suas próprias mudas de frutíferas, pois não tinha acesso ao mercado pelo preço caro das mudas. Acrescenta o entrevistado que *“quando eu vim para cá só tinha um pé de manga e agora tenho 60 pés de frutas distribuídos na propriedade. Já estou comendo frutas que produziram muito rápido. Cada ano eu planto. Nós comemos as frutinhas e semeamos e fizemos nós mesmos as mudas.”* Nesse sentido, o camponês viu na produção de frutíferas um processo que ao garantir a alimentação da família, pode se tornar uma possível fonte de renda: *“Nós temos frutas quase o ano todo, sempre tem alguma produzindo. Tenho em torno de 20 pés de tangerina se um dia tiver negócio, posso vender. Se a gente não come os passarinhos comem. É tão bom ouvir o canto dos passarinhos.”*

A família 4 possui consciência do papel que está realizando no sentido da preservação do meio ambiente e comenta: *“quanto mais diversidade mais passarinhos. Fazendo isso estamos pensando nas futuras gerações. Tô pensando no meu filho que poderá subir nas árvores e pegar as frutas, sem veneno”*.

Em relação ao modelo de produção o entrevistado comenta que *“no fumo se utiliza veneno. Na parte da comida não vai veneno, nas frutas e verduras não vai veneno. Eu só utilizo esterco, calcário, levo tudo para a lavoura”*. Comenta que está aprendendo a produzir as caldas alternativas nos cursos desenvolvidos na ATER: *“Nesses cursos se prepara essas caldas e fica mais fácil, a gente vai aprendendo”*. Os cursos são planejados de acordo com o interesse das famílias beneficiárias. Nesse sentido, todo ano são feitas reuniões de avaliação e planejamento das atividades a serem realizadas com as famílias.

A vantagem de produzir tabaco, segundo a família 4, *“é um dinheiro mais fácil,*

tem garantia de vender. Que nem feijão a gente não tem garantia de vender. Desvantagem é a mão de obra, não se consegue gente para ajudar, o trabalho é pesado". Sobre as desvantagens ele acrescenta

“o fumo já deu, eles judiam no preço, compram muito mal. Cada ano está piorando. Esse ano não ficamos satisfeitos. No começo a firma judiou muito e no final comprou melhor, mas a gente não consegue segurar até o final pois fazemos dívidas e temos que pagar. Pelo serviço que dá para gente teria que ser bem mais valorizado”.

Outro aspecto negativo na opinião do camponês e se constitui enquanto autoconfrontação aos riscos produzidos pelo tabaco é a quantidade de veneno na produção do tabaco: *“vai muito veneno, eu parei duas vezes no médico por causa dos venenos, tem dois tipos de veneno que não consigo usar mais”*. Outro fato é a intoxicação pela doença da folha verde. O camponês comenta que *“fumo molhado não consigo colher mais, parece que a cama, a casa vai virar. Fumo molhado é veneno”*. Esse depoimento está relacionado aos efeitos nocivos à saúde causados pela doença da folha verde, explicada anteriormente, na página 48.

Ao realizar o processo de diversificação, a família 4 ressalta que houve mudanças significativas na renda da família, pois o fumo contribui com a renda monetária, enquanto que as demais atividades produtivas realizadas garantem a alimentação saudável da família. Nesse sentido, na produção diversificada de alimentos a família relata autonomia e trabalho valorizado, havendo satisfação na produção do próprio alimento.

A família 4 acessa diversas políticas públicas, como o ATER Agroecologia e PRONAF que são intermediados pelo MPA. Sobre o Pronaf, a família 4 comenta que

“se não fosse o MPA não tinha estrebaria, não tinha chiqueiro, não tinha aviário. Do fumo não sobra para investir, e o Pronaf se paga devagarinho, com um jurinho para o banco, mas todo ano tu paga uma parcelinha pequeninha. Meu gado tá guardado, meus porcos tão quietinhos no chiqueiro. Para quem sabe administrar, vale a pena”.

As atividades de ATER são realizadas nas comunidades e a propriedade da família 4 receberá uma oficina de podas de frutíferas e produção de caldas e biofertilizantes:

“até vai ter um curso do ATER aqui em casa essa semana. Estou com problemas na produção de uva, e irão fazer uma experiência utilizando as caldas e biofertilizantes que vamos aprender no ATER para ver se ela volta a produzir. Eu ia arrancar, mas a facilitadora técnica me pediu para deixar”.

A família 4 pretende seguir vivendo no campo, e sentem-se realizados com a diversificação, *“só não é valorizado o produto que a gente tem”*, citando o tabaco. *“Eu*

não troco a colônia por outro lugar. Tem muita coisa para fazer, temos muitos objetivos para alcançar ainda, em 11 anos não consegue ter tudo, vamos construindo aos poucos”.

Por sua vez, a segunda família entrevistada neste grupo, denominada família 5 é composta por um casal, que possui 12 hectares de terra, os quais foram adquiridos há 6 anos de outro membro da família. Destes, 2 hectares são cultivados com fumo e o restante é diversificado com mandioca, feijão, milho, horta, pomar e criação de animais. A renda principal vem do tabaco. Já as demais produções são para o autoconsumo. Os motivos que levaram a família 5 a realizar a diversificação são próximos ao relatados pela família 4. São motivações culturais, trazidas ao longo das gerações. Mas, salienta-se que nem sempre foi assim, eles passaram por períodos em que cultivaram mais tabaco e tinham menos produção diversificada. Com a confrontação aos riscos produzidos pelo cultivo do tabaco estimulou para que cada vez mais buscassem a diversificação, como comenta a família 5: *“eu quero melhorar ainda mais, quero diminuir com o fumo. Estou doente com ácido úrico e gota, tem dias que não consigo andar”.* Este relato corrobora com os efeitos colaterais do uso de agrotóxicos e com a exposição ao trabalho pesado no tabaco.

O modelo de produção caminha para uma transição agroecológica, no qual a diversificação é um dos pilares para esta transição. A família 5 conta com satisfação e sente-se feliz em estar realizando este processo, pois a diversificação da propriedade e a produção para autoconsumo são fundamentais *“principalmente num ano como este que perdemos tanto dinheiro, íamos passar fome.”*

Ao falar das vantagens de produzir tabaco, a família 5 diz o seguinte: *“não é uma vantagem, mas é o único recurso que nós temos, único dinheiro que entra para nós”.* Em relação as desvantagens a família 5 diz que *“temos muitos problemas com veneno, isso é usado muito veneno. E esse ano ainda tivemos problemas na comercialização também, onde perdemos muito dinheiro.”* O relato da família aponta para uma imposição no estilo de vida para as famílias, pois se submetem a esta cadeia produtiva como se não tivesse outra alternativa.

A família 5 acessou há 3 anos o Programa de Moradia Minha Casa Minha Vida, o que melhorou sua qualidade de vida: *“essa casa nova trouxe um novo ânimo para nossa família”.* Ademais, acessam o PRONAF, no sentido de melhorar suas estruturas produtivas e receber assistência técnica através do ATER agroecologia. Essas políticas públicas são intermediadas pelo MPA. A família 5, ao tratar da importância desses

movimentos sociais relata: *“a gente aprende muita coisa, tem muita coisa fácil, que pode ser implementada na propriedade. Se não fosse o MPA nós não teria como acessar isso”*.

A família 5 reitera que o processo de diversificação trouxe aspectos positivos pois eles tem maior liberdade e autonomia em relação à produção de alimentos que na produção de tabaco. *“O tabaco tem um pacote que a gente tem que usar, vem o instrutor e recomenda cada ano insumos novos. Na nossa produção a gente que escolhe o que vai plantar e como vai plantar, se tivesse comércio garantido a gente parava com o fumo”*.

A família 6 é composta por um casal, que possui uma propriedade de 9,7 hectares adquiridos de um familiar. Destes, 2,2 hectares são cultivados com tabaco, e os demais têm produção diversificada com milho, mandioca, feijão, batata doce, olerícolas, pomar, porco, galinha e gado. *“Tudo para autoconsumo, tudo para nosso gasto. Estamos colhendo, menos arroz, e ainda vendemos, as vezes, um pouco de milho”*.

Figura 08 - Propriedade da família 6



Fonte: Acervo pessoal (2015).

O fumo é a principal fonte de renda para a família 6. A demanda de mão de obra é sanada pela troca de serviço com os vizinhos. O modelo de produção está em transição para agroecologia. No fumo utilizam os venenos apenas quando surgem pragas ou

doenças e não preventivamente, como é receitado pelos técnicos agrícolas. Nos demais cultivos, não utilizam veneno e aproveitam todo esterco produzido na propriedade.

Na produção de tabaco, a família 6 não sente seu trabalho valorizado,

“não é valorizado. E tem gente que diz que o fumo é a melhor coisa, mas tem gente que diz que são só três meses, mas não é. Tem que surtir²⁶, tem os canteiros, tem que fazer os tratamentos tudo, tem que repicar, fazer lenha, tu não tem sossego, passa mais de ano. Nos três meses é duro, mas é o ano todo que tem serviço no fumo”.

Complementam dizendo que a relação fumageira/fumicultor é uma relação injusta: *“tá muito ruim só que a gente tem que plantar um pouco pelo dinheiro, não é uma relação justa. A classificação foi muito ruim, roubaram na classe. Tiramos R\$102,00 na média, e esperávamos tirar bem mais, fizeram poucos quilos de BOI esse ano.”*

A família 6 relata estar melhorando suas condições de vida no campo e portanto, pretendem ficar vivendo ali. As melhorias são significativas e se sentem felizes. Comparando a vida do campo com a vida na cidade eles reiteram: *“pior quem mora na cidade tem que pagar aluguel e tudo, e se o salário não é muito bom a situação é difícil. Aqui temos mais liberdade e autonomia, se queremos passear, se queremos parar de trabalhar e tomar chimarrão, podemos fazer”.*

A família 6 foi contemplada com diversas políticas públicas como Pronaf, Programa de Moradia Minha Casa Minha Vida, ATER Diversificação e recentemente com uma estufa para produção de morangos do Programa Camponês. Eles mostram-se satisfeitos com o incentivo recebido pelo MPA e reiteram *“sempre estamos juntos, eles incentivam a diversificar a produção, fomos muito incentivados a pegar a casa. O Programa Camponês é uma novidade, estou ansiosa para plantar na minha estufa recém-instalada”.*

²⁶ Surtir é o termo coloquial utilizado para explicar a classificação do tabaco realizada nas propriedades.

Figura 09 - Estufa instalada na propriedade da família 6.



Fonte: Acervo pessoal (2015).

Já a família 7 é composta por 3 pessoas, o casal (aposentados) e uma senhora idosa de 81 anos, aposentada. O casal recebeu a propriedade de herança por cuidar do casal de idosos, do qual ainda vive a senhora, mencionada acima, que lhes repassou a posse da terra pelos cuidados recebidos.

A propriedade tem 19 hectares, e é plantado 1,5 ha com tabaco. O restante é diversificado: milho, feijão, batata doce, batatinha, horta, pomar, horto de plantas medicinais, porcos, galinhas, bois e vaca, tudo para o autoconsumo. A família comercializava leite, mas agora produz somente para o consumo, devido a idade do casal e as tarefas no cuidado da idosa. O casal já está aposentado, mas a renda principal ainda vem do tabaco. Eles pararam com a produção de leite devido às exigências da indústria, na qual necessitariam adquirir um resfriador. Portanto consideraram melhor parar com a produção de leite e seguir com o tabaco, cujas estruturas já estão implantadas.

Ao serem questionados do por que diversificarem, eles respondem que *“se não a gente gasta todo dinheiro comprando o que pode ser produzido. Tendo, tu não vai gastar, se eu vou para a cozinha e posso ir para a horta eu to feliz, me sinto feliz comendo do que eu planto. A gente já faz tudo sem agrotóxico, o mais que eu uso é*

cinza nas verduras”. Isso demonstra a autonomia que a família tem na produção de alimentos, bem como a busca por uma produção saudável, sem agrotóxicos.

Figura 10 - Propriedade da família 7.



Fonte: Acervo pessoal 2015.

Sobre as vantagens do tabaco, eles mencionam a garantia de mercado, mas os problemas são considerados maiores que as vantagens: o uso de venenos é bastante perigoso à saúde e o EPI não é adequado para a realidade do tabaco, que a maior parte do serviço pesado de lavoura é no verão: *“sobre os venenos a gente sempre se cuidava bastante com isso, usava o EPI e achava ruim quando é quente isso esquenta demais”*.

Outro fator negativo é não ter como interferir na classificação do tabaco na hora da venda. Na safra 2014/2015 houve frustração em relação ao preço pago pela arroba de fumo. A família relatou ter vendido o fumo por um preço bem abaixo do esperado, abaixo do custo de produção. Esse fator irá comprometer a vida da família entrevistada. *“Olha, vendemos mal, porque vendemos cedo, não podemos deixar em casa porque choveu muito e o fumo ia estragar por isso vendemos cedo, fomos mal, perdemos mais de 5 mil.”*

A família 7 acessa Pronaf e ATER intermediados pelo MPA. Sobre a participação nas atividades da chamada pública de ATER Diversificação ao tabaco, um

membro da família 7 reitera que “*sim acho importante. Os cursos de preparar os venenos em casa, as caldas, também fiz curso de chimia e gostei muito. Já as vezes penso que não tenho mais idade para isso, mas eu vou indo. Sempre uma coisa nova aparece e a gente aprende muita coisa.*” Esta família possui um horto de plantas medicinais e participa há 3 anos das atividades do ATER Diversificação.

Esta família também pretende ficar vivendo no campo. Conta ainda que tem dois filhos que trabalham numa marcenaria nas proximidades da comunidade, mas que sempre vem almoçar em casa e levam a produção para sua alimentação também. Os filhos também ajudam nas horas vagas e finais de semana. A família 7 conta com empolgação a importância desta produção de alimentos, e como isso melhorou sua qualidade de vida, bem como sua saúde.

Por fim, a família 8 é composta de um casal e um filho maior de idade que trabalha junto com os pais nas lavouras. A terra foi adquirida e passada de geração em geração que sempre planejou o que seria plantado. Já fizeram diversas experiências de diversificação que tiveram momentos de altos e baixos, como no plantio de soja, criação de porcos, mas sempre tendo presente a produção de tabaco. A diversificação vem sendo realizada ao longo das gerações, mas se fortaleceu com o auxílio do MPA.

A família 8 possui 19,8 hectares bem diversificados: plantio de fumo em 2 hectares, mas antes chegaram a plantar 70 mil pés em 5 hectares. Além do fumo produzem mandioca, batata doce, abóbora, feijão, horta, pomar, porcos, galinhas, vaca, boi. Mas o fumo é a principal fonte de renda, o restante da produção e criação é para autoconsumo.

Esta produção para autoconsumo tem relação com as motivações da diversificação da propriedade. A produção diversificada tem uma estreita relação com o modo de vida e a cultura da família que é passada de geração em geração. Mesmo com o processo de diversificação que está bem avançado, a fonte de renda principal ainda é do tabaco.

A vantagem de produzir tabaco, segundo a família, é o comércio garantido. Porém, ressaltam que na última safra houve problemas na comercialização e perda em torno de 15 mil reais: “*em alguma parte isso vai faltar*”. Reforçaram ainda que o trabalho no cultivo do tabaco “*não é valorizado, não é bem pago*”. Essa situação vai ao encontro do que afirma Schneider (2012) quando menciona que o preço baixo pago é uma das questões de vulnerabilidade social na qual os fumicultores estão sujeitos.

O modelo de produção está em transição para a agroecologia, pois a família

considera que o fumo demanda muito agrotóxico, sendo este um dos problemas no cultivo do tabaco. Além dos venenos, tem a doença da folha verde. A família 8 relata ter problemas com intoxicação: *“o fumo usa muito agrotóxico, meu pai já não pode mais com agrotóxicos, teve três intoxicações, se tiver mais uma, não tem mais saída, tem ainda problema na coluna que veio disso também, então tá começando a fazer outras coisas”*.

Além desses fatores há ainda os problemas com eventos climáticos severos, *“se não for favorável, o granizo derruba tudo tu não tem certeza se vai colher, o risco todo é do agricultor, costumamos fazer seguro, mas eles cobrem uns 60% da produção, e às vezes chega para pagar a firma, o seguro paga a firma (fumageira) primeiro”*.

A família 8 tem acesso às políticas públicas do Pronaf, Programa de Moradia Minha Casa Minha Vida, ATER Diversificação ao tabaco e recentemente se inscreveram para o Programa Camponês *“meu pai tá na lista para a construção de um galinheiro para produção de ovos, consorciado com pomar de frutas. O pomar já está aí do lado”*. A casa foi uma das primeiras a ser construída pelo Minha Casa, Minha Vida, na comunidade, em 2008, *“na época a gente ganhava somente 7 mil do governo”*.

Figura 11 - Propriedade da Família 8.



Fonte: Acervo pessoal (2015).

A família 8 ressalta a participação nas atividades coletivas do ATER Diversificação dizendo que *“os cursos são muito bons, minha mãe fez de compota, meu pai fez de podas, caldas e biofertilizantes, então é muito bom, tu aprende cada vez mais como usar as coisas que tem na tua casa, na tua lavoura.”*

Sobre a importância da diversificação a família 8 relata que

“sim é importante, porque trabalhando com a diversificação tu sente prazer em pegar uma coisa e comer saudável. Vem melhorando muito, antigamente quando era criança era tudo como está hoje, pão de farinha de milho, era batata doce e outras coisas que nós produzíamos e depois mudou, fomos ao mercado buscar. Hoje a gente volta a fazer o que fazia naquele tempo. Uma busca do que era bom, eu praticamente sobrevivia de frutas”.

Segue afirmando que valoriza muito o processo de diversificação, mesmo que por enquanto ainda seja para autoconsumo da família, mas que é de fundamental importância, pois garante a soberania alimentar. *“Sem a diversificação seria apertado, a diversificação é a garantia de ter comida, é uma renda que não aparece por que tu tem o que comer, tu vai na horta e pega uma verdura, uma cenoura, uma couve, tem o feijão o milho.”* Esse fator tem relação direta com o modo de vida camponês, com a cultura de produzir de tudo um pouco, no qual primeiro se pensa em satisfazer as necessidades da família a partir da alimentação.

Quando questionado sobre a comercialização do tabaco no ano de 2015, quando a família não obteve um preço razoável na venda, o camponês afirma que se não tivesse o alimento *“iríamos passar necessidades, tem que pensar mais no bem estar da pessoa, na saúde, na sua comida, tem que ter dinheiro para sobreviver, mas não ser capitalista”.*

Os camponeses entrevistados deste grupo tem acesso a políticas públicas como a ATER Diversificação ao Tabaco, Pronaf, ao Programa de Moradia Minha Casa Minha Vida, e recentemente ao Programa Camponês. Essas políticas são mediadas pelo MPA, que possui algumas cooperativas para realizar essa mediação. O acesso a ATER se dá por meio da Cooperfumos, o Programa de Moradia Minha Casa Minha Vida através da Cooperhab. O programa Camponês é um programa de estruturação da propriedade que é desbancarizado, voltado à produção agroecológica, com 60% de subsídio e foi realizado no período do governo estadual de Tarso Genro. Os problemas com a comercialização são recorrentes em todas as famílias entrevistadas deste grupo. Todas as famílias possuem menos de um módulo fiscal de terra. Somente a família 8 tem jovens vivendo na propriedade, fato este que contribuiu para a migração campo/cidade e preocupa pelas

famílias não terem sucessão rural. Todas as famílias deste grupo realizam a diversificação para o autoconsumo.

Na sequência demonstraremos a atuação da EFA no município de Santa Cruz do Sul e as suas iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco.

4.1.2.2 A Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC): a educação auxiliando as famílias a diversificarem

Outro ator social importante no processo de diversificação ao cultivo do tabaco, encontrado durante a pesquisa foi a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC). Esta foi uma entidade escolhida para fazer parte das entrevistas devido ao empenho com o qual vem trabalhando a educação profissionalizante e principalmente fomentando a permanência dos jovens no campo.

A história da EFASC começa com um anseio de um grupo de educadores que, descontentes com o modelo de educação formal, buscam construir um modelo alternativo de educação, voltado ao desenvolvimento rural e a permanência da juventude no campo. Em 2005, um dos educadores viajara para Minas Gerais e tivera contato com a EFA Paulo Freire no município de Acaiaca/MG. Pautada na pedagogia da alternância, na EFA Paulo Freire, os estudantes permaneciam durante 15 dias na escola e os demais 15 dias nas suas propriedades. A viagem de visita a um amigo que estava distante tornou-se um encontro que despertou muitos sentimentos, e mais tarde teria como resultado final a fundação de uma Associação, que viabilizaria, logo em seguida, o surgimento de uma Escola Família Agrícola, no caso a EFASC (COSTA, 2012).

Depois desta viagem, o educador comenta com os amigos da experiência vivida, cuja impressão teria sido muito positiva, e vão amadurecendo cada vez mais o anseio de construir essa experiência na região de Santa Cruz do Sul. Em 2008, durante um almoço festivo, o educador conta numa roda de amigos a experiência vivenciada na EFA Paulo Freire e um amigo diz que teria um empresário que estava buscando uma experiência diferenciada de educação para ser implantada na região. Era a cooperativa de crédito Sicredi. Logo vieram as primeiras inquietações: por que um banco pretende investir em educação? Ainda em 2008, realizou-se uma reunião na sede regional do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) em Santa Cruz do Sul.

O Sicredi preocupado com o êxodo rural e com o fato dos seus associados estarem cada vez com idade mais avançada e com a não entrada de novos associados,

busca incentivar através da educação, a permanência de jovens no campo. Ademais, viram nisto uma possibilidade concreta dos estudantes obterem uma formação específica de técnicos em agricultura e permanecerem na propriedade, diversificando-a e contribuindo para novas fontes de renda. Esse fator é de extremo interesse para o administrador de uma cooperativa de crédito, numa região dominada economicamente por um único cultivo agrícola: o tabaco, que a cada ano, passa por uma série de debates nacionalmente quanto à produção, renda, situação socioeconômica e de saúde dos produtores (COSTA, 2012).

O Sicredi, além de financiador, teve o papel de fazer a mediação e articular outros apoiadores da iniciativa, quais sejam: Associação dos fumicultores do Brasil (Afubra), Sindicato das indústrias do tabaco (Sinditabaco), Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Embora se considerasse que as ideias defendidas por atores como Afubra e Sinditabaco iam de encontro ao que defendia o MPA e Sicredi, havia necessidade de apoio financeiro. Este só foi aceito com a garantia de que a autonomia em relação ao modelo de educação que se almejava implementar fosse mantida. O educador entrevistado comenta que:

“A gente entende que o setor do fumo precisa da gente, porque hoje uma das grandes necessidades é no enfrentamento ao trabalho infantil, e a educação é o caminho. Têm termos de ajuste de conduta do Ministério Público, eles (as empresas) têm obrigação em investir em programas e projetos no combate ao trabalho infantil, então o dinheiro investido por eles aqui na EFA serve para eles, então a gente também serve para responder esta demanda”.

Em seguida, os educadores e conselheiros do Sicredi, foram ao Espírito Santo, estado onde surgiram as primeiras EFAs no Brasil, existentes desde a década de 1960. Foram conhecidas a sede do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), em Anchieta/ES e depois o Centro de Formação e Reflexão do mesmo, em Piúma/ES. Esta visita aconteceu no sentido de verificar na prática o funcionamento de uma EFA.

A partir dessa visita técnica, foram formatando o modelo implementado em Santa Cruz do Sul. Sabendo como uma EFA funcionava, surge a necessidade de criar uma associação local para abarcar a nova escola. Neste sentido, foi formada a Associação Gaúcha das Escolas de Famílias Agrícolas - AGEFA, no final de julho de 2008. Até março de 2009, houve trabalhos no sentido de garantir a abertura da escola, que teve sua primeira aula no dia 1º de março de 2009. Foram muitas reuniões nas comunidades em Santa Cruz do Sul e municípios da região, processo de formação para os professores, visitas as experiências de outras EFAS para poder implantar o processo

em Santa Cruz do Sul. A primeira turma contou com 52 jovens oriundos de 42 comunidades, de nove municípios do Vale do Rio Pardo. Em 2013 surgem novas unidades na Serra gaúcha – Garibaldi, e em 2014 em Vale do Sol. Hoje são 3 EFAs no estado e em construção no município de Canguçu, a chamada EFASUL.

Figura 12 - 1ª Turma da EFASC em 2009.



Fonte: Acervo pessoal (2015).

Atualmente a EFASC conta com 96 estudantes de 12 municípios da região, os quais estudam no regime de pedagogia da alternância. Este funciona integrado com o ensino médio, no qual a experiência desta EFA se desenvolve da seguinte maneira: os estudantes ficam uma semana na escola em regime de internato e uma semana em casa, fazendo suas experiências concretas acerca do que aprenderam na escola. A escola segue a filosofia de Paulo Freire, conforme aponta o entrevistado 17 da EFA:

“a educação precisa estar contextualizada, precisa estar de acordo com a realidade e precisa transformar, não uma reprodução pura em simples como está nos livros”.

A metodologia utilizada para contextualizar a realidade do estudante é a seguinte: *“O início do processo de aprendizado começa em casa. O aluno leva uma pesquisa para casa, que é feita com a família, com a comunidade, é feita uma síntese desta pesquisa, e quando chega da sessão familiar é realizada uma sessão comum”.* O entrevistado 17 comenta que se utiliza o resultado desta pesquisa para fazer o plano de

formação, sendo este um dos grandes desafios para a escola: fazer com que a aula seja de acordo com a realidade dos alunos.

Durante as aulas, além do ensino médio e técnico que são teóricos, os alunos tem oportunidade de realizar atividades práticas, onde se realiza a *práxis*. Segundo Paulo Freire (1987) é fundamental ter uma profunda ligação entre a teoria e a prática. O entrevistado da EFA explica que

“as atividades práticas são realizadas aqui, onde tem uma área experimental de 0,5 hectare com 3 estufas, com produção bem diversificada, toda ela dentro dos princípios da agroecologia, mesmo sendo dentro de uma área urbana, está tentando construir um processo bem interessante. E os estudantes vão para aquela área de acordo com a necessidade que a área exige, se tiver que parar uma aula para dar conta das atividades lá, se para. Porque os estudantes estão aqui, então é preciso remanejar. Há um remanejamento de acordo com as necessidades de trabalho e com o clima”.

Seguindo a entrevista chegou-se no assunto alvo da pesquisa, que se refere ao seu posicionamento sobre a produção do tabaco: *“O tal sistema integrado da produção do tabaco é uma construção histórica. São 100 anos de um processo que foi sendo construído, eu tenho uma visão bem crítica, pela realidade que a gente vivencia aqui com os estudantes, mas também pelo que a gente pesquisou”.* Explica que durante seu mestrado este assunto foi objeto de pesquisa, no qual observou que os mercados institucionais do PAA e PNAE são uma alternativa para diversificação do cultivo de tabaco, bem como uma ferramenta para fortalecimento do campesinato, como apontado no capítulo 02.

A seguir complementa que

“eu ouvi muito sobre o sistema integrado, apesar da cadeia trazer facilidades de forma mais imediata, ao longo prazo trás dependências de não conseguir sair destas amarras que se constrói. É uma faca de dois gumes, porque traz retorno de forma imediata. Você tem assistência técnica, tem compra garantida, o agricultor se sente no primeiro momento tranquilo, mas ele não sabe quanto vai ser pago, que é a grande sacada do sistema. Quem manda em todo o processo é o mercado e não o agricultor, ele não tem autonomia, ele está na mão do mercado. Quem manda é o mercado mundial de tabaco, se vai dar lucro ou não, se a China planta mais ou não, isso repercute aqui, na ponta mais fraca que são os agricultores”.

O educador da EFA comenta ainda que em relação às amarras do sistema integrado, existe uma dificuldade de superação por parte dos fumicultores que conforme diz:

“ele (fumicultor) tenta se mobilizar, mas o próprio sistema cria uma desmobilização, o sistema é baseado no individualismo, cria uma competição: quem tem a melhor média, o melhor fumo. Tem o colono forte que é o cara que consegue, são criados os exemplos, o cara que construiu a casa, comprou o carro, o agricultor modelo. É um sistema baseado num outro modelo, hierárquico e vertical, que cria modelos e todos tem que seguir aquele modelo, como se todos fossem iguais, as propriedades fossem iguais, as histórias de vida fossem iguais”.

As questões de saúde também preocupam o educador, cujo reflexo chega à EFA por meio dos filhos de fumicultores que se expõem aos perigos dos venenos:

“Fora as questões de saúde, a gente conhece aqui pela escola, visita as famílias dos alunos duas vezes por ano, nestes seis anos temos uma boa fotografia da realidade. Qual característica das famílias: aos 45 anos tem problemas de coluna, tem problema respiratório, já não conseguem aplicar os venenos, quem aplica é a piaçada (referindo-se aos jovens), porque ainda não está com os problemas. Se diz que se aplica pouco veneno no fumo, mas o que se aplica prejudica. O EPI não é possível de ser utilizado, é complicado. O processo é muito complexo”.

A EFA desenvolve diversas ações no sentido de fomentar a diversificação nas propriedades: *“a gente tenta trazer as famílias para dentro da escola, tenta interagir o máximo possível com as famílias”.* Além disso, o projeto pedagógico prevê ações diferenciadas nos três anos de formação dos jovens. Segundo o entrevistado 17

“no primeiro ano o jovem é incentivado a conhecer o lugar que ele está. O jovem poder olhar para a propriedade e ver quantos hectares tem, o que tem, quais cultivos. No segundo ano entender mais as partes técnicas e as tecnologias utilizadas. No terceiro ano elabora o projeto profissional do jovem, o objetivo da EFA é o jovem ter um projeto a ser aplicado. Este sim é voltado a alguma atividade voltada à diversificação produtiva”.

Além disso, está sendo realizada, nas dependências da EFA em Santa Cruz do Sul, uma primeira experiência de feira com os alunos e funciona da seguinte forma: na segunda-feira quando eles retornam à escola para passar a semana, eles trazem junto sua produção. Com isso, foi montada uma feira com a diversidade trazida pelos alunos e alunas. A feira é aberta ao público e além da comercialização direta ao consumidor, está acontecendo uma espécie de compra antecipada, onde o consumidor encomenda os itens que quer para o aluno trazer na semana seguinte.

Figura 13 - Feira na EFASC



Fonte: Acervo pessoal (2015).

As famílias produtoras de tabaco e que passaram a diversificar a partir do vínculo com a EFA, apresentam atividades diversificadas distintas: produção para venda nas feiras coloniais de Santa Cruz do Sul, venda direta para o consumidor no mercado local e produção para autoconsumo. Importante ressaltar que estas famílias possuem jovens estudando na EFA e há casos também de egressos.

Para realizar as entrevistas com as famílias, visitamos três famílias indicadas pelo entrevistado 17, na qual realizamos a entrevista nas casas das famílias. Nestas, as autoconfrontações encontradas que motivaram o processo de diversificação foram: problema com a comercialização e renda do tabaco, alto custo de produção do tabaco, necessidade de mão de obra elevada e trabalho árduo no tabaco, utilização de muito veneno e intoxicações, doença da folha verde. Caracterizam-se por terem pequenas áreas de terra e utilizarem desta uma pequena parte para a produção do tabaco. Elas possuem de 12 a 40 hectares e destes realizam o plantio de tabaco em 1,5 a 5 hectares, como pode ser visualizado a seguir.

Tabela 11 - Área total das propriedades e área ocupada com tabaco.

| Família | Total de hectares | Área cultivada com tabaco/ha |
|---------|-------------------|------------------------------|
| 9 | 12,0 | 1,0 |
| 10 | 40,0 | 5,0 |
| 11 | 20,7 | 1,5 |

Fonte: Organização própria (2015).

A família 9 é composta de quatro pessoas, o pai e mãe, e dois filhos de 19 e 11 anos. Possui 12,0 hectares, 1,0 plantado com tabaco. Possui boa parte da propriedade com pastagem na forma de piqueteamento com Pastoreio Racional Voisin²⁷ (PRV), cujo projeto foi desenvolvido no 3º ano do curso da EFA. O leite é comercializado na empresa LBL Distribuidora de Alimentos Ltda. de Venâncio Aires. Além disto, produzem uma diversidade de alimentos para o autoconsumo e para venda: aipim descascado, batatinha, feijão, ovos, galinha, repolho, cebolinha, amendoim, batata doce, mel, entre outros. Essa comercialização é realizada diretamente para consumidor que busca os produtos na propriedade, ou para algum feirante comercializar na feira. Realizam também comercialização num restaurante que encomenda conforme necessita.

Figura 14 - Propriedade da família 9.



Fonte: Acervo pessoal (2015).

²⁷ O PRV é um sistema de piqueteamento onde as pastagens são divididas em piquetes fazendo com que enquanto um deles está em uso, outros fiquem em descanso, favorecendo o crescimento da pastagem e a fotossíntese.

A diversificação na propriedade desta família deve-se ao incentivo da EFA. Desde que o filho iniciou o curso, este mostrou a importância da produção de alimentos e a possibilidade que eles, pelo fato de morarem perto da cidade, tinham de comercializar seus produtos.

Com a diversificação, a família diminuiu a plantação de fumo de 35 mil para 15 mil pés. Eles ainda realizam o plantio de tabaco para não deixar as estruturas ociosas, pois fizeram um grande investimento, colocaram um sistema de abastecimento com serragem de madeira ao invés de utilizar lenha. As fontes de renda na propriedade são bem distribuídas entre o fumo, leite e demais produtos vendidos. O entrevistado afirma que a renda melhorou muito com a diversificação. *“Hoje tá melhor, tem entrada de dinheiro ao longo do ano, no fumo entra menos vezes. Nós temos comercialização quase todo dia, quando saímos de carro aproveitamos e levamos junto”*.

Sobre o modelo de produção, a família 9 comenta que *“não é totalmente orgânico, mas estamos mudando, do que agente aplicava antes e agora, já mudamos, estamos em transição”*. Essa transição para agroecologia foi incentivada durante os estudos na EFA.

Em relação aos aspectos negativos do tabaco eles afirmam que tiveram

“problemas na comercialização, problemas na saúde, tinha problema com fumo molhado, agora que plantamos pouco podemos escolher o dia que está seco. Trocamos serviço e é rápido, mas se está chovendo nem começamos, ia parar no plantão e fazer soro. O pai e a mãe sempre ficavam doentes. De manhã molhado e de tarde dentro do forno abafado”.

A família 9 caracteriza-se ainda por ter participação em diversos grupos comunitários, como o grupo de jovens na comunidade, a Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas (OASE). Participam ainda de atividades na EFA. O egresso afirma que *“são grupos de lazer mas também vem para ajudar os agricultores a melhorar sua vida no campo. E a EFA fez toda diferença na minha vida, eu não queria ficar no campo, hoje não me vejo vivendo fora do campo”*.

Quanto às políticas públicas, eles tiveram acesso ao Pronaf, com vistas ao financiamento de vacas leiteiras e da estrutura de secagem na estufa de fumo. O Pronaf foi intermediado pelo MPA, mas a família não participa efetivamente das atividades do movimento. Eles recebem assistência técnica da EMATER no projeto ATER Sustentabilidade²⁸. O jovem realizou seu estágio na Cooperfumos, no Centro de

²⁸ ATER Sustentabilidade é uma chamada pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário realizada por entidades executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural para promoção da agricultura familiar sustentável.

formação do MPA, quando acompanhava os técnicos nas atividades do ATER diversificação do tabaco, principalmente atividades que fomentavam a produção agroecológica. A família ressalta que foi a partir do ingresso do filho na EFA que foi realizando o de diversificação.

A qualidade de vida, segundo a família 9, melhorou com o processo de diversificação. O relato do jovem egresso da EFA enfatiza que

“hoje tu trabalha sem obrigação, tu é dono do teu trabalho, tu faz teu horário, tu faz o preço. Também trabalha bastante mas tu não é mandado pelos outros. Quando é bastante diversificação também tem bastante trabalho, no fumo tem épocas que são mais pesadas. Mas mesmo assim é menos intenso, porque tu não enjoa, cada dia faz uma coisa diferente, na cidade tu faz todo dia a mesma coisa. A qualidade de vida melhorou, antes era preso, não conseguia sair, o pai tinha problema de saúde nas costas e a mãe também, isso já melhorou agora”.

Já a família 10 é composta pelo pai, a mãe e o filho estudante do 2º ano da EFA. Eles possuem em torno de 80 hectares, mas a propriedade é em conjunto com um tio, que detém a posse da metade da área, mas cuja família participa das atividades e trabalham de forma coletiva. Este tio foi o principal responsável pelo processo de diversificação da propriedade. Este morou na Suíça e quando voltou, incentivou a ampliação da produção. No início, ampliaram a produção de tabaco e chegaram a produzir 200 mil pés de fumo. Logo perceberam a pouca autonomia do tabaco, pois como o fumicultor diz *“o fumo tem preço bom, mas eles rebaixam na classe”*. Além disso, tem elevado uso de mão de obra e alto custo de produção.

Na atualidade, mesmo com a família ampliada (a família do tio trabalha junto com eles na propriedade), eles cultivam 75 mil pés de fumo e produzem verduras, criam peixes, porcos, gado e galinhas para consumo da família. A propriedade tem cinco hectares com fumo, tem lavouras de milho, pastagens, mato nativo e reflorestamento, pomar, 800 pés de citros, cinco hectares de verduras que somam em torno de duzentos mil pés ao ano, os quais são plantados a cada duas semanas para abastecer os mercados na região: SEASA, PAA, PNAE e mercados em Vera Cruz e Santa Cruz do Sul.

O processo de diversificação ampliou-se quando adquiriram um caminhão para fazer o transporte dos produtos, e também contaram com o incentivo da EMATER. Mais recentemente, a atividade de diversificação fortaleceu-se, quando o filho ingressou na EFA e iniciou o aprendizado técnico e a implantação de diversas experiências em casa. O filho possui uma horta em que ele realiza o plantio e cuidados, no qual está utilizando insumos existentes na propriedade e fazendo a transição agroecológica. O modelo de produção é convencional com transição em algumas partes da propriedade.

Como eles realizam plantio direto, então usam o secante, que é um herbicida. A produção do milho deixa resíduo de matéria orgânica no solo, pois eles comercializam milho verde, então essa palha é de fundamental importância para recuperação do solo.

Figura 15 - Produção diversificada da Família 10.



Fonte: Acervo pessoal (2015).

Os principais problemas que a família enfrenta com o tabaco são semelhantes aos demais fomicultores. Em relação a comercialização eles comentam que

“este ano nós tinha fumo bonito, foi terrível, no começo vendemos bem. Em 100 arrobas tu perdes de 3 a 4 mil. Fumo era bonito, devia dar R\$130,00 e deu R\$100,00 na média, tu não pode pensar no dinheiro que tu perde. A firma tem os colonos na mão, fazem o que querem, quando eles querem comprar bem pagam, mas se não querem não pagam”.

Outro aspecto narrado pela família é o custo da mão de obra contratada: *“tu contrata um peão, tá louco, querem 10 reais por hora, 120 por dia”.* Relata, ainda que a mãe e o tio não possam trabalhar no fumo molhado, devido à doença da folha verde, mas em relação a intoxicações com veneno, ainda não tiveram problemas.

Sobre os motivos de ainda produzir tabaco, a família explica: *“é uma renda a mais, tu tem medo de não produzir, será que dá só com verdura? a gente tem toda estrutura, colocamos formo novo, só que estamos no ramo da verdura, plantamos fumo para manter as estruturas.”* Sobre o trabalho, conforme a família *“entre colher fumo e*

plantar verdura sempre é uma competição no tempo, se o tempo ajuda tudo bem. Mas a verdura quer qualidade boa”.

A família tem acesso a Pronaf, PAA, PNAE e ATER Sustentabilidade. A EMATER que intermedia o acesso às políticas públicas. Sobre as entidades eles explicam que

“a EMATER também dá assistência, tem os produtos mais natural que tu podes botar nos repolhos, para controlar as pragas. Lá na EFA são muito bons, aprendemos muito com ele (filho), sempre tem coisas novas que ele trás, ele mudou bastante, não gostava da lavoura, vem para casa com novidades, tem a horta dele ele mesmo produz”.

A qualidade de vida, segundo a família, melhorou significativamente com o processo de diversificação e a renda também: *“Tudo o que boto na mesa eu planto, na renda melhorou, plantamos todo autoconsumo, só compramos arroz”.*

Por sua vez, a família 11 é composta por três pessoas: pai, mãe e filho estudante do 2º ano na EFA. Explicam que os motivos que levaram a família a diversificar o cultivo do tabaco foram culturais, trazidos de geração em geração: *“Nós nunca plantamos só fumo, isso veio junto comigo (mãe) da minha família, para o consumo a gente sempre tinha de tudo. Não adianta plantar só fumo e depois comprar tudo, isso não chega daí”.*

A família nunca dependeu somente da renda do tabaco para viver, mas as demais produções sempre foram para o autoconsumo. Depois que o filho começou a estudar na EFA, teve maior incentivo para desenvolver plenamente a produção diversificada. *“Mas depois que o filho foi para escola (EFA) a gente deu mais valor, mudou um pouco o manejo, fizemos composto, a gente usa mais o que tem na propriedade. Temos bastante criação e aproveitamos o esterco”.* A família ressalta que a partir destes conhecimentos trazidos pelo filho que eles conseguiram concretizar muitos processos de diversificação.

Sobre a cadeia produtiva do tabaco, a família 11 pondera aspectos positivos e negativos:

“Em pequena área é uma cultura que rende mais. Que nem aqui a gente planta um hectare e meio e se plantasse milho? Sobra mais com o fumo se a gente quer pagar uma prestação, nós compramos um trator, e para isto serve. A gente usa para isso, não gasta para outras coisas. O fumo a gente não usa para comprar comida, a comida nós produzimos”.

Os aspectos negativos são

“uso de veneno, uso de insumos de fora da propriedade. Tem problemas com intoxicação a gente evita de ir ao molhado e no calor. Como não temos tanto fumo plantado podemos ir às horas melhores, mas quem tem quantidades maiores não consegue olhar para isto. Quem pega diarista também, o custo fica muito alto. Problema é a classificação, o preço até é bom. O BOI não vem”.

Figura 16 - Produção diversificada da Família 11.



Fonte: Acervo pessoal (2015).

Dos 20,7 hectares, somente 1,5 ha são cultivados com tabaco. Possuem ainda 8 hectares de mata nativa, 1 hectare de eucalipto, 1 hectare de potreiro. No restante eles produzem de tudo para o autoconsumo e para alimentação dos animais. Relatam que comercializam na comunidade: *“ovos, carne de porco e gado, milho, entre outros”*. Além disto, estão com uma experiência nova, aplicada pelo filho desde seu projeto da EFA: *“O filho tem um quintal orgânico que recebeu da EFA, agora tem mais variedades, tem pêssigo do comum, do branco, amarelo que é mais forte. Banana tem três tipos: da terra, prata e comum.”*

Além disso, a família 11 produz melado batido a mão, puxa puxa (uma espécie de bala feita de melado) para o filho vender na escola. Tem também o amendoim que é levado na feira da EFA. Ao falar da produção de excedentes a família comenta:

“e pode comercializar, mesmo que não foi planejado, se tem uma produção boa a gente comercializa. Na feira da escola estamos vendendo até banana. Isso (local para comercialização) que tinha que ter para a gente conseguir, se tivesse mercado a gente poderia plantar só isso”.

As relações de mercado dessa família ocorrem a partir de cadeias curtas que, de acordo com Marsden (2000), podem ter diferentes tipos; no caso da família 11, pode ser o que o autor caracteriza como o *face-a-face*, onde o consumidor compra o produto direto do produtor- transformador numa base de *face-a-face*, em que a autenticidade e confiança são mediadas através de interação pessoal. Na propriedade, a comercialização é realizada direto ao consumidor, baseando-se em valores que inexistem no sistema capitalista, caracterizada por uma relação de confiança entre produtor e consumir.

No entanto, mesmo com essa diversidade de produção para autoconsumo e para venda, a principal fonte de renda ainda é o tabaco. Há de se destacar que no tabaco há um controle em relação à renda obtida, tem acompanhamento técnico, tem estimativas de produção. Já na produção de alimentos não é realizado nenhum tipo de controle, o que é produzido não é contabilizado, é uma renda significativa, mas que não está visível pois em geral tem uma entrada mais dispersa durante o ano.

A família 11 possui ainda uma variedade considerável de sementes crioulas que garantem a plantação na safra seguinte, evitando a compra das sementes:

“Nós temos bastantes sementes crioulas na propriedade desde sempre, antigamente já ia produzindo as sementes: milho amendoim, feijão, cenoura, alface, abobora, melancia, batata, moranga, mandioca, alho, tomate, avica, pastagens, animais como porco crioulo misto branco e Large White, galinhas caipiras que se criam sozinhas soltas no terreiro, anos já não compramos mais, temos vacas Jersey que garantem o leite do consumo da família e os bois são zebus e os demais são angus. Temos peixes também: Carpa capim, húngara, prateada.”

Com essa diversidade produzida, a família está realizando um processo de transição para agroecologia, pois se preocupa com a saúde e o bem estar da família. *“ainda usamos o secante e as lavouras a gente faz plantio direto para diminuir o serviço.”* A mãe se orgulha ao falar sobre a produção de alimentos: *“O alimento produzido sem veneno é muito valorizado. No mercado a agente não sabe o que tem ali. Eu faço comida, tudo eu produzo, eu faço as comidas sem comprar, quase sempre é assim, a gente produz quase tudo o ano inteiro”.*

Em todo este processo, a atuação da EFA mostrou-se fundamental. O filho antes de ir para EFA nem pensava em ficar no campo, agora quer permanecer na propriedade. A recuperação da identidade camponesa, do valor que tem morar no campo, com saúde,

com alimentação saudável, fizeram o jovem de 19 anos mudar de ideia. A mãe fala orgulhosa da escola:

“eu acho muito bom, essa EFA, isso faz que os jovens se interessem mais pela agricultura, isso tinha que ter começado antes já, agora tem poucos jovens no interior. A EFA é uma oportunidade para os jovens continuar no campo, tinha que ganhar mais força do governo para ajudar mais. Eu acho que é muito bom, ensina um modo diferente não convencional, ensina a utilizar o que tem na propriedade. Eu já aprendi muito lá, a gente vai lá, tem o estágio de vivência, ali a gente vê outras realidades. O pessoal do interior quando vai na escola estadual eles não aprendem o que tem na agricultura, na EFA aprendem. Além disso o que precisa se quiserem ir para fora e também o que pode ser usado na propriedade”.

As famílias deste grupo tem sua renda advinda do tabaco, mas também da comercialização de produtos, principalmente hortaliças. Nas famílias 09 e 10, a renda fica semelhante entre a do tabaco e da diversificação. Nestas famílias, a 10 tem área de dois módulos fiscais, as demais têm até 1 módulo fiscal. O que chama atenção neste grupo é a permanência dos jovens no campo, fruto do trabalho conscientizador da EFA. Recebem assistência técnica de outras entidades, mas pode considerar um marco no processo de diversificação o ingresso dos seus filhos na EFA, principalmente pelo fato de terem que aplicar nas suas propriedades o seu projeto, o que corroborou na qualidade da diversificação.

Na sequência demonstraremos a atuação do CAPA no município de Santa Cruz do Sul e as iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco por eles incentivada.

4.1.2.3 O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e a feira de produtos orgânicos como alternativa ao tabaco

Com atuação em muitos municípios gaúchos, especialmente com os camponeses está o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA). O CAPA é uma organização não governamental ligada à igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Esta igreja tem sua história marcada pela trajetória dos camponeses, pois apesar do êxodo rural, ainda hoje, mais da metade dos seus membros vive em áreas rurais.

Ao final da década de 1970 e nos anos 1980, os efeitos negativos do modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira eram evidentes: concentração de terras, degradação do meio ambiente e aumento das desigualdades sociais no campo. Mesmo com todas as restrições dos governos militares, a IECLB decidiu criar um serviço que auxiliasse os pequenos agricultores. Em 1978, é criado o CAPA, por meio do qual a IECLB firmou um compromisso claro de busca pela justiça social no Brasil.

Com o tema “Terra de Deus, Terra para todos”, em 1982, expressou a necessidade da reforma agrária no Brasil e passou a demandar mudanças nas políticas agrícolas. O CAPA realiza seu trabalho assessorando agricultores na organização social e política, na formação e na produção econômica das famílias e na defesa da agroecologia. Atualmente, está organizado em diferentes regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Beneficiam 4,5 mil famílias de agricultores, organizadas em grupos, associações comunitárias e cooperativas. Ao todo são cinco núcleos de atuação, nos quais as equipes técnicas são formadas por profissionais das áreas da agricultura, saúde, administração e comunicação prestam assessoria com base nos princípios da agroecologia e da cooperação. Além disso, o CAPA trabalha com objetivo de desenvolver experiências de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização, de formação e capacitação, de saúde comunitária, que sirvam de sinais de que o meio rural pode ser um espaço de vida saudável e realização econômica para todos (BUCHWEITZ, 2003).

No município de Santa Cruz do Sul está instalado um dos cinco núcleos de atuação. A liderança entrevistada do CAPA é engenheiro agrônomo e está na instituição desde sua fundação no referido município, em 1987. Neste local, o CAPA se organiza com projetos trienais, com avaliações e prestação de contas aos parceiros, pois ao se tratar de uma ONG, não recebe recurso financeiro do Governo Federal e se mantém com projetos elaborados principalmente com a Fundação Luterana de Diaconia²⁹ da Alemanha e através de parcerias com prefeituras.

Ao abordar o tema do tabaco, o entrevistado 18 coloca que o mesmo é uma das cadeias mais organizadas, o que pode ser considerado um entrave para o trabalho com as famílias:

“aqui nesta região a gente tem essa peculiaridade que dificulta bastante do ponto de vista de adesão a proposta, não estamos trabalhando com cultura que podemos impactar no pacote tecnológico, estamos lidando com uma cultura que não é alimento, com uma cadeia organizada desde a pesquisa, produção, comercialização”.

Sobre a cadeia produtiva do tabaco, na região, o entrevistado aponta um importante elemento, qual seja, essa cadeia já faz parte da cultura local. Tal realidade foi constatada também por Rudnicki (2015), sendo que a autora enfatiza que essa

²⁹ A Fundação Luterana de Diaconia apoia instituições e comunidades luteranas que assumiram o seu papel como protagonistas sociais e que promovem ações de transformação nas sociedades onde estão inseridas.

cultura está fortemente ligada à questão de confiança dos agricultores com as fumageiras. O entrevistado 18 reforça que:

“Tem um aspecto que temos que considerar que o tabaco tem mais de 100 anos nesta região, a gente brinca, mas já faz parte do DNA dos agricultores, ninguém mexe impunemente numa matriz produtiva que é histórica, e tem geração de agricultores que levantaram a bunda do chão plantando tabaco e tem que considerar que tem outros que gostam. Vamos traçar um paralelo com a produção de uva, que é de cultura da colônia italiana, isto está incorporado na região vale do Rio Pardo, a colônia Germânica fortemente ligada à produção de tabaco, isso tem que ser considerado”.

Sobre os problemas desta cadeia, o entrevistado 18 enfatiza: *“Pesa sobre o tabaco o fato de que o resultado final é muito pernicioso, essa mácula ninguém tira, o setor se defende de tudo que é jeito, se justifica, mas se nós vamos para o campo ético isso não tem razão de ser assim”.* Nesse sentido o entrevistado 18 comenta sobre a questão cultural passada de geração em geração: *“Um agricultor, produtor de erva mate de Venâncio Aires terá maior orgulho de ensinar seu filho a tomar chimarrão, mas um produtor de fumo não, se ele tiver um pouco de gosto pelo seu filho não fará isso”.* Sobre a questão ética no plantio do fumo ele enfatiza *“a gente enfrenta o poder da grana, quem ganha dinheiro com isso não quer entregar essa rapadura, eles querem ganhar dinheiro, com o que ganham dinheiro? Ganham dinheiro estragando a saúde dos outros”.*

As dificuldades para diversificar esta cadeia produtiva, de acordo com o entrevistado 18, estão na organização da própria cadeia: *“o tabaco é a cadeia mais perfeita e organizada, ninguém mexe, nem a extensão oficial, nem as pesquisas, os caras tem tudo fechado”.* Comenta ainda sobre a dificuldade de avançar na diversificação: *“Nós aqui no Vale do Rio Pardo não temos outra cadeias produtivas organizadas que permitam os agricultores diversificar sua renda, o setor deita e rola numa chantagem econômica que é desumana”.* Ressalta que é preciso que todos sejam ousados e *“que nós precisamos acreditar na vida além do fumo, parece que não existe vida além do fumo nesta região. Ninguém tá condenado a produzir tabaco a vida toda”.*

A atuação do CAPA em Santa Cruz do Sul se dá com as famílias que comercializam na feira que ocorre as terças e sextas-feiras à tarde, junto à cooperativa Ecovale³⁰, na sede do CAPA.

Estas famílias possuem certificado de produção orgânica e a maioria já abandonou o cultivo do tabaco. Devido a esse fato, entrevistamos somente uma família

³⁰ Ecovale é a Cooperativa Regional de Agricultores Familiares que foi criada pelo CAPA que possui um espaço de comercialização de produtos orgânicos nas dependências do CAPA em Santa Cruz do Sul.

que ainda produz tabaco, mas cujo plantio é num local protegido, não contaminando os outros cultivos que são certificados com selo orgânico.

Figura 17 - Feira Orgânica CAPA.



Fonte: Acervo pessoal (2015).

A família entrevistada 12 apresentou as seguintes autoconfrontações: incerteza na comercialização e dependência ao monocultivo do tabaco. Evidencia-se que essas autoconfrontações já foram mencionadas pelos demais grupos entrevistados. Embora seja uma das maiores propriedades no âmbito da pesquisa, é a que apresenta menor produção de tabaco.

A família 12 reside na comunidade de São Martinho, e é composta por 5 pessoas de três gerações: os avós que são aposentados, os pais e uma criança de um ano, o neto. Eles possuem 30 hectares de terra, 15 hectares recebidos de herança, e mais 15 que foram adquiridos mais recentemente. Conta um integrante da família, que seu pai (o avô) há três anos lhe entregou o gerenciamento da propriedade, mas os avós ainda ajudam no que conseguem. Realizam o plantio de um hectare de tabaco, três hectares de frutíferas: laranja, bergamota, pêssigo, banana, uva, um hectare de cana, quatro hectares de reflorestamento, potreiro para pastagem, área de preservação permanente, palmeira real, mel, vinho de uva e ananás. Somente o cultivo do tabaco é convencional. As

demais produções tem certificado orgânico e devido a esse fator as lavouras de fumo são bem isoladas das demais lavouras.

Figura 18 - Produção diversificada da Família 12.



Fonte: Acervo pessoal (2015).

As vendas são realizadas na feira do CAPA e também para a comunidade quando há quermesse, e para a escola nucleada da comunidade (para os professores e funcionários). O entrevistado conta que ao passo que foi ampliando a diversificação da propriedade, foi diminuindo a plantação de tabaco. A cada ano diminuem cinco mil pés de fumo. A família chegou a plantar 55 mil pés e agora planta somente 15 mil. Os motivos que os levaram a diversificar “*é que deu uns anos com altos e baixos no fumo, na comercialização e no clima e para não ficar dependendo de uma cultura*”. Outro fator importante “*é que também quanto mais produtos têm em casa não precisa comprar tanto, isso diminui o custo de produção. Tu sabes o que está comendo e deixa de gastar*”.

Conta que teve grande incentivo do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR)³¹

³¹É uma associação civil, sem fins lucrativos, criada em 2001 e reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Fazem parte lideranças do meio rural, o instituto Souza

“eu ficava uma semana no núcleo do Cedejor, participando das atividades. Mas depois ficava em casa duas semanas. Daí comecei a fazer em casa, mas meu pai teve um pouco de receio, começamos a fazer na prática e quando viu que deu certo ele liberou”.

No início do processo, o entrevistado narra que precisou de muita paciência e conta que *“tem que ter os pés firmes no chão e fazer devagar, não adianta querer parar com fumo e mudar para outra cultura bruscamente, tem que ser devagar com passos lentos”*. Explica ainda que *“a diversificação é um trabalho mais demorado com ciclo médio prazo. Às vezes não te dá retorno na hora, mas com o tempo dá”*. Sobre o questionamento do por que ainda produz tabaco, o entrevistado explica:

“eu só não parei com o fumo por dois motivos: qualquer governo fala em diversificação, só que pouco tem apoiado e investido nisso. Não tem que diversificar o fumo, o fumo tem que fazer parte da diversificação. Hoje o fumo não é mais a principal fonte de renda. Hoje ainda tenho fumo por que: Tenho lenha suficiente, tenho as estruturas montadas, estufas, galpões, esteira, as lavouras estão ali, para não deixar todos os equipamentos parados”.

Sobre os problemas que enfrenta no cultivo do tabaco ele diz que o

“alto uso de agrotóxicos e trabalho pesado. É uma época que pega chuva, sol, trabalho de noite cuidando forno, quem planta só fumo tem meses bom de trabalhar, mas também os meses críticos de trabalho pesado como outubro, novembro e dezembro. Depois tem o trabalho leve no galpão”.

Sobre a melhoria na renda ele diz que *“hoje tá entrando bem mais dinheiro, mas principalmente tá sobrando mais. Do fumo dá um giro alto, mas sobra muito pouco, o resto é despesa. É cano, é luz, é peão, insumos, o custo de produção é alto. Na diversificação sobra mais dinheiro”*.

Os benefícios da diversificação para esta família são inúmeros, contam com satisfação da relação que tem com os consumidores:

“na nossa produção não tem intermediário, tem uma relação direta com o consumidor, quem intermedia ganha o mesmo valor que quem produz. A gente produzir e vender, ao mesmo tempo é muito bom para o consumidor final. O pessoal chega aqui e agradece, já pede para a gente escolher o produto devido à confiança”.

A família 12 teve acesso ao Pronaf que foi utilizado para estruturação da propriedade e já está quitado. Assim, como o Pronaf, o Programa de Moradia Minha Casa Minha Vida foi intermediado pelo MPA e o entrevistado ressalta que *“o Pronaf, as casas e melhorias na propriedade, foram as melhores coisas que surgiu nos anos 98/99 que foi pelo MPA”*. A família participa do ATER Sustentabilidade pela EMATER e recebem ainda assistência do CAPA. No sentido de organização, eles criaram um grupo,

no qual organizam a produção para a feira, bem como a logística para transporte dos produtos. O entrevistado salienta que vai para a feira a cada duas semanas, mas devido ao grupo, seus produtos sempre são expostos na feira: *“é uma vantagem trabalhar em grupo”*.

Boa qualidade de vida e soberania alimentar fazem parte da história desta família, que produzem alimentos saudáveis para comercialização na feira, mas também para seu consumo.

“Hoje está bem melhor, principalmente quanto mais à gente produz em casa a gente sabe o que está comendo, se tu depende da alimentação do mercado tem cada encrenca que a gente vê no noticiário. E tem a qualidade da saúde. Temos muita diversidade na alimentação e isso se reflete que a gente deixa de gastar muito com remédio, com farmácia”.

A família 12 está num processo bem avançado de diversificação, possui certificado de produção orgânica e fica expressa a importância dos grupos para organização da produção e comercialização. A feira do CAPA é resultado deste grupo que se organiza, se reúne, para planejar suas estratégias e melhorar cada vez mais os produtos que tem a oferecer na feira. Isso tem relação à capacidade de agência, pois os camponeses buscam a partir das suas condições elaborarem saídas para enfrentar seus problemas.

Na próxima seção, demonstraremos a atuação da EMATER no referido município, e suas iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco.

4.1.2.4 A EMATER e a feira livre municipal no auxílio à diversificação das famílias produtoras de tabaco

Para contextualizar a história da EMATER, faz-se necessário mencionar que anterior a esta, surgiu a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) em junho de 1955. A Instituição se tornou a representante do serviço oficial de extensão rural do Estado, colocado em ação, ininterruptamente, representando hoje uma importante política pública do Governo do Estado (EMATER, 2015).

A EMATER/ASCAR-RS tem a responsabilidade de orientar o uso de tecnologias em diferentes áreas, quer na área de saneamento básico ou ambiental, quer no melhoramento do desempenho de lavouras. A Instituição apresenta um público alvo formado por agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, assentados, somando um contingente superior a 250 mil famílias de assistidos em mais de 480 municípios. O trabalho da EMATER na extensão rural é realizado mediante

convênio com as Prefeituras, e busca fomentar o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Rio Grande do Sul (EMATER, 2015).

A EMATER propõe colocar em prática um conjunto de ações educativas e concretas que resultam na busca por melhores condições de vida nas propriedades. Realizam iniciativas que asseguram a segurança alimentar do público assistido, entendida principalmente como a produção de alimentos na propriedade. A Instituição almeja um desenvolvimento sustentável na perspectiva da cidadania sem desconsiderar a necessidade de resgate da autoestima da população. Considera que é na conquista do respeito próprio e no resgate da autoestima que homens, mulheres, jovens, idosos e crianças do meio rural descobrem possibilidades coletivas de trabalho permanente por uma vida melhor, mais solidária e fraterna (EMATER, 2015).

Para tanto, pretende promover o Desenvolvimento Rural Sustentável por meio de ações de assistência técnica e extensão rural, mediante processos educativos e participativos, visando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações e criando condições para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha (EMATER, 2015).

No município de Santa Cruz do Sul foi instalado um dos primeiros escritórios regionais da EMATER, conforme explica o entrevistado 19. Técnico agrícola e engenheiro agrônomo, conta que logo após concluir sua graduação, realizou o concurso na EMATER, em meados de 2009 e em seguida assumiu o escritório em Santa Cruz do Sul. Relata que os motivos que o fizeram escolher a extensão rural tem relação com o gosto pela agricultura: *“gostava de trocar ideia com os agricultores, tenho certeza que a EMATER e a extensão rural contribui muito para o desenvolvimento rural. A extensão não chega a todos os produtores, mas os que atingimos já colaboram para o desenvolvimento rural”*.

Segundo o entrevistado 19,

“o cultivo do tabaco ainda é o carro chefe da maior parte das propriedades, mas o que vem acontecendo nos últimos anos é a questão do êxodo rural, os jovens saindo das propriedades. Os pais pela questão da idade vão diminuindo a atividade pela força de trabalho, isto é uma das causas da redução da área plantada do tabaco. Os jovens que estão ficando na propriedade não querem trabalhar com o tabaco. Pelas dificuldades, pela questão ambiental, pela questão de saúde. Querem outra atividade que não seja o tabaco”.

O processo de diversificação tem muitas motivações na opinião do entrevistado 19. Segundo ele *“o que leva a diversificação é a oscilação de preço que tem ocorrido nos últimos anos, um ano é bom, outro é ruim. Os produtores ficam na expectativa de*

ganhar um bom valor e não conseguem". Além disto, segundo o entrevistado, a penosidade do trabalho é outro fator salientado: *"Por ser atividade tão trabalhosa acaba optando por outras rendas e diminui a área com tabaco, e hoje a mão de obra nas propriedades está enxuta."*

Outro fator fundamental na opinião do entrevistado 19 é a questão da produção de alimentos para autoconsumo: *"hoje muitos produtores vem desenvolvendo atividade de horticultura, fruticultura, bovinocultura de leite mesmo, vem tentando conciliar as outras atividades, e até ampliando a produção de alimentos e reduzindo produção de tabaco"*. Na opinião do entrevistado 19, a diversificação é fundamental, pois se uma atividade tiver algum problema, existe a possibilidade de ter renda com outra. Enfatiza que os camponeses não podem ficar dependentes de um cultivo somente, por isso a importância da diversificação: *"vem despertando a importância para a diversificação para fazer equilíbrio das contas. Nem sempre o que é bom hoje vai ficar no ano que vem, são ciclos"*.

Na concepção do entrevistado 19, há vários motivos que mantém os fumicultores presos a esta cadeia como salienta: *"a cadeia produtiva do tabaco é a mais organizada, e isso facilita muito para eles"*. Considera ainda que os fumicultores querem diversificar, mas encontram diversos entraves e o principal deles é a comercialização. O papel da EMATER não é fazer o processo, mas auxiliar o agricultor a fazer, salienta que os fumicultores esperam que as entidades façam a vez das fumageiras, ou seja organizar a comercialização da produção. *"Produzir e comercializar são duas coisas bem diferentes. Precisa tempo para produzir, tempo para correr atrás do mercado, daí ainda é melhor o tabaco, pelas facilidades de ter tudo em casa"*. As facilidades da cadeia produtiva do tabaco dificultam a organização dos fumicultores para pensarem em processos de comercialização, é difícil trocar uma coisa incerta, que precisa ser construída, por um cultivo historicamente realizado e com a garantia de mercado que é o caso do tabaco.

Os alimentos *in natura* possuem um tempo de conservação muito curto se comparado ao tabaco. Outra dificuldade relatada é a logística,

"na produção de tabaco tem essa vantagem. Tu sabe que o que tu está plantando 100 % é absorvido pela indústria, tem onde vender da pior a melhor qualidade. A organização das cadeias produtivas no fumo ganha pontos pela sua organização. Tem assistência com uma certa regularidade, tem o seguro que tem os seus problemas, apesar de tudo segura a produção e a renda do produtor".

Ao mesmo tempo em que há “vantagens” no cultivo do tabaco, há inúmeros problemas como expressa o entrevistado 19:

“o que a gente tem notado é que os produtores que pararam tiveram problemas de saúde. O veneno aplicado no tabaco e o próprio tabaco que tem a nicotina, pela questão da doença da folha verde. Tem muita coisa atrelada nisso aí, a questão da segurança na hora da colheita que tem que usar EPI e não utiliza nem na colheita, nem no veneno. Muitos tiveram que deixar do tabaco pela questão de saúde”.

Salienta ainda a dependência financeira ao tabaco: “*Outro problema do tabaco é a questão de que eles tão sempre na mão da empresa e tiveram que entrar em outra atividade para ter renda*”. Aponta também que o tabaco proporciona um processo de desmobilização dos fumicultores:

“uma coisa que o tabaco tem proporcionado é a desunião entre os produtores. Se disser: vamos fazer uma cooperativa de produtores de tabaco, para ter mais força, mais volume para negociar a produção. Isso aí o tabaco proporcionou essa desunião, cada um para si, uma relação bastante capitalista, minha lavoura é aqui, tua é aí, cada uma com sua produção, o tabaco fortalece o individualismo”.

Essa desmobilização é característica da cadeia produtiva, pois os fumicultores são levados a competir uns entre os outros, e nas comunidades sempre tem o fumicultor que é utilizado de modelo para justificar que os outros não receberam o valor por que não capricharam como aquele.

São várias ações que a EMATER vem desenvolvendo no município no sentido de incentivar a diversificação do tabaco. A chamada pública de Ater Sustentabilidade é uma delas. Nesta participam 460 famílias, e segundo o entrevistado 19, 95% destas ainda produzem tabaco.

Sobre a percepção do fumicultor em relação à diversificação, o entrevistado 19 da EMATER acrescenta “*eles estão preocupados porque tem que diversificar, não pode mais ficar só com fumo na propriedade. O leite ajudou bastante, muitos saíram do fumo e foram para o leite, mas com o problema que deu*³², *muitos reduziram o leite e começaram com o tabaco de novo*”. Existe uma preocupação com a orientação a ser transmitida aos camponeses, pois conforme o técnico “*as famílias são pequenas, e a diversificação exige muita mão de obra*”.

³² O entrevistado refere-se à crise do leite ocorrida entre 2014/2015, quando muitos produtores ficaram vários meses sem receber pelo leite vendido, esse fato contribui para que eles mudem de atividade.

Além das iniciativas do leite, da horticultura para feira, tem ainda a política pública de compra institucional do PAA municipal ³³ que a EMATER organiza

“tem famílias que hoje estão no projeto Brasil Sem Miséria que conseguimos incluir na venda para o PAA, fizemos projetos de hortas nestas propriedades, conseguem vender o excedente e com isso conseguiram renda. Não tinham acesso ao mercado e isso garantiu. Favoreceu bastante as famílias. Hoje a prefeitura vai à propriedade e busca a produção”.

Um fator importante na opinião do entrevistado 19 é o gosto por aquilo que se faz, *“os jovens não querem continuar com o tabaco, muitos jovens saem da propriedade porque estão com o fumo goela abaixo. Querem partir para uma atividade que dê satisfação de produzir alimento, de qualidade, e levar ao consumidor algo que está necessitando”.* A EMATER tem realizado atividades no sentido desta descoberta da aptidão, do gosto dos camponeses, principalmente dos jovens, para realizar a diversificação:

“temos orientado a fazer cursos de agroindústria, panifícios, processamento de produtos vegetais, para ver se é realmente aquilo que eles querem, pois tu fazer um investimento alto e partir para uma coisa que tu não conhece. Precisa conhecer a dimensão daquilo que tu vai explorar. Isso é fundamental, é ter satisfação”.

O entrevistado comenta com preocupação a questão da continuidade do plantio do tabaco: *“os fumicultores tem ciência que o tabaco está num caminho perto do fim, mas ao mesmo tempo eles ainda apostam que o tabaco vai proporcionar renda pelo menos para essa geração agora. Não se pode desconsiderar que ainda é o tabaco que mantém este pessoal no campo”.* Nesse sentido, o papel do extensionista consiste em orientar para a diversificação como um processo que vai preparando os fumicultores para a diminuição gradativa do tabaco. *“Nós da EMATER, nossa turma do escritório municipal trabalha paralelo, não contra o fumo, não falamos para o agricultor que ele tem que parar com o tabaco. Dizemos que tem que ter a renda do tabaco e de outras coisas”.* É possível observar ainda os incentivos dados à melhoria da qualidade de vida:

“Focar na questão do tabaco, na produção de hortaliças, mas também do bem estar da família, no cuidado com o veneno, proteger o meio ambiente. Não pode achar que se vou sair do tabaco e não vou usar mais agrotóxicos, não, vou me deparar com outros problemas. Amanhã depois vou ter problemas de saúde, contaminar o meio ambiente e onde estamos morando”.

As famílias indicadas pela EMATER têm como característica a produção de verduras para comercialização na feira municipal, PAA e PNAE. Na ocasião da

³³ PAA Municipal é o Programa de Aquisição de Alimentos que é organizado pela prefeitura diretamente com os camponeses. A prefeitura organiza a compra de alimentos e a logística, os alimentos são distribuídos às entidades assistenciais como creches, asilos, hospitais, etc.

entrevista que foi realizada nas dependências da feira livre municipal, foi possível acompanhar as atividades de comemoração dos 35 anos da feira livre municipal. Chama atenção o fato de estas famílias possuírem menores áreas de terra que as demais entrevistadas. Estas áreas variam de 4,5 hectares a 19,5 hectares, conforme tabela abaixo:

Tabela 12 - Área total das propriedades e área ocupada com tabaco.

| Família | Total de hectares | Área cultivada com tabaco/ha |
|----------------|--------------------------|-------------------------------------|
| 13 | 8,0 | 5,0 |
| 14 | 4,5 | 2,0 |
| 15 | 19,5 | 3,5 |

Fonte: Organização própria (2015).

Nestas famílias foram encontradas autoconfrontações que motivaram o processo de diversificação que foram: problema com a comercialização e renda, alto custo de produção do tabaco, necessidade de mão de obra elevada e trabalho árduo no tabaco, utilização de muito veneno e intoxicações, doença da folha verde e são semelhantes às apresentadas pelas demais famílias.

A família entrevistada 13 contribui dizendo que “*o tabaco entra renda uma vez por ano e as verduras entra renda toda semana*”. A família entrevistada 14, da mesma forma, concorda com esta afirmação: “*diversificamos para ter uma renda maior, o fumo é uma renda só por ano e se der uma zebra tu não tem onde fazer e com as verduras temos dinheiro toda semana*”. A família entrevistada 15 se preocupa com a sua alimentação, sendo este um fator importante para a diversificação: “*diversificamos pela necessidade do consumo próprio, não podemos depender só do fumo e do fumo comprar tudo, precisa plantar pra gente ter de sobra*”.

As atividades desenvolvidas por estas famílias são: horticultura, produção de frutíferas diversas, reflorestamento, pastagem e produção de leite, criação de galinhas caipiras, criação de porcos, criação de peixes, produção de mel, milho, feijão, batata doce, batatinha, mandioca, e as famílias relatam terem melhorado muito a qualidade na alimentação através da diversificação. O modelo de produção destas famílias passa de convencional em transição a orgânico.

Figura 19 - Feira Livre Municipal de Santa Cruz do Sul



Fonte:acervo pessoal (2015).

Sobre o cultivo do tabaco, a família 13 coloca que *“o problema do fumo é os insumos são caros, ano passado deu muita quebra pela chuva, é meio difícil. Usa muito veneno é às vezes quando colhe fumo molhado dá aquelas coisas”* referindo-se à doença da folha verde do tabaco. A família 14 reitera que sente que o trabalho com o tabaco não é valorizado como deveria, *“por isso que a gente mais desistiu”* explicam que ainda plantam um pouco para manter as estruturas da propriedade e seguem dizendo que *“quando tem bastante produção, não tem preço, é desclassificado o fumo, e o que tu vai fazer com o fumo? Não dá para comer”*. Esta afirmação demonstra que as famílias estão totalmente dependentes das fumageiras quando se trata de comercializar o tabaco. A família 15 complementa que

“o maior problema é a comercialização. A nossa estrutura que existe na propriedade é para o fumo, nos preparamos para o fumo. Nunca seguimos para outro caminho. Com os pais da gente era só fumo. Problema de saúde de agrotóxico nós não temos, mas tomamos os devidos cuidados, utilizamos o EPI, mas sabemos que é um grande risco, sabemos que corremos risco sempre. Vantagem de ser a única fonte principal de renda em pequena propriedade. A gente não quer continuar com fumo, mas não temos outra saída ainda”.

Puderam-se observar benefícios com o processo de diversificação, uma vez que a família 13 expõe a satisfação em ter uma relação com o consumidor da feira: *“melhorou muito nossa renda e temos uma boa clientela”*. Da mesma forma, a família 14 tem o mesmo depoimento: *“aqui a gente tem contato direto com o consumidor isso é*

uma coisa que alegra a gente, quando agente sabe que tem o produto bom , eles elegiam a gente. Tendo contato direto eles já sabem o que estão consumindo”. Esta relação é frisada por Marsden (2000) o qual considera que as feiras são uma rede alternativa para produção e comercialização de alimentos marcada pelas cadeias curtas de abastecimento, e pela relação de confiança entre o produtor e consumidor.

Figura 20 - Famílias na feira livre municipal.



Fonte: Acervo pessoal (2015).

A família 15 da mesma forma reitera sobre a feira livre municipal: *“houve mudanças na renda, sobrou o dinheiro do fumo. É pouco, é, mas tá sobrando. Não precisa comprar muito fora, compra só o necessário, uma vez não sobrava. Muito bom esse plano de diversificação que está vindo”*. Esta afirmação tem relação direta com a soberania econômica que as famílias perceberam ao diversificar sua produção. Antes da diversificação, mesmo sem se dar conta, as famílias tinham uma renda bem menor do que a renda atual, ou seja, o trabalho realizado era mal remunerado.

As famílias apoiadas pela EMATER são beneficiadas com diversas políticas públicas, como: Pronaf, PAA, PNAE, ATER Sustentabilidade. A EMATER intermedia o acesso a essas políticas públicas, elaborando os projetos técnicos do Pronaf e, por meio da Assistência Técnica e da chamada pública ATER Sustentabilidade, auxilia no

processo de organização da produção para comercialização no PAA e PNAE. A família 13 afirma que no “*projeto ATER sustentabilidade a EMATER dão muito apoio*”, a família 14 também é beneficiária desta chamada pública.

A família 15 é beneficiária da chamada ATER Agroecologia da Coopsat/MPA, esta família considera que “*nessa chamada de ATER eles dão as sementes para gente: batata, abóbora, milho, feijão. É bom mudar, ela (se referindo a técnica) me trouxe uma batata que produziu tanto*”. Ressalta-se que uma das ações de ATER que é a distribuição de sementes crioulas e mudas para incentivar a diversificação.

Esta família acessa ainda o PAA municipal que é organizado pela prefeitura com auxílio da EMATER, no qual a prefeitura passa nas comunidades para buscar a produção. Devido à participação no PAA, a família se beneficiou de um programa da EMATER de distribuição de mudas frutíferas. As três famílias foram beneficiadas com o Pronaf, o qual auxiliou a estruturação das propriedades e este acesso foi mediado pela EMATER e pelo MPA.

A família 15 teve um diferencial, seu filho é egresso da EFA³⁴, a quem eles reconhecem o papel importante na diversificação da propriedade: “*estamos na atividade de piscicultura desde que o filho entrou na EFA, ele que trouxe o projeto dos peixes e criação de abelhas e nós tentamos implantar. Veio muita coisa do colégio da EFA através do filho, que agora está no quartel*”.

As famílias auxiliadas pela EMATER relatam terem melhorado muito sua qualidade de vida com a diversificação. Conforme a família 13 “*sim estou muito feliz, é melhor agora, teve melhoria na alimentação em casa*”. Bem como a família 14:

“minha vida melhorou, mas na verdura a gente faz o preço dentro de um padrão e ninguém desvaloriza. Comparando um pé de fumo com alface, tu sempre vai plantar alface. A única coisa é que tu não tens venda em abundância, no fumo eles garantem a compra, aqui tem que construir o mercado”.

Na mesma perspectiva, a família 15 complementa que

“nos sentimos bem feliz, teve muita diferença. Teve uma época nós vivia só de frango, criava e vendia no comércio. A renda de dentro de casa vinha dali, criava de 250 por vez, vendia 40-42 frango carneado por semana. Toda sexta de tarde nós vendia, carneava e resfriava e vendia. Não tinha aquela lei que não podia vender. Precisava dar mais valor para a agricultura para não terminar a raiz da roça, os jovens tão abandonando tudo, quem vai produzir a comida, vão viver de isopor?”

³⁴ Ressalta-se que a propriedade foi incentivada pela EMATER antes do filho ingressar na EFA, e na atualidade ele está no quartel e pretende ficar engajado.

Com base neste depoimento, ressalta-se que as famílias enfrentam na atualidade as barreiras da legislação sanitária que proíbe o abate de animais para comercialização fora de frigoríficos. Por outro lado, a qualidade da carne produzida pelos camponeses, que alimentam seus animais com o que é produzido na propriedade, com pouca alimentação externa, faz com que sejam valorizados a produção de galinhas caipiras e porcos crioulos para comercialização. Há que se avançar numa legislação adequada a realidade camponesa para garantir que isso possa colaborar no processo de diversificação.

Neste grupo de famílias há uma organização da produção para comercialização na feira municipal que acontece nas tardes de quartas e sextas feiras. Eles possuem área de terra menor de um módulo fiscal e a renda obtida é muito similar a do tabaco com a feira, somente a família 14 diz que a renda da feira é maior.

Na próxima seção estaremos realizando as análises destas entrevistas, no sentido de comparar o objeto empírico com o referencial teórico, buscando trazer luz às reflexões que foram feitas no decorrer deste estudo.

5 INICIATIVAS DE DIVERSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES PRODUTORAS DE TABACO: DA AUTOCONFRONTAÇÃO À CAPACIDADE DE AGÊNCIA

Neste capítulo procuraremos analisar e sintetizar, à luz dos elementos empíricos e teóricos, por que as famílias produtoras de tabaco passaram a diversificar a produção. Para tal, iniciamos a reflexão com os seguintes questionamentos: se o cultivo do tabaco é uma das atividades mais rentáveis por área plantada, porque as famílias fumicultoras não se mantêm somente no monocultivo do tabaco? O que faz com que, cada vez mais famílias realizem processos de diversificação das propriedades? Se é tão rentável, por que os jovens fumicultores estão saindo das propriedade e buscando alternativas nas cidades?

No início deste trabalho, levantamos a hipótese de que as iniciativas de diversificação desencadeadas pelos camponeses junto a suas organizações representativas e, com o auxílio de políticas públicas, podem ser compreendidas enquanto autoconfrontação com os efeitos colaterais da modernização da agricultura e da consequente, monocultura do tabaco. Entendíamos que essas iniciativas seriam respostas aos riscos produzidos pela própria cadeia produtiva do tabaco emergindo a partir do sujeito camponês, a partir de sua realidade, seu modo de vida, seu modo de reprodução social, buscando minimizar estes efeitos. No decorrer da pesquisa, essa hipótese foi se concretizando e encontramos diferentes autoconfrontações aos efeitos colaterais dos riscos produzidos pelo monocultivo do tabaco, os quais motivaram a busca pela diversificação.

Inicialmente, é importante destacar, que a evidência do crescimento da consciência social dos riscos decorre da emergência, em escala global, dos problemas ecológicos e da natureza incerta de determinados processos sofisticados do ponto de vista tecnológico. Esta percepção global dos riscos acerca da cadeia produtiva do tabaco gerou discussões no mundo inteiro, pois o hábito de fumar extrapola fronteiras e expõem fumantes e não fumantes aos efeitos nocivos do cigarro no mundo todo. Os efeitos colaterais do tabagismo resultaram num tratado internacional, ou seja, a Convenção-Quadro de Controle do Tabaco na qual o Brasil é país signatário e facilitador (FREITAS, RAMBO, SARTORELLI, 2015). Podemos considerar, pautado em Beck (1995) no que se refere ao tabagismo, e por consequência, à produção de tabaco, que estamos vivendo a segunda fase da sociedade de risco, na qual os perigos da

sociedade industrial começam a dominar o debate e os conflitos públicos. Esta fase é decorrente de um processo de conscientização política dos riscos e de implementação de ações para reversão dos mesmos.

Dito isso, trazemos estes efeitos relacionando-os com os resultados da pesquisa de campo, no qual cabe chamar atenção para o número de membros das famílias pesquisadas, que variam de 2 a 5 membros somente, caracterizando famílias pequenas, conforme tabela 08 apresentada no capítulo 4. Este fator tem relação direta com os riscos ocasionados pela cadeia produtiva do tabaco, principalmente pela migração campo/cidade. As pessoas buscam modo de vida que proporcione qualidade de vida e satisfação, o que não ocorre na produção do tabaco que é um cultivo de muitas incertezas. Isto também reflete na ausência de jovens no campo. A maior parte das famílias entrevistadas não tem sucessão rural, ou seja, os jovens migraram para a cidade em busca de melhores condições de vida, pois não consideram que a atividade do tabaco seja uma atividade rentável a ser seguida. Os jovens buscam realizar uma atividade que tenha melhores condições de vida, pois conforme Abramovay (1998), o êxodo rural que afeta a agricultura familiar atualmente, atinge as populações jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores.

Em decorrência do processo de migração campo-cidade, observa-se o processo de envelhecimento da população e também, o processo de masculinização do campo, já que as moças estão deixando a zona rural mais cedo e numa proporção maior que os rapazes (ABRAMOVAY et al., 1998). A perspectiva da permanência dos filhos na atividade agrícola depende principalmente das condições internas das famílias, tanto econômicas quanto sociais. Portanto, ao deparar-se com as condições geradas com o cultivo do tabaco, com os riscos produzidos, os jovens se deparam com inúmeras contradições e buscam saídas em outros ramos profissionais.

Ademais, outro fator reflete-se na questão da posse da terra. As propriedades são pequenas. Como garantir a sucessão rural em pequenas propriedades? Durante as entrevistas verificamos que somente duas famílias possuíam área maior que um módulo rural, que no município de Santa Cruz do Sul corresponde a 20 hectares. Esse fator também compromete a questão da permanência da juventude no campo, pois isto dificulta o processo de diversificação. O não acesso as terras é uma das consequências da Revolução Verde no campo e contribui para acentuar a migração campo/cidade.

As entrevistas com as famílias de fumicultores de Santa Cruz do Sul mostraram que há insatisfação diante do moderno sistema integrado de produção de tabaco

desenvolvido pelas fumageiras. Observamos que há uma preocupação com o crescimento econômico através da produção de tabaco, realizada em pequenas áreas, e uma associação disto com a ideia de progresso. Por outro lado, as entrevistas demonstram que há uma preocupação significativa com a saúde humana e com as consequências para o meio ambiente. Essas são algumas questões relacionadas aos riscos gerados pela modernidade, dando origem à sociedade de risco, pois, o progresso gerado pelo desenvolvimento do cultivo do tabaco e de toda tecnologia utilizada passa a ser considerado como fonte potencial de autodestruição da sociedade industrial, a partir da qual se produzem, por sua vez, novos riscos, afetando o planeta sem distinções de classe ou racionalidade (BECK e GIDDENS, 1995).

Ademais, isso se relaciona com as principais autoconfrontações apontadas pelas famílias nas entrevistas, conforme aponta o quadro a seguir:

Quadro 07 - Autoconfrontações aos efeitos colaterais dos riscos gerados pelo moderno sistema integrado de produção de tabaco

| |
|---|
| Migração campo/cidade |
| Diminuição da mão de obra no meio rural |
| Penosidade do trabalho |
| Insatisfação com a renda através da insegurança na classificação do tabaco na comercialização |
| Problemas de saúde |
| Eventos climáticos severos |

Fonte: organização própria. (2015).

Conforme Giddens (1991) e Beck (1995) a modernização reflexiva não representa somente uma reflexão, mas sim a capacidade da sociedade atual de se autoconfrontar com o que ela própria produziu, ou seja, no caso analisado, com os efeitos colaterais da modernização da agricultura e da monocultura do tabaco.

Sendo assim, as famílias relataram sua convivência com a migração campo/cidade, uma vez que as pessoas deixam o campo almejando melhores condições de vida, o que conseqüentemente, diminuiu a mão de obra disponível, a qual é altamente demandada no cultivo de tabaco.

O elemento mão de obra é mencionado de forma recorrente nas entrevistas, porém ressaltando aspectos da sua penosidade, especialmente no período da colheita das folhas do fumo. Para os fumicultores pesquisados, um aspecto negativo está relacionado tanto com a quantidade quanto com a qualidade do trabalho realizado durante o estágio de colheita, especialmente quando chove e as folhas de fumo têm que ser colhidas molhadas, fato relacionado com seus problemas de saúde, principalmente da doença da folha verde. Das 15 famílias entrevistadas, 13 relataram ter este tipo de problema.

Salienta-se que não é somente por ocasião da colheita que as famílias relatam penosidade, mas sim do tempo necessário para realizar uma safra de tabaco. Todas as famílias entrevistadas afirmaram que ao preparar os canteiros, ou seja, iniciar o plantio da safra seguinte, estas ainda estão realizando o trabalho de classificação do tabaco nos galpões, da safra anterior. Ou seja, para realizar todas as etapas do processo produtivo, leva mais de um ano de trabalho. Todo esse tempo de trabalho exigido pelo tabaco dificulta que os membros das famílias possam dedicar-se a outros cultivos.

A classificação do tabaco é o principal fator de descontentamento dos fumicultores de Santa Cruz do Sul com as fumageiras, nas famílias entrevistadas. Os fumicultores revelam descontentamento com relação às divergências entre a classificação atribuída ao fumo na propriedade e a classificação realizada pelas fumageiras no momento da entrega do produto, ou seja, no momento em que é atribuído o preço final a ser pago ao produtor de acordo com a qualidade das folhas. Constatou-se que não há órgão regulador/mediador/fiscalizador durante o processo de comercialização do tabaco, as famílias estão a mercê da classificação realizada pela indústria fumageira. A safra 2014/2015 foi caracterizada por uma diminuição significativa no valor médio pago por arroba gerando insatisfação às famílias de fumicultores, pois conforme seus relatos, o valor pago em média ficou abaixo do custo de produção nesta safra. Conforme a família entrevistada 10 “*o fumo tem preço bom, mas eles rebaixam na classe*”.

O que sempre marcou a cadeia produtiva do tabaco foi à garantia de mercado, entretanto, nesta safra esta “garantia” comprometeu a reprodução social das famílias, que perderam muito dinheiro no rebaixamento das classes do tabaco. A família 12 corrobora com a análise feita “*do fumo dá um giro alto, mas sobra muito pouco, o resto é despesa*” ao se referir à renda obtida com a produção de tabaco.

As famílias relataram também não ter nenhuma interferência na classificação realizada nas dependências da fumageira. “*Quando o fumo chega à firma eles fazem o que querem, eles não sabem o que passa o fumicultor para produzir o tabaco*” relata a família entrevistada 11. Neste sentido, o processo de diversificação das propriedades garantiu a sobrevivência das famílias, pois mesmo as que produzem somente para autoconsumo, conseguem manter-se no campo, mesmo tendo obtido pouca renda com o tabaco. Mas sabe-se que esta não é a realidade de todos fumicultores, bem pelo contrário, a maioria não realiza diversificação. Como será que é a vida destas famílias?

Outro risco é que representa o paradoxo encontrado foi à garantia de mercado *versus* o preço pago pelas fumageiras na ocasião da venda. Essa garantia de mercado é um dos fatores fundamentais que mantém muitas famílias atreladas a esta cadeia produtiva, mesmo o tabaco sendo um dos únicos produtos que não tem preço mínimo garantido. O preço pago vai ao encontro da lei de mercado regida pela oferta e demanda. A produção mundial e possíveis negociações para exportação são fatores que interferem diretamente no preço pago aos fumicultores no Brasil. Exemplo disso foi à safra 2014/2015, quando houve uma diminuição nas exportações e o valor por arroba, em média, foi bem abaixo do esperado pela maioria dos fumicultores entrevistados. As fumageiras detém controle sobre o preço pago aos fumicultores justamente como forma de mantê-los atrelados a esta cadeia produtiva. Foi recorrente o depoimento de que se tivessem outro produto com garantia de mercado, parariam com o fumo. Aqui trazemos luz a reflexão sobre as políticas públicas de comercialização existentes. O PAA, PNAE são programas institucionais que na atualidade são insuficientes para garantir que o volume de comercialização de alimentos seja suficiente e possa garantir que os fumicultores tomem a decisão pela diversificação ou pela conversão total da produção de tabaco para produção de alimentos.

Um fator decisivo neste sentido é a questão das estruturas. Muitas famílias relataram não parar totalmente com o fumo para não deixar as estruturas ociosas. Há ainda famílias que estão pagando os financiamentos destas estruturas, portanto, precisam plantar tabaco para pagar este custo com a produção.

Outros efeitos colaterais aos riscos gerados pelo tabaco a gerarem autoconfrontação – e talvez os mais perversos – são os problemas de saúde que as famílias fumicultoras enfrentam. São inúmeros casos de intoxicações seja por veneno, seja pela doença da folha verde que acometem as famílias fumicultoras, além de muitos casos de depressão e doenças funcionais, pelo trabalho pesado nas colheitas e na cura do tabaco realizado cuidando o fogo nas fornalhas. Este é um fator fundamental, que motiva mudanças na produção de tabaco, redundando na diversificação da produção.

Ademais, o sistema de integração pode ser compreendido enquanto um sistema perito, uma vez que este se refere a um conjunto de especialistas que informa a comunidade questões relativas ao conhecimento, procurando instaurar a dimensão de controle e da segurança, nas palavras de Beck (1995). Ressalta o autor, que a comunidade/indivíduo pode ou não adotar os conhecimentos apresentados pelos peritos e enfatiza que as pessoas não possuem o domínio pleno das informações no cotidiano.

Essa situação é verificada no âmbito da produção integrada do tabaco. Os fumicultores devem, via de regra, aplicar os agrotóxicos nas quantidades recomendadas devem aplicá-los nas horas do dia em que a temperatura é mais amena, devem utilizar o EPI, fazer a tríplice lavagem das embalagens, lavar as roupas do EPI separadas das demais roupas da família, devem observar o período de reentrada nas lavouras pós-aplicação. Este seria um sistema perito de controle. O que acontece na realidade é que todas essas medidas são difíceis de serem realizadas por parte dos fumicultores. O EPI é fabricado com um tecido grosso e parte dele é de plástico. Os fumicultores não conseguem aplicar os venenos somente nas horas mais amenas do dia, e ficam expostos às horas de calor. Esse fator dificulta o uso do EPI, pois conforme ilustra o relato da família 1 esta “*não acha confortável usar o EPI*”, ou seja, fica insuportável a sua utilização.

Em relação à toxicidade dos agrotóxicos há um desconhecimento por parte dos fumicultores dos efeitos nocivos à saúde humana destes venenos agrícolas. Um fato que chama atenção é que muitas vezes ao fumicultores chamam os venenos de remédio ou de defensivos. Percebeu-se que não se possui o domínio pleno das informações sobre estes produtos químicos no cotidiano das famílias fumicultoras.

Observamos que os fumicultores não conseguem respeitar o período de reentrada, ou simplesmente o desconhecem. Ocorre ainda, que a maioria dos agrotóxicos utilizados na fumicultura são sistêmicos, ou seja, ficam por um período de tempo longo agindo na seiva da planta de tabaco. Cada vez que chove, o princípio ativo do agrotóxico é reativado, voltando a agir com força na planta. Então cada vez que chove há um novo perigo de contaminação (ABREU, 2014).

Entretanto, as fumageiras e o Sinditabaco se defendem dizendo que o fumo é um dos cultivos que menos usam agrotóxicos e, para minimizar seus efeitos na saúde, recomendam o uso do EPI. Contudo, entendemos que a época de colheita do tabaco, realizada no verão com altas temperaturas, dificulta ou até impossibilita o uso destes equipamentos. Assim, corroboramos com a afirmação de Abreu (2014) de que o uso seguro de agrotóxicos é uma falácia, mesmo utilizando todo EPI.

Ademais, o que se pode enfatizar, reforçado pelo estudo de Etges (2006), é um uso indiscriminado de agrotóxicos no cultivo do tabaco, pois os agrotóxicos são aplicados, via de regra, preventivamente, melhor dizendo, antes mesmo da planta manifestar qualquer doença ou ataque de insetos. Outro fator diz respeito ao tempo em que os fumicultores ficam expostos a realização de uma safra. Todo o processo

produtivo, somado ao processo de classificação do tabaco, demora mais de um ano e expõe os fumicultores ao contato direto com as plantas e posteriormente com as folhas contaminadas por agrotóxicos e pela nicotina presente no tabaco gerando as intoxicações.

Esta situação vai ao encontro da análise de Abreu (2002, p.45) quando, baseada em Beck (1995) afirma que “atualmente, a sensibilidade à noção de risco é fundamental para a cultura moderna, justamente porque, como espécie o homem não tem sua sobrevivência garantida em curto prazo”. Ademais, vivemos diante de incertezas que foram geradas ao longo do tempo pelas próprias ações humanas. Podemos dizer que as incertezas em torno do cultivo do tabaco, estão fazendo os camponeses diversificarem sua produção.

Segundo Abreu (2002) a sociedade de risco surge da continuidade da modernização autônoma e emerge socialmente, ou torna-se aparente, quando ocorre ruptura no consenso sobre o progresso e quando os riscos e os efeitos ecológicos são percebidos socialmente. Pôde-se observar que não há mais consenso sobre o progresso gerado pela moderna monocultura do tabaco, seja pelos problemas de saúde que esta tem gerado, pela penosidade do trabalho a qual os camponeses estão sujeitos, ou pela dependência das fumageiras, ou, pelos problemas ambientais gerados.

Beck (1995) aponta que uma ruptura entre a sociedade moderna industrial e a sociedade de risco, é a questão da natureza. Esta questão é abordada pelas famílias que afirmaram enfrentar os problemas com eventos climáticos severos, possivelmente consequência do aquecimento global, quer dizer, das várias intempéries nas quais os fumicultores estão sujeitos. Seja por estiagem, ou até mesmo por chuvas torrenciais, seja por granizo ou por vendavais. Fatores climáticos esses que cada vez são mais recorrentes e que comprometem a produção de tabaco.

Além disso, o processo de cura do tabaco, realizado em estufas, demanda muita lenha, a qual é oriunda de reflorestamento. Esse processo gera um desmatamento que agrava os problemas de efeito estufa, pois além de retirar as árvores que capturam carbono, essa madeira é queimada gerando mais gases poluentes. De acordo com Beck (1995), os riscos da sociedade contemporânea podem ser ligados a exemplos que são percebidos pelo desmatamento florestal, nas formas de produção que geram altos níveis de poluição, tanto agrícola como industriais, no qual o cultivo do tabaco é um exemplo claro deste tipo de problema.

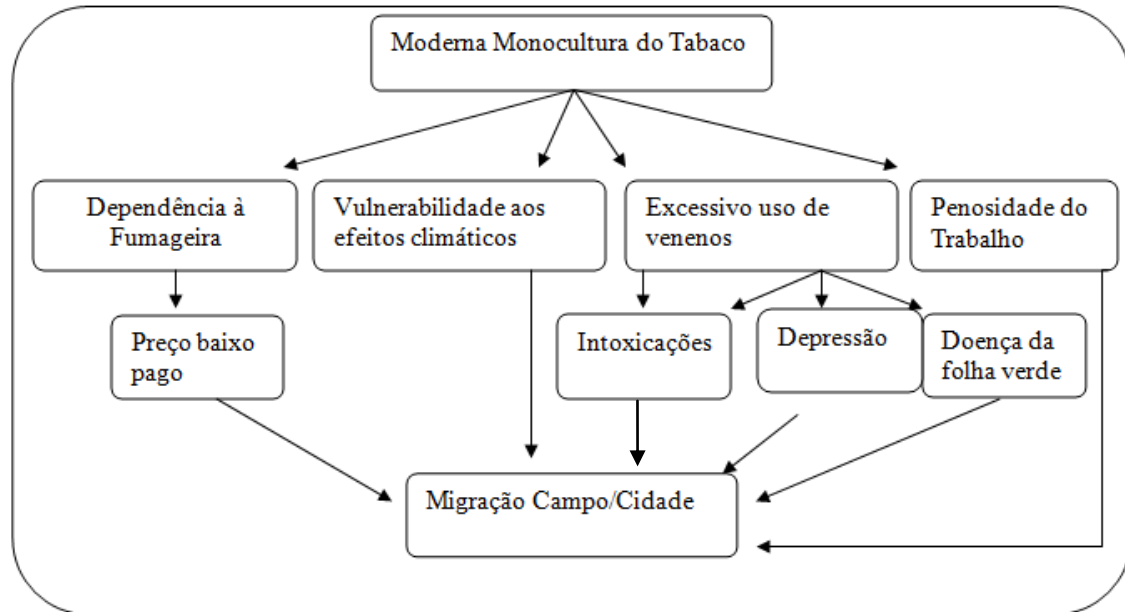
Para entender as características e as transformações da sociedade atual, a sociedade de alta modernidade, Beck e Giddens (1989) apresentam a crise ecológica como uma questão fundamental. Esses problemas ambientais relacionados à exploração desenfreada dos recursos naturais, degradação do solo, diminuição da biodiversidade, são problemas que possibilitam o surgimento de uma percepção e representação de risco ambiental. Portanto estes riscos ambientais percebidos pelos atores sociais tem evidente importância na sociedade moderna denominada sociedade de riscos (BECK, 2011).

As famílias no decorrer do tempo, perceberam que, mesmo o tabaco tendo garantia de mercado, este fator por si só não garante a reprodução social das famílias, pois elas sentem-se atreladas às fumageiras que detém controle de todas as fases do processo produtivo, desde o cultivo à comercialização. As famílias sentem-se como fornecedoras de mão de obra, que cada dia está mais escassa, visto o envelhecimento da população do campo e a saída da juventude, principalmente dos filhos dos fumeiros. Não há segurança no cultivo do tabaco, há uma ilusão que não há vida possível sem cultivar fumo.

Os jovens passam a se autoconfrontar com os riscos produzidos pela moderna cadeia produtiva do tabaco e buscam outras formas de sobrevivência, a maior parte fora da propriedade. Dentre os entrevistados, há uma pequena parcela que tem os filhos jovens residindo no campo. Esta é a realidade das famílias cujos filhos estudam ou são egressos da EFA. Isso demonstra o papel fundamental que tem a educação na permanência dos jovens no campo. Os jovens ligados a EFA tiveram oportunidade de refletir mais fortemente sobre os impactos da monocultura do tabaco e com isso, adotarem medidas de acordo com a aptidão de cada um, do gosto pessoal e da família, que possibilitaram melhorar as condições de vida no campo, ali permanecendo e vivendo com mais qualidade de vida.

Torna-se importante ressaltar que os riscos produzidos pela cadeia produtiva do tabaco são como um sistema, em que um risco leva ou agrava outro, como procurar expressar a figura a seguir.

Figura 21 - Riscos ocasionados pela moderna monocultura do tabaco



Fonte: Organização Própria (2015).

Para Beck (1995), os *riscos* tornam-se a causa e o meio da mudança social, passando a ser o conceito chave para compreender a vida social e buscar alternativas para minimizar esses efeitos colaterais. Beck (1995) coloca em igual importância o conhecimento popular e o conhecimento científico, pois este conhecimento é tão essencial quanto o conhecimento dos peritos para a compreensão e a proposição de ações de reversão. Abreu (2002, p. 47/48) contribui dizendo que “qualquer ação de atores sociais com o fim de resistir aos efeitos provocados pelos riscos deve levar em consideração a cultura popular, o cotidiano e ação desses atores locais”. Esse é um fator de extrema importância e tem relação direta com a Perspectiva Orientada ao Ator, pois considera que as famílias possam repensar suas atividades e buscar, ao sentir esses efeitos as possíveis saídas para estes problemas.

Ficou evidenciado na pesquisa de campo que a contribuição de Beck (1995) corrobora com a análise de Long (2001) na qual as famílias não ficam esperando as soluções, mas são estas que buscam solucionar os problemas gerados por esta cadeia produtiva. Segundo Long (2001), e observado também nas entrevistas a campo, as famílias podem apresentar diferentes respostas a processos aparentemente homogêneos, ou o que acima apresentamos como a autoconfrontação aos riscos da modernidade. Não há uma receita pronta para encontrar saídas para desenvolver-se e melhorar a qualidade de vida. Cada família dentro de suas possibilidades buscou encontrar soluções para os problemas diversificando de diferentes formas, suas propriedades, utilizando-se dos

recursos disponíveis no local. São ações individuais, mas também ações coletivas no sentido de buscar alternativas. Estas ações, constituem superação ao individualismo fortemente instalado na trajetória destes fumicultores.

Long (2001) considera que os diferentes atores sociais não são destinatários passivos de intervenções, mas sim participantes ativos, com capacidade de criar estratégias através de suas interações sociais e institucionais. Assim, é possível o entendimento dos processos de construção dos projetos sociais de desenvolvimento e de como os diferentes atores agem nessa construção. Neste sentido, sintetizamos no quadro 08 as diferentes atividades de diversificação realizadas pelas famílias entrevistadas.

Quadro 08 - Iniciativas de diversificação, destino final da produção e modelo de produção.

| Identificação da família | Iniciativas de diversificação | Autoconsumo/venda | Canal de comercialização | Modelo de produção |
|--|--|---------------------------------------|---------------------------------|-----------------------------|
| Famílias que realizam diversificação por conta própria | | | | |
| Família 1 | Milho, cana, feijão, pomar, horta, mandioca, batata doce, criação de galinhas, porcos e gado | Autoconsumo | - | Modelo convencional |
| Família 2 | Criação de porcos | Venda | Mercado local | Modelo convencional |
| | Produção de ovos caipira | Venda | Mercado local e feira | Modelo convencional |
| | Milho, Horta, Pomar, batata doce, mandioca, cana de açúcar, gado | Autoconsumo | - | Modelo convencional |
| Família 3 | Produção de leite | Venda e autoconsumo | Indústria de leite | Modelo convencional |
| | Horta, pomar, mandioca, batata doce, feijão, cana de açúcar, soja, milho, porcos, galinhas | Autoconsumo | - | Transição para agroecologia |
| Famílias que realizaram diversificação com incentivo do MPA | | | | |
| Família 4 | Horta, pomar, milho, mandioca, batata doce, galinhas, porcos e gado | Autoconsumo | - | Transição para agroecologia |
| Família 5 | Mandioca, feijão, milho, mandioca, batata doce, horta, pomar, porcos, galinhas, gado | Autoconsumo | - | Transição para agroecologia |
| Família 6 | Horta, pomar, milho, mandioca, feijão, batata doce, galinhas, porcos e gado | Autoconsumo e eventual venda de milho | Direto ao consumidor | Transição para agroecologia |
| Família 7 | Milho, feijão batata | Autoconsumo | - | Transição para |

| | | | | |
|---|---|--|---|-----------------------------|
| | doce, batatinha, horta, pomar, horto de plantas medicinais, galinhas, porcos e gado | | | agroecologia |
| Família 8 | Mandioca, batata doce, abóbora, feijão, horta, pomar, porcos, galinhas, gado | Autoconsumo | - | Transição para agroecologia |
| Famílias que realizaram diversificação com incentivo da EFA | | | | |
| Família 9 | Produção de leite | Venda e autoconsumo | Indústria de alimentos LBL | Transição para agroecologia |
| | Aipim descascado, batatinha, feijão, ovos, galinha, amendoim, horta, pomar | Venda e autoconsumo | Feirante entregar na feira e direto ao consumidor | Transição para agroecologia |
| Família 10 | Horta, pomar, milho verde | Venda e autoconsumo | SEASA, mercados locais, PAA, PNAE, Feira EFA | Transição para agroecologia |
| | Milho, feijão, batata doce, batatinha, cana de açúcar, galinhas, porcos e gado | Autoconsumo e venda | Feira EFA | Transição para agroecologia |
| Família 11 | Mandioca, amendoim, batata doce, batatinha, milho, feijão, arroz sequeiro, abóbora, moranga, horta, pomar, chás, galinhas, porco, gado, peixes, sementes crioulas | Autoconsumo e venda | Venda direta ao consumidor e feira da EFA | Transição para agroecologia |
| Famílias que realizaram diversificação com incentivo do CAPA | | | | |
| Família 12 | Horta, pomar, milho, feijão, mandioca, batata doce, cana de açúcar, batatinha, abóbora, moranga, galinha, porco, gado | Autoconsumo e venda | Feira do CAPA, Encomendas para comunidade, e na escola nucleada para professores e funcionários | Orgânico certificado |
| Famílias que realizaram diversificação com incentivo da EMATER | | | | |
| Família 13 | Horta, mandioca, batata doce, feijão, milho. | Venda e autoconsumo | Feira Municipal | Transição para agroecologia |
| Família 14 | Horta, mandioca, batata doce, moranga, abóbora, feijão, milho | Venda e autoconsumo | Feira Municipal | Transição para agroecologia |
| Família 15 | Horta | Venda e autoconsumo | PAA municipal. | Transição para agroecologia |
| | Peixes | Venda e autoconsumo | Venda direta ao consumidor | Transição para agroecologia |
| | Milho, feijão, batata doce, batatinha, mandioca, pomar, porcos, gado, galinhas, abelhas | Autoconsumo e venda eventual para vizinhos | Venda direta ao consumidor | Transição para agroecologia |

Fonte: Organização própria (2015).

A diversificação teve início com algumas experiências pequenas, como a produção de leite, criação de porcos, mas também teve na horticultura, um cultivo amplamente realizado pelo conjunto das famílias pesquisadas. Os agricultores entrevistados mantêm esta produção diversificada, apesar da participação monetária inferior à do fumo. No fumo há um controle em relação aos valores em toda cadeia, desde o plantio até a comercialização.

Já a produção de alimentos na diversificação tem papel importante no fornecimento de produtos para o autoconsumo da família, podemos afirmar que é uma renda significativa, mas é invisível, ou seja, gera poucos recursos monetários, mas é importante, pois garante a soberania alimentar. Além disto, essa produção de alimentos está vinculada a uma preocupação com a saúde das famílias entrevistadas, pois das 15 famílias entrevistadas, 11 estão realizando a transição para agroecologia, 1 tem certificado de produção orgânica e 3 são convencionais. Percebe-se que as famílias já comercializam boa parte da produção, 09 famílias entrevistadas vendem produtos, desde carne, leite até hortaliças. Já 05 famílias produzem somente para o autoconsumo, e uma delas realiza venda eventual, quanto produz excedente.

Chama atenção o fato que poucas famílias vendem para o mercado institucional, somente duas vendem para o PAA municipal. Isso se deve ao valor que cada família pode comercializar por ano nesta modalidade, ser menor do que dois mil reais. Devido a isso não se torna atrativo participar deste programa de comercialização. Existem 07 famílias que estão vendendo nas feiras, uma vende para a CEASA, e seis famílias efetuam a venda direta ao consumidor. Duas famílias que produzem leite vendem para indústria, duas famílias vendem sua produção para mercados da região.

A diversificação produtiva é uma prática corrente em todas as propriedades pesquisadas, justamente por esse ser um dos critérios para fazer parte da amostra da pesquisa: propriedade de fumicultores que diversificam. Entretanto, este não é um fator recorrente em todo o município de Santa Cruz do Sul. Há famílias mais especializadas, ou seja, que produzem o tabaco ou outro cultivo como principal fonte de renda, tal como atesta o trabalho de Freitas (2015). Em seu trabalho, a autora menciona não ter tido acesso aos dados de autoconsumo das famílias. Já na presente pesquisa, evidenciou-se que esta é uma atividade bem relevante.

A produção de alimentos para autoconsumo sempre foi uma das principais características do campesinato. Para os camponeses, segundo Gazolla e Schneider (2007, p. 91) “o autoconsumo é uma característica que pode ser descrita como *genuína*

às formas sociais familiares, pois é uma dimensão constitutiva do campesinato que o define e o caracteriza em todas as sociedades, tanto nas já não mais existentes como nas contemporâneas”. Nesse sentido, os atores sociais são compreendidos como participantes ativos na construção do desenvolvimento rural, processando informações, colocando em prática suas estratégias em interação com outros atores e instituições e buscando saídas para as crises e problemas da modernidade.

Alimentos produzidos no local, além de fortalecer relações entre produtor e consumidor, também levam em conta fatores como a cultura local e os conhecimentos passados de geração em geração. Schneider e Gazolla (2007) reforçam também que a produção para o autoconsumo tem uma importância significativa para a segurança alimentar e uma alternativa a dependência ao mercado. Se pensarmos no caminho que faz o alimento até chegar à prateleira do supermercado, veremos que a alimentação está desvinculada do “lugar”, a identidade e a cultura local, o que Ploeg chamou de “agricultura do não lugar” e ocorre uma padronização dos alimentos no mundo. Isso se reflete na qualidade nutricional destes alimentos (PLOEG, 2008).

Segundo Giddens (1989) os atores sociais possuem capacidade de agência humana que é resultado de um processo reflexivo dos atores, a partir de sua capacidade de trazer as diferentes situações pela consciência e refletir suas escolhas. Os atores são capazes de compreender o que fazem, porque o fazem, quando o fazem. Esta agência humana é considerada o centro da perspectiva de ator social e é eixo pelo qual giram os planejamentos que tentam reconciliar as noções de estrutura e de ator. A noção de agência, para Long (2007) atribui ao ator: a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lutar com a vida, mesmo sob formas extremas de coerção. Dentro dos limites de informação, incertezas e outras restrições os atores sociais tem capacidade de saber e capacidade de atuar. Isso foi evidenciado pelo trabalho de campo. Os camponeses pesquisados, ao refletirem sobre os efeitos colaterais dos riscos que a moderna monocultura de tabaco gera em suas vidas, desenham maneiras de lutar contra a submissão a qual estão expostos por meio do sistema de integração. Assim, em parcerias com atores como MPA, EMATER, EFA, CAPA, e acessando diferentes políticas públicas, os camponeses tem a capacidade de atuar em um processo de diversificação, almejando maior autonomia.

Observamos que as famílias diversificadas têm maior autonomia na decisão sobre o que plantar e como plantar, qual modelo de plantio, que sementes, raças utilizar e sentem satisfação na produção da sua alimentação. Isso se relaciona com a constatação

de Schneider (2010b), que quanto mais diversificada for a unidade produtiva, maiores serão as possibilidades de escolha e mais amplas as estratégias que poderão ser estabelecidas para o combate da vulnerabilidade. A produção diversificada e sazonal, também permite que haja a socialização da produção entre as famílias camponesas, como a troca de produtos, sementes, doações de alimentos com os vizinhos mais próximos, sendo que essas transações para autoconsumo trazem como elemento principal a comida, sendo intermediados por relações não mercantis (GAZOLLA, SCHNEIDER 2007). Verificou-se que durante as atividades coletivas do ATER, as famílias realizam trocas de sementes e mudas, bem como de raças de animais, buscando ampliar o capital ecológico e manter a biodiversidade.

Os sistemas de diversificação desenvolvidos pelos camponeses, além de fornecer uma diversidade grande de alimentos, contribuem para a manutenção da biodiversidade e buscam certo equilíbrio no sistema. A perspectiva orientada ao ator possibilitou o entendimento de como os camponeses pesquisados buscaram a idealização de alternativas para solução de seus próprios problemas, sendo este, um processo social altamente complexo (LONG, 2001).

Uma das ações encontradas massivamente nas entrevistas foi a assistência técnica que tem um papel fundamental no desenvolvimento e deve subsidiar os camponeses para a necessidade de decidir, para tomar decisões. Portanto, deve focar-se sempre nos efeitos decorrentes da implementação de determinada escolha. Uma decisão pode dar início a uma mudança. A essa mudança haverá inúmeras reações, algumas positivas, outras negativas. Quem planeja também projeta ações a serem desenvolvidas e organiza o grupo ou coletivo para a realização das ações.

A autonomia na escolha de espécies e variedades permite que o camponês atenda seus interesses culturais, econômicos e reprodutivos, assim como a escolha das variedades mais adaptadas às condições de clima e solo. Isso se relaciona diretamente com a análise de Long (2001) na qual a abordagem orientada ao ator confere a significação para que se mostre a heterogeneidade dos espaços agrários dos camponeses e a importância de considerar como eles próprios moldam os padrões do desenvolvimento rural. Para Long (2007), a vantagem do trabalho com o enfoque centrado no ator é a possibilidade de perceber diferentes respostas em processos aparentemente homogêneos, ou o que acima apresentamos como a autoconfrontação aos efeitos da modernidade.

À luz da pesquisa de campo, para além da atuação individual dos atores sociais, também é relevante sua interação em grupos coletivos, como no caso do MPA, EFA, CAPA, EMATER, que auxiliaram nos processos de diversificação das famílias. A ação destes movimentos sociais e entidades pode ser considerada como uma capacidade de agência. Esta por sua vez, não é simplesmente um atributo do ator individual. Ela manifesta-se quando ações particulares causam uma mudança em relação a um estado de coisas ou curso de eventos preexistente, acarreta relações sociais e somente pode se tornar efetiva através delas.

Por conseguinte, a agência requer capacidade de organização e não é simplesmente o resultado de certas capacidades cognitivas, poderes persuasivos ou formas de carisma que um indivíduo possa ter. A agência depende da emergência de uma rede de atores que se envolvem nos projetos e práticas de outro indivíduo (PLOEG, 2008). Beck (1995) complementa afirmando que as alternativas ou soluções de reversão de riscos certamente não estariam nos partidos políticos, mas que podem estar em alguns movimentos sociais, desde que tais movimentos estejam vinculados às lutas cotidianas concretas das suas localidades envolvidas com a resistência aos riscos (ABREU, 2002).

Na realização das iniciativas de diversificação, constatou-se que as referidas entidades configuram-se enquanto sistemas peritos. Afirmamos isto, pois elas têm papel fundamental na organização dos camponeses e na elaboração das estratégias de enfrentamento aos problemas ocasionados pela cadeia produtiva do tabaco.

Salienta-se, por exemplo, que o MPA desde 2003 tem incentivado as famílias a diversificarem sua produção e com isso garantir a produção do alimento para autoconsumo. Utilizou várias políticas públicas para incentivar as famílias, intermediou o acesso ao Pronaf que garantiu a implantação de estruturas produtivas para os camponeses. Intermedia o acesso ao Programa de Moradia Minha Casa Minha Vida, no qual 4 famílias entrevistadas foram beneficiadas. Mais recentemente, através das cooperativas Cooperfumos e Coopsat participa da chamada pública de ATER para Diversificação ao Tabaco e ATER Agroecologia. Nessas políticas públicas que são mecanismos de diversificação, os próprios atores sociais envolvidos participam do processo, debatendo, opinando e construindo juntos as saídas para os problemas. (SCHNEIDER, 2009).

A atuação da EFA ocorre neste mesmo sentido. Ao trazer para dentro da escola a realidade concreta em que vivem as famílias e reconhecer nisto a importância da

diversificação e incentivar os alunos, filhos de camponeses a executarem projetos de diversificação em suas propriedades. Permite ainda que os alunos executem suas experiências nas dependências da escola, ao cuidar de uma área produtiva, ligando teoria e prática, observação e sistematização de experiências e realizando todo trabalho necessário para, através da agroecologia, produzir a maior parte das verduras consumidas na escola. Além disto, recentemente disponibilizou um espaço na escola para a realização de uma feira semanal com os produtos oriundos da produção das famílias dos estudantes. Esse processo pedagógico de aprender fazendo revela a práxis necessária para a transformação social, que de acordo com Paulo Freire revela em temas geradores a gestação de uma nova sociedade.

O CAPA através da organização de grupos de produção orgânica, trabalha em diversas dimensões, desde a produção até a comercialização da produção e se encontra num estágio avançado no processo de diversificação ao cultivo do tabaco em Santa Cruz do Sul. Foi difícil encontrar famílias atendidas pelo CAPA que ainda produzem tabaco. Esse dado demonstra a realidade das famílias que, ao melhorarem sua estrutura produtiva, diversificarem sua produção, construírem um mercado, não permanecem cultivando fumo. Isso vai ao encontro do que afirma Long (2001): os atores são capazes de compreender o que fazem, porque o fazem, quando o fazem.

Do mesmo modo a EMATER atua com diversas ações no município, ressaltando a ATER Sustentabilidade que auxilia na organização da produção dos camponeses para comercialização no PAA, uma experiência que tem fortalecido a diversificação do tabaco. A feira livre municipal, uma experiência que completou 35 anos em Santa Cruz do Sul e que vem assumindo um papel fundamental para incentivar a produção de alimentos e a diversificar sua produção. Neste sentido a EMATER tem contribuído na busca pelo mercado para a comercialização de alimentos, um dos maiores desafios encontrados pelo conjunto das entidades entrevistadas.

As entrevistas apontaram que o fumo tem comércio garantido, já a produção de alimentos precisa construir todo o processo de comercialização. Várias famílias entrevistadas conseguiram acessar o comércio através da feira livre municipal, da feira do CAPA, da entrega no PAA, aos mercados locais, bem como da venda direta ao consumidor. Mas toda esta comercialização depende da capacidade de agência do camponês, pois, além de produzir, este precisa construir o mercado, construir as relações de confiança com o consumidor. Dependerá talvez, de uma série de processos que precisam confluir para que isto de fato se concretize. Organizar a produção, pensar

na logística, pensar na estrutura de transporte, no custo deste processo, na legislação sanitária, na certificação dos produtos orgânicos. Estes são os grandes desafios que os camponeses enfrentam. As entidades tem papel fundamental no enfrentamento estes problemas e de encontrar possíveis saídas. Não tem como comparar ao aparato e a organização da indústria fumageira, e a garantia de mercado que a cadeia do tabaco possui. Na cadeia produtiva do tabaco está tudo dado, na produção de alimentos precisa construir tudo, isto se configura numa competição desleal. Nesse sentido a política de ATER mostra-se como uma importante ferramenta que auxilia nesta organização.

Este estudo apontou que há uma necessidade de avançar nos processos de diversificação. Grande parte das famílias apresenta uma diversificação produtiva, mas esta necessita avançar para uma diversificação de renda. Fica clara a necessidade de ampliar as políticas públicas de incentivo à comercialização da produção, pois as que existem ainda parecem insuficientes dada a realidade das famílias pesquisadas. Há que se ressaltar que mesmo insuficientes, são as únicas que chegam nestas propriedades. A ATER, por exemplo, fora a fornecida pelas fumageiras que tem ocorrido desde os primórdios da produção de fumo na região, faz poucos anos que essas famílias têm acesso a esta política pública que fomenta justamente a diversificação.

A ATER tem papel fundamental na construção de iniciativas de desenvolvimento rural sustentável e fortalecimento dos camponeses, e seu papel está na interlocução de outras políticas públicas. Salieta-se que ela precisa ser ampliada e fortalecida para que mais famílias sejam beneficiadas e possa contribuir no processo de organização da produção e também da comercialização desta produção. A complexidade no processo da comercialização, como a burocracia e gestão, a organização da logística, as leis sanitárias são algumas das barreiras que precisam ser superadas para que os camponeses possam realizar plenamente o processo de diversificação.

Por fim, entendemos que as iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco surgem como resultado da autoconfrontação aos riscos gerados pela modernização da agricultura em geral, e em específico, da monocultura do tabaco. Ademais, essas iniciativas são possíveis pela capacidade de agência dos próprios atores sociais envolvidos, sejam eles atores individuais ou coletivos e pelo acesso a políticas públicas. Pode-se considerar que os camponeses ao se autoconfrontar, tanto com os efeitos colaterais da modernização da agricultura, quanto com os riscos sistêmicos decorrentes

na questão ambiental, social, econômica, implementam iniciativas distintas para ampliar as fontes de renda e reduzir a dependência de fatores externos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Que teu alimento seja teu remédio, e teu remédio seja teu alimento." (Hipócrates, 440 A.C).

Ao chegar ao final deste trabalho, podemos dizer que alcançamos o objetivo principal deste estudo, o qual consistia em verificar quais mecanismos levaram as famílias produtoras de tabaco a implementarem iniciativas de diversificação e analisar a dinâmica destas mudanças no município de Santa Cruz do Sul/RS. As principais motivações que levaram a diversificação foram as autoconfrontações geradas pela própria cadeia produtiva, ou seja, há uma dependência às fumageiras e insegurança na comercialização do tabaco, que não possui um preço mínimo garantido e o fumicultor está refém das oscilações de mercado. Além destes, existe a falta de mão de obra, resultado da migração campo-cidade e a penosidade do trabalho com o tabaco. As autoconfrontações mais perversas estão nos problemas de saúde advindos de intoxicações e de esforços realizados no trabalho com o tabaco. Outro fator que corrobora com os demais é o fato da produção do tabaco estar sujeita aos efeitos climáticos severos, o que compromete a sua produção.

Para chegar nestes resultados, procuramos entender o caminho percorrido pelas famílias para buscar alternativas de diversificação ao tabaco. Para tanto, caracterizou-se esta cadeia produtiva no município em estudo e apontou-se os atores envolvidos nas iniciativas, destacando seu papel no desenvolvimento do processo. Ademais, foram analisadas as políticas públicas mobilizadas nas iniciativas e sua contribuição no fomento à diversificação. Todo este processo foi de muito aprendizado e ampliou muito o conhecimento desta pesquisadora sobre esta temática.

Dentre os cultivos que foram modificados na sua forma pela Revolução Verde está a cadeia produtiva do tabaco. Seu diferencial está no fato de ser realizado em pequenas propriedades e com pouca mecanização, mas a base da produção é o pacote tecnológico fornecido pelas fumageiras no moderno sistema de integração. As fumageiras fornecem todos os insumos necessários, além da assistência técnica exclusiva para a produção do tabaco. Os fumicultores simplesmente se submetem a estas regras impostas pelas fumageiras para a produção do tabaco, por este ser um cultivo vivenciado pelas famílias ao longo dos anos e o saber passado de geração em geração.

Para a produção são utilizados muitos insumos químicos que causam intoxicações e poluem o meio ambiente. Somado a isso, pesa sobre o tabaco o fato de ser uma planta tóxica, pois possui a nicotina que é a responsável por inúmeras doenças a quem possui o hábito de fumar ou tem o contato dérmico com as folhas. Devido toda esta problemática envolvendo o tabaco, realizou-se um debate a nível mundial na qual foi ratificada a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, na qual o Brasil foi um dos primeiros signatários. Pode-se afirmar baseado neste estudo de caso, que os fumicultores entrevistados ao se deparar com estes problemas ocasionados pela referida cadeia produtiva, buscaram soluções para enfrentar estes problemas. Estas soluções são uma autoconfrontação a sociedade de risco, na qual a sociedade passa a sentir os efeitos da própria modernidade, neste caso expressa pelo modelo adotado pós Revolução Verde.

Na sociedade de risco, os fumicultores deparam-se com problemas e buscam alternativas para diminuir esses problemas. Esta busca dá-se pela capacidade de agência humana que os camponeses possuem. Estes não ficaram esperando que viessem soluções prontas, mas são eles mesmos que reagem e buscam ampliar cada vez mais a sua autonomia, e o fizeram a partir da diversificação produtiva. A capacidade de agência humana tem facilitado que se investiguem maiores oportunidades de produção, no maior número de cultivos, mas também na construção de todos os elos do sistema, desde a produção até a comercialização. Somado a isso, a capacidade de agência dos camponeses tenta superar estes efeitos negativos, ou seja, os riscos produzidos pelo tabaco. Neste sentido, o quem vem sendo desempenhado pelos camponeses tem relação direta com a perspectiva orientada ao ator, no sentido de busca cotidiana de saídas para diminuir sua dependência a este cultivo.

Essa busca está expressa nos resultados de campo, pelos quais as famílias entrevistadas possuem as propriedades diversificadas, pois tem consciência que não podem ficar dependendo somente da renda do fumo. Mesmo as famílias que produzem somente para o autoconsumo, têm nesta produção uma relação importante de autonomia produtiva e a busca por uma alimentação mais saudável. Constatou-se que há produção de riqueza no cultivo do tabaco, mas que o fumicultor é o que fica com a menor fatia desta riqueza produzida, ou seja, é explorada sua força de trabalho para garantir o funcionamento da cadeia produtiva do tabaco.

As famílias podem contar com diversas entidades parceiras que incentivam o processo de diversificação. O MPA, o CAPA, a EFA, a EMATER auxiliam as famílias

a acessarem as políticas públicas existentes, fazendo chegar ao campo políticas públicas importantes como o Pronaf, o Programa de Habitação Minha Casa Minha Vida, a ATER, e são parceiros importantes no incentivo da comercialização da produção para o PAA e PNAE, bem como nas feiras do CAPA e feira livre municipal.

Salienta-se a importância das cadeias curtas de abastecimento, neste estudo evidenciado pelo processo de comercialização realizado diretamente ao consumidor, como no caso da feira livre municipal e feira do CAPA. Existe um potencial ainda desconhecido deste tipo de mercado e uma insegurança por parte dos camponeses em acessar os mercados institucionais, como o PAA e PNAE. Estes mercados são seguros e viabilizam autonomia para as famílias camponesas, mas há necessidade de ter organização de todo o processo, desde a produção, até a comercialização. Este sim um grande desafio a ser enfrentado para que de fato as famílias fumicultoras possam cada vez mais diversificar sua produção e acessar de forma mais efetiva os mercados institucionais.

Uma das grandes surpresas da pesquisa de campo foi a expressiva produção de alimentos para autoconsumo. Na sociedade atual, em que se valoriza primeiramente aquilo que dá lucro, chama atenção o fato do conjunto das famílias entrevistadas valorizarem este tipo de produção. Este fato merece estudos mais aprofundados, dada a sua relevância, pois ocorre no sentido de manter as famílias no campo em tempos de crise no fumo, em tempos de oscilação do preço pago, como na safra 2014/2015. A produção do autoconsumo garante o fornecimento de alimentos nas produzidos no local, possuem características diferenciadas, pois tem vínculo cultural forte, de acordo com os hábitos alimentares, produzidos com respeito e cuidado com o meio ambiente, caracterizando a soberania alimentar.

Cabe salientar que, para efetiva implementação da diversificação produtiva, há de se buscar a diversificação de renda. Sabe-se da importância do autoconsumo, mas é necessário ampliar cada vez mais as fontes de renda das famílias camponesas. Ademais, isso também irá contribuir para melhorar a qualidade de vida no campo, oportunizando que no campo se tenha acesso de benesses assim como quem vive na cidade. Uma constatação importante é que a renda resultante do tabaco é resultado da diversificação. Se não tivesse isso, não sobraria a renda do tabaco. Este fator coloca em cheque outro risco oriundo da produção do tabaco, que é o risco econômico.

Outro aspecto que merece ser destacado nesta pesquisa foi contato mais direto com as entidades entrevistadas e destas chamamos atenção ao trabalho desenvolvido

pela EFA. Um dos grandes desafios na atualidade é a manutenção da juventude no campo, e a EFA tem contribuído e muito neste sentido. Além disto, tem realizado um processo de educação voltado a realidade do local, trazendo elementos da vida cotidiana para serem estudados e melhor aprofundados dentro da escola. Ainda é cedo para visualizar os efeitos deste trabalho na região e em especial no município de Santa Cruz do Sul, mas com o passar do tempo, será possível verificar com maior ênfase esses resultados.

No que diz respeito à pesquisa de campo, uma dificuldade encontrada foi de achar as pessoas em casa. Sempre tentou-se agendar as visitas com antecedência, fazendo contato telefônico, mas no período de inverno as pessoas costumam sair mais de casa, aproveitar o tempo mais vago para fazer passeios e ter momentos de lazer com mais tranquilidade, o que é diferente da época de verão, período de trabalho mais árduo no tabaco. O que foi muito salutar neste processo de visita foi à troca de saberes entre esta pesquisadora e os camponeses, bem como, partilhar do saboroso chimarrão e doces feitos pelas famílias. Foi possível participar de alguns momentos de atividades de ATER, pelas quais houve ampliação dos conhecimentos técnicos desta pesquisadora.

Essa temática do tabaco com certeza abre uma grande possibilidade para novas pesquisas. O fato das famílias buscarem alternativas de produção vai ser cada vez mais recorrente visto a realidade mundial e as perspectivas de diminuição do consumo do cigarro no mundo. Há que se destacar, que em várias regiões, municípios inteiros já fizeram a conversão da produção do tabaco para outras atividades, como o caso de Roca Sales. Mas, destaca-se, que esta conversão foi assumida como uma política municipal e teve incentivos em todos os aspectos, desde a produção, com assistência técnica e financiamentos, bem como de políticas de comercialização. Iniciativas como estas merecem estudos mais aprofundados. Ademais, há uma busca cada vez maior por alimentos produzidos com menos impacto ao meio ambiente e à saúde humana, portanto, tem muitas possibilidades de o processo de diversificação ser benéfico à produção de alimentos e a produção agroecológica.

Neste estudo, outro aspecto a ser salientado é o papel desenvolvido pelas mulheres nas propriedades visitadas, o que também é um tema instigante para novas pesquisas. Este elemento tem relação direta com a POA, na qual as mulheres também são agentes do desenvolvimento e, nestas famílias, são as principais responsáveis pelo cuidado na produção de alimentos para o autoconsumo da família. Destaca-se a produção na horta e dos pequenos animais, as sementes crioulas produzidas e mantidas

ao longo dos anos pela família, na qual as mulheres são guardiãs da biodiversidade e sempre estiveram à frente do cultivo de plantas medicinais. Além da produção, elas são responsáveis pela transformação de produtos como queijos, doces, pães. As mulheres são, ainda, as principais envolvidas com as questões da saúde e educação dos filhos e filhas, sendo estratégicas para a promoção de hábitos saudáveis no seio da família.

Todo este trabalho muitas vezes não é reconhecido, pois se trata de um trabalho invisibilizado, não valorizado, mas que garante a reprodução social da família e sua manutenção no campo. Além disto, é garantia de soberania alimentar e de saúde para a família, pois os hábitos alimentares levam em conta a cultura e os costumes trazidos de geração em geração. Percebe-se nas famílias entrevistadas que a maioria está realizando transição para a agroecologia, e são as mulheres, em boa parte, as responsáveis por esta mudança no modelo tecnológico, pois a elas sempre foi dada a responsabilidade do cuidado. O cuidado com a vida em todas as esferas, seja no momento da gestação de um novo ser, seja no cuidado com a natureza, seja na manutenção das sementes. Salienta-se que na agroecologia o trabalho das mulheres passa a ser reconhecido e valorizado. As atividades produtivas que as mulheres desempenham são de fundamental importância para garantia da sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental.

Ressalta-se que o caminho percorrido para realização deste trabalho foi de uma imensa satisfação, pois voltar a estudar este tema tão caro a todos os atores sociais envolvidos, principalmente aos que buscam construir uma sociedade mais justa e igualitária, foi de extrema importância.

Este estudo demonstrou que os fumicultores estão sim buscando soluções para os problemas ocasionados pela moderna cadeia produtiva do tabaco, pois com ou sem auxílio de entidades, constroem suas alternativas e processos de diversificação, mostrando que são capazes, de forma individual ou coletiva, de debater e encontrar soluções para seus próprios problemas. Este fato demonstra que eles não são recipientes passivos, mas sim capazes de refletir e buscar saídas para seus próprios problemas.

Os movimentos sociais exercem papel fundamental nas iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco bem como na mediação de políticas públicas. Eles proporcionam nestes processos que haja reflexão sobre as práticas cotidianas das famílias, através de debates, reuniões, dias de campo. Nisto se configuram possíveis ações de planejamento futuro, bem como muitas famílias conseguem dar passos significativos para sair da cultura historicamente introjetada da cadeia produtiva do tabaco. Pode-se afirmar que os movimentos sociais e entidades que realizam iniciativas

de diversificação configuram-se enquanto sistemas peritos. Afirmamos isto, pois elas têm papel fundamental na organização dos camponeses e na elaboração das estratégias de enfrentamento aos problemas ocasionados pela cadeia produtiva do tabaco.

Ressalta-se ainda que na cadeia produtiva do tabaco o fumicultor só precisa produzir. Ele e sua família servem como mão de obra barata para que a indústria fumageira consiga extrair destes a mais valia. Constatou-se que o tabaco se apresenta como uma certeza incerta, pois o “mercado garantido” esconde a realidade que vivem as famílias que somente submetem-se as regras impostas. Mesmo com a diversificação, fica uma ilusão que não há outra vida, outra possibilidade sem tabaco, mesmo que não existe segurança no trabalho com o tabaco, mas está construído socialmente e implícito na cultura da região. Esta cultura introjetada dificulta até mesmo a introdução de políticas públicas, pois qualquer atividade nova precisa adquirir uma certa confiança por parte dos fumicultores que se sentem “seguros” produzindo tabaco.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I.T.; FERRARI, D.L.; TESTA, V. M. **Juventude e Agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

ABREU, Lucimar Santiago de. In Tese de Doutorado em Antropologia – Universidade de Campinas. **A construção social da relação com o meio ambiente: Análises das percepções e das representações sociais de risco ecológico em um município da Mata Atlântica Brasileira**. 2002.

ABREU, Pedro Henrique Barbosa. In Dissertação de Mestrado em saúde coletiva – Universidade de Campinas. **O agricultor familiar e o uso (in) seguro de agrotóxicos no município de lavras, MG**. 2014.

AFUBRA. **Famílias fumicultoras: aspectos socioeconômicos**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br>>. Acessado em de julho de 2015.

ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de. **Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, 2005, p.168.

ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de. In: Dissertação de Mestrado em Direito, Estado e Constituição – Universidade de Brasília. **A biopolítica dos direitos humanos: uma reflexão a partir do Sistema de Integração Rural da Fumicultura**. 2008.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2014. 128 p.

ANVISA. **Relação dos agrotóxicos usados no Brasil**. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br>>. Acessado em: maio de 2015.

ANVISA. **Seminário volta a discutir mercado de agrotóxicos**. Disponível em <<http://portal.anvisa.gov.br>>. Acessado em junho de 2015.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Disponível em http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DHHome, acessado em agosto de 2015.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Antony; LASH, Scott. (Orgs.) **Modernização reflexiva**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1995.

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: **Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo, editora 34, 2011 (2ª edição).

- _____. **World at risk**. Cambridge: Polity Press, 2009.
- BELING, R. R. **Anuário Brasileiro de fumo 2003**. Santa Cruz do Sul: editora Gazeta, 2003.
- BOEIRA, S. L.; GUIVANT, J. S. **Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: as redes ante os riscos**. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**. Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco; Coordenação de Elaboração Tânia Cavalcante. Rio de Janeiro: Inca, 2012. 58 p.
- BUCHWEITZ, Suzanne. **O tempo compartilhado: 25 anos do CAPA**. Porto Alegre/RS, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2003, 200 p.
- CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes para seu desenvolvimento no Brasil**. Editoras Vozes, 2005.
- CHIMINI, Letícia. In Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. **Gênero no meio Rural: A mulher na diversificação produtiva, no contexto da monocultura do tabaco, no município de Agudo/RS: Brasil**. 2015.
- COSTA, João Paulo Reis Costa. In Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. **Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul - EFASC: Uma Contribuição ao Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Pardo a Partir da Pedagogia da Alternância**. 2012.
- COOPERFUMOS. **Menos tabaco, mais alimento. Agricultura Sustentável para diversificar a produção do tabaco**. Proposta técnica n ° 06/2013, Lote 2, Chamada Pública SAF/ ATER.
- DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2012.
- DESER. **A cadeia produtiva do fumo**. Revista Contexto Rural. Ano III n° 04; Curitiba, 2003.
- DESER. **Tabaco: da produção ao consumo, uma cadeia da dependência**. Revista. Curitiba, 2010.

EMATER. Disponível em <http://www.emater.tcche.br/site/>, acessado em dezembro de 2015.

ERDMANN, C. **Pesticides used on tobacco crops in Southern Brazil**. Submitted to Tobacco Control, 1998. Apud IDCR – International Development Research Center. *Tobacco growing and ecosystem effects*. Projeto de pesquisa: Canadá, 1999.

ETGES, Virginia Elisabeth. In Dissertação de Mestrado em Geografia Humana Agrária, Universidade de São Paulo – USP. **Sujeição e Resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. 1991.

ETGES, Virginia Elisabeth (Coord.). **A produção de tabaco: Impactos no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2006.

ETGES, Virginia Elisabeth. **Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma**. REDES, Santa Cruz do Sul, Vol. 10, 2005.

FARIA, Neice.; FACCHINI, Luís Augusto.; TOMASI, Elaine. **Trabalho rural e intoxicações por agrotóxicos**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(5): 1298-1308, set-out, 2004.

FONSECA, A. L. **Avaliação da qualidade da água na Bacia do Rio Piracicaba através de testes de toxicidade com invertebrados**. Dissertação de Mestrado – UFSCar, São Carlos, 1997. 183 p.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas**. Cad. Saúde Pública vol.24 no. 1 Rio de Janeiro Jan. 2008

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Tanise Dias. **A Diversificação dos Meios de Vida como Expansão das Capacitações: Por uma Sociologia das Condições de Vida na Fumicultura no Rio Grande Do Sul**. 2015. 326 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Pós Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2015.

FREITAS, T. D.; RAMBO, A.G.; SARTORELLI, A. **Os Meios e as Condições de Vida no Espaço Rural: O Caso das Famílias Produtoras de Tabaco em Arroio Do Tigre (RS) e Laranjeiras Do Sul (PR)**. Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 20, nº 3 - Suplemento, p. 138 - 162, set./dez. 2015.

FROZZA, A. et all. **O PRONAF e a integração fumicultor e a agroindústria fumageira**. Curitiba: DESER. 1998.

GAZETA DO SUL. **Santa Cruz do Sul é a terceira cidade do país que mais gera empregos.** Disponível em http://gaz.com.br/conteudos/regional/2015/09/28/58333-santa_cruz_e_a_terceira_cidade_do_pais_que_mais_gera_empregos.html.php, acessado em janeiro de 2016.

GAZOLLA, M. SCHNEIDER, S. **A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares.** *Estud.soc.agric*, Rio de Janeiro, vol. 15, nº. 1, 2007: 89-122.

GIDDENS, Anthony. **A construção da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GOMES, Antonio Carlos. **A operacionalização do mercado institucional de alimentos no contexto do Vale do Rio Pardo: o caso da Cooperativa Leoboqueirense de agricultores familiares.** 2014, 133 p. Dissertação. (Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

GONZALEZ, S.R.; PEREIRA, V.C.; DAL SOGLIO, F.K. **A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural.** *Perspectivas Rurales*. Nueva época, Año 13, N° 25.

GORGEN, S. A. **Os novos desafios da agricultura camponesa.** Porto Alegre: Editora Vozes, 2004.

GUIMARÃES, A. P. **O complexo agroindustrial.** *Revista Reforma Agrária*, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

GUTERRES, I. **Agroecologia Militante: Contribuições de Ênio Guterres/ Ivani Guterres.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, 184p.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006,** disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default_tab_censoagro.shtm, acessado em agosto de 2015.

IBGE. **Estimativas de População Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** 2010.

IBGE. **Principais lavouras temporárias de Santa Cruz do Sul: Área plantada, quantidade produzida.** Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=PA&z=t&o=11>, acessado em janeiro de 2016.

IBGE. **Produto Interno Bruto.** Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010/default_xls.shtm. Acessado em dezembro de 2015.

IBGE CIDADES. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431680&search=||info%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>, acessado em setembro de 2015.

IDRC. **International Development Research Center.** *Tobacco growing and ecosystem effects.* Projeto de pesquisa: Canadá, 1999.

INCA. Disponível em http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/convencao_quadro/o_que_e, acessado em outubro de 2015.

INSTITUTO SOUZA CRUZ. **Educação para a Sustentabilidade do Campo.** Disponível em http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DO8BGDPS?opendocument, acessado em janeiro de 2016.

JOHNSTON, B. F. & MELLOR, J. W. **El papel de la agricultura en el desarrollo económico.** El Trimestre Económico, primeiro trimestre, 1961.

LONG, N. PLOEG, J. D. **Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure.** In BOOTH, D. (org) **Rethinking social development: teory, research and practice.** Essex: Longman Scientific and Technical. 1994.

LONG, Normann. **Development sociology: actor perspectives.** London and New York: Routledge Taylor&Francis Group. 2001. p. 285.

LONG, Normann. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor.** México, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social: El Colegio de San Luis. 2007. 504 p.

MARIN, J. O. B.; SCHNEIDER, S.; VENDRUSCULO, R.; SILVA, C. B. de C. **O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo - RS** Rev.Econ. Sociol. Rural vol.50 no. 4 Brasília Oct./Dec. 2012.

MARIN, J. O. B.; REDIN, E. ; COSTA, F. F. **Juventude rural e o trabalho no cultivo do tabaco.** Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho, Ano 19, nº 31, 2014, 159-194.

MARSDEN, Jo Banks e BRISTOW, Gillian. **Abastecimento de alimentos, abordagem de cadeias: explorando seu papel no desenvolvimento rural.** Sociologia Ruralis, vol.40, nº 4, EUA, outubro de 2000.

MAZOYER, M. ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico a crise contemporânea.** São Paulo: editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MDA. **Programa Nacional de Diversificação em Áreas de Tabaco.** Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-projetosespeciais/programa-nacional-de-diversifica%C3%A7%C3%A3o-em-%C3%A1reas-cultivadas-com-tabaco>, acessado em janeiro de 2016.

MENGEL, Alex Alexandre. In Dissertação de Mestrado em Ciências na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRJ. **Tratados Internacionais e Disputas Locais: A Convenção Quadro para o Controle do Tabaco e as disputas entre os Atores da Cadeia Produtiva no Brasil.** 2011.

MONTALI, Lilia. **Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista: produção de fumo em Santa Cruz do Sul.** In: Dissertação de Mestrado em Sociologia – Universidade de São Paulo. 1979.

MPA. In Cartilha do Movimento dos Pequenos Agricultores. **Plano Camponês: da agricultura camponesa para toda sociedade.** MPA, 2012.

MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores. **Brasil: ação de empresa leva agricultora ao suicídio no RS.** Disponível em <http://movimientos.org/node/9072?key=9072> acessado em julho de 2015.

PINHEIRO, S. e LUZ, D. **Ladrões de natureza: uma reflexão sobre a biotecnologia e o futuro do planeta.** Porto Alegre: Fundação Juquira-Candiru, 1998.

PINHEIRO, S.; FALK, J. W.; CARVALHO, L. A.; SILVA, L. R. **Suicídio e doença mental em Venâncio Aires – RS: consequência do uso de agrotóxicos organofosforados?** Porto Alegre. Fundação Juquira-Candiru, mar.1996.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares.** Porto Alegre, editora da UFRGS, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL. Disponível em <http://www.santacruz.rs.gov.br/municipio/historico-do-municipio>, acessado em novembro de 2015.

PRESTES, Shirley. **Movimento denuncia empresa de fumo por suicídio de agricultora.** Agência Brasil. Disponível em

<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-02-11/movimento-denuncia-empresa-de-fumo-por-suicidio-de-agricultora> acessado em julho de 2015.

Revista “*Tabaco no Sul do Brasil: tradição e renda*”, ano de 2013.

RUDNICK, Carlise Schneider. **As relações de confiança no Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul/Brasil.** 2012. 181f. Tese (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura Familiar e pluriatividade. In: **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. **Referências para a elaboração de uma matriz (template) de análise da diversificação da produção em áreas cultivadas com tabaco no Brasil.** Porto Alegre, 2010 a. (Relatório).

_____. **Diversificação como estratégia de desenvolvimento rural: referências teóricas para construção de alternativas economicamente sustentáveis de diversificação da produção e renda em áreas de cultivo de tabaco no Brasil – subsídios à implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco.** Porto Alegre, 2010b. (Relatório).

_____.; et. al. **Diretrizes metodológicas para análise da diversificação dos meios de vida dos produtores de tabaco: referências para identificar estratégias alternativas a partir de resultados preliminares baseados em um estudo de caso no Brasil.** Relatório de atividades. CQCT, Brasil, 2012.

SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional.** Connecticut, EUA. 1964.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada.** Rio de Janeiro, Record. 2001.

SILVA, Valter Israel da. **Classe Camponesa: Modo de ser, de viver e de produzir.** Porto Alegre: RS. 1ª edição. Padre Josimo, 2014.

SILVEIRA, Kathleen Rodrigues Krüger da. **A Diversificação Produtiva em Áreas de Tabaco - Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul.** Santa Cruz do Sul: UNISC. 2014. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional)

SINDITABACO. Disponível em <http://sinditabaco.com.br/>, acessado em julho de 2015.

SPIES, Rosalice Silva. **O Processo de Especialização Produtiva da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul – RS.** Santa Cruz do Sul: UNISC. 2000. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional).

TEIXEIRA, G. **A pesquisa do MAPA sobre resíduos de agrotóxicos e contaminantes.** Maio de 2015.

UNIVERSAL LEAF TABACOS LTDA. **Contrato de promessa de compra e venda de fumo em folha com penhor mercantil e de prestação de serviço.** Santa Cruz do Sul: Universal Leaf, 2003.

VOGT, Olgário Paulo. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

YIN, R. K. - **Case study research - Design and Methods.** Sage Publications Inc., USA, 2005.

ZAMBERLAN, Jurandir. **Agroecologia: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ZANETTI, P. C. Intoxicações por agrotóxicos. Disponível em <http://www.activenet.com.br/pessoais/pchomepage/infopess.htm>, acessado em junho de 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro semi-estruturado para famílias que diversificam

Identificação da família (opcional)

Nome, idade dos membros da família, localidade que moram, escolaridade.

- 1) Conte um pouco sobre a história da família.
- 2) Quantos hectares de terra a família possui?
- 3) Destes, quantos são plantados com fumo? E com outras culturas?
- 4) Qual atividade principal desenvolvida pela família?
- 5) Por que a família decidiu diversificar a propriedade?
- 6) Quem teve a ideia inicial de realizar a diversificação?
- 7) Como começou esse processo, quais dificuldades enfrentadas no processo de diversificação?
- 8) Quais as atividades de diversificação que atualmente são desenvolvidas? Quem da família realiza?
- 9) Qual é modelo de produção: agroecológico, em transição ou convencional?
- 10) Como sua família se relaciona com as fumageiras?
- 11) Na produção de tabaco, vocês sente seu trabalho valorizado?
- 12) Em sua opinião, quais as principais vantagens na produção do tabaco? E quais os principais problemas na produção do tabaco?
- 13) Houve mudanças na renda com o processo de diversificação?
- 14) Nesta atividade de diversificação, vocês sentem seu trabalho valorizado?
- 15) Quais são as políticas públicas que a família tem acesso? Quem intermedia o acesso às políticas públicas?
- 16) A família participa de algum movimento social, sindicato, EMATER, outros? Qual a importância desta participação? O que você acha destas organizações?
- 17) No seu ver, os camponeses organizados ajudam a melhorar as condições de vida e de trabalho na roça?
- 18) Você pretende ficar no meio rural? E os filhos?
- 19) Vocês se sentem realizados nesta atividade? Por quê? Como você avalia sua qualidade de vida antes da diversificação e depois?

APÊNDICE B: ROTEIRO SEMI- ESTRUTURADO PARA LIDERANÇAS

- 1) Nome, idade, escolaridade.
- 2) Qual movimento social faz parte? Quanto tempo?
- 3) Como se deu a inserção neste movimento social?
- 4) Conte um pouco da história deste movimento.
- 5) Em sua opinião, quais as dificuldades que os camponeses produtores de tabaco encontram na região?
- 6) Qual sua opinião sobre a Cadeia produtiva do Tabaco?
- 7) Em sua opinião, quais as principais vantagens na produção do tabaco? E quais os principais problemas na produção do tabaco?
- 8) Você conhece famílias que realizaram processo de diversificação na produção de tabaco?
- 9) Quais as principais ações da sua entidade em iniciativas de diversificação do tabaco?
- 10) Quantas famílias abrange?
- 11) Em que medida essas iniciativas melhoram a vida das famílias?
- 12) Quais os principais desafios enfrentados por sua entidade nas iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco?

APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: *Motivações e mecanismos de diversificação ao cultivo do tabaco no município de Santa Cruz do Sul – RS: um estudo de caso*

Pesquisador responsável: Rosiéle Cristiane Ludtke, discente do Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Campus de Laranjeiras do Sul - PR, sob orientação da Professora Dr^a Anelise Graciele Rambo e Co-orientação da Professora Dr^a Janete Stoffel.

Convidamos o Sr. (a) a participar da presente pesquisa que tem o objetivo de: Verificar quais as motivações ou riscos que levam as famílias produtoras de tabaco a implementarem iniciativas de diversificação e analisar a dinâmica destas mudanças no município de Santa Cruz do Sul/RS. Esta pesquisa possui finalidade didático-científica para elaboração da Dissertação de Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

A sua participação é muito importante e consistirá em responder as perguntas realizadas sob a forma de um questionário. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Destacamos que sua participação não acarretará nenhum prejuízo ou dano pelo fato de colaborar, assim como não terá nenhum ganho ou benefício direto. Informamos que o (a) senhor (a) não pagará nem será remunerado por sua participação.

Os riscos da aplicação deste questionário são possíveis constrangimentos que poderão surtir ao senhor (a) ser entrevistado sendo a entrevista suspensa automaticamente. Caso você tenha dúvidas sobre o comportamento dos pesquisadores ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no TCLE, e caso se considera prejudicado (a) em sua dignidade e autonomia, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Rosiéle Cristiane Ludtke, Tel: 51 99644962, e-mail: rosieleludtke@gmail.com, endereço para correspondência: Mangueirinha, snº, Paraíso do Sul – RS. CEP 96530-000, ou consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, no endereço Rua General Osório, 413D CEP 89802-210, Caixa Postal 181, Bairro Jardim Itália/Chapecó/SC ou no telefone (49) 2049- 3114.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, solicitamos sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pelo pesquisador responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com a pesquisadora.

() Autoriza fotografias e gravação de voz. () Não autoriza fotografias e gravação de voz.

Declaro estar ciente do exposto, e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do (a) participante

Pesquisadora Rosiéle Cristiane Ludtke

Santa Cruz do Sul, ____ de _____ de 2015.

APÊNDICE D: LISTA DE ENTREVISTADOS

- Entrevista 01: Família que diversifica por conta própria, julho de 2015.
- Entrevista 02: Família que diversifica por conta própria, julho de 2015.
- Entrevista 03: Família que diversifica por conta própria, julho de 2015.
- Entrevista 04: Família que diversifica com incentivo do MPA, julho de 2015.
- Entrevista 05: Família que diversifica com incentivo do MPA, setembro de 2015.
- Entrevista 06: Família que diversifica com incentivo do MPA, setembro de 2015.
- Entrevista 07: Família que diversifica com incentivo do MPA, setembro de 2015.
- Entrevista 08: Família que diversifica com incentivo do MPA, setembro de 2015.
- Entrevista 09: Família que diversifica com incentivo da EFA, agosto de 2015.
- Entrevista 10: Família que diversifica com incentivo da EFA, agosto de 2015.
- Entrevista 11: Família que diversifica com incentivo da EFA, agosto de 2015.
- Entrevista 12: Família que diversifica com incentivo do CAPA, setembro de 2015.
- Entrevista 13: Família que diversifica com incentivo da EMATER, setembro de 2015.
- Entrevista 14: Família que diversifica com incentivo da EMATER, setembro de 2015.
- Entrevista 15: Família que diversifica com incentivo da EMATER, setembro de 2015.
- Entrevista 16: Liderança do MPA, agosto de 2015.
- Entrevista 17: Liderança da EFA, agosto de 2015.
- Entrevista 18: Liderança do CAPA, julho de 2015.
- Entrevista 19: Técnico da EMATER, setembro de 2015.

ANEXOS

ANEXO 1: Notícia sobre suicídio de fumicultora durante aresto de fumo.

BRASIL DE FATO
Uma visão popular do Brasil e do mundo

BRASIL MUNDO ENTREVISTA CULTURA EDITORIAL OPINIÃO CHARGES VÍDEOS REGIONAL IMPRESSO

NACIONAL

Assine: Diário Notícias Expediente Contatos Associação Nacional Associação Regional Recrutamento

Home » Após ter sua produção tomada, agricultora se suicida no RS

Após ter sua produção tomada, agricultora se suicida no RS

Ver Workflow

Nacional

08/02/2007/Luiz Renato Almeida, de Porto Alegre Um aresto de fumo, pedido pela empresa fumageira Alliance One, causou o suicídio de uma agricultora do município gaúcho de Vale do Sol, na região do Vale do Rio Pardo. No dia 2 de fevereiro, sob ordem do juiz Marcelo Silva de Carvalho, a agricultora Eva da Silva teve toda sua produção de fumo tomada, para o pagamento de uma suposta dívida que teria com a empresa. Desesperada, ela anunciou que iria se matar. Às 9h30 da manhã, ela morreu enforcada no fundo do galpão de sua propriedade. O fato está registrado na Delegacia de Polícia de Vale do Sol. No atestado de óbito, o médico responsável indica que a agricultora, de 61 anos, sofria de depressão. O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) está acompanhando o caso e deve encaminhar denúncias contra a ação da empresa e do judiciário. O coordenador regional do MPA, Wilson Rahuske, relata que a dívida da fumicultora não estava vencida. A agricultora vendia fumo para a empresa há mais de 25 anos. "Eles buscaram esse fumo. A dívida não estava vencida, ela não estava negando a conta. Ela inclusive vendeu fumo no ano passado, em dezembro, e a empresa pagou 100% para ela, porque ela estava em dia. Com o aresto, ela se desesperou, uma situação constrangedora, o oficial de justiça, mais seis brigadianos, dez pessoas para carregar o fumo. Arrombaram o galpão, ela tentou argumentar que não estava devendo, não adiantou, o oficial disse que estava cumprindo ordens. Ela disse que ia se matar, não deram bola, e ela foi para o fundo do galpão e se enforcou", afirma. "Judiciário é omissivo" O aresto é uma medida em que a Justiça autoriza que a empresa tome o fumo do agricultor, em troca de dívidas. De acordo com o MPA, casos de aresto arbitrário estão sendo cada vez mais frequentes na região do Vale do Rio Pardo. Wilson Rahuske afirma que o movimento irá denunciar o caso da agricultora Eva da Silva. "Esse aresto nem deveria ter sido. A empresa usou de mentiras no processo que mandou para o judiciário, e o judiciário simplesmente mandou fazer o aresto. As empresas usam esse artifício, porque o judiciário infelizmente é omissivo. E nós temos que parar com isso. Temos que denunciar e é o que vamos: vamos recorrer à Assembleia, Direitos Humanos, Ministério Público Federal. Enfim, vamos fazer tudo que deve ser feito", afirma. Um estudo conduzido pelo engenheiro agrônomo Sebastião Pinheiro, de 1996, analisa a relação do uso de agrotóxicos com os suicídios entre agricultores ocorridos no município de Venâncio Aires. De acordo com o estudo "Suicídio e doença mental em Venâncio Aires", o município registrou uma média de 11 suicídios por ano, entre 1979 e 1995. Tudo indica que devido ao uso excessivo de veneno nas lavouras de fumo. O MPA denuncia, ainda, que os homens que faziam o aresto continuaram carregando o fumo da agricultora, mesmo sabendo que ela havia se suicidado. O oficial de justiça responsável pelo caso teria ligado para o juiz Marcelo de Carvalho, que autorizou o prosseguimento da ação. A informação foi confirmada pela Delegacia de Polícia. O MPA afirma também que, ao ser comunicada do suicídio, a Alliance One mandou funcionários para carregar o fumo mais rapidamente. "Ela estava morta já mas, em vez de parar o aresto, trouxeram reforço, ou seja, mais trabalhadores para carregar o resto do fumo. Carregaram todo o fumo e só depois foram ver o caso dela. Ela se matou durante o aresto, na hora. Ela disse para o oficial que iria se matar. Acharam o corpo, segundo dizem o oficial ligou para o juiz, e o juiz mandou continuar. Ah, ligaram para a empresa e a empresa mandou mais pessoas para carregar mais ligeiro o fumo", conta Wilson Rahuske. A empresa foi procurada para responder as denúncias, mas se limitou a enviar um comunicado oficial. No texto, a Alliance One lamenta o ocorrido e diz que o suicídio foi uma "fatalidade". A empresa diz que a ação foi motivada por "quebra de contrato" e se coloca à disposição das autoridades para esclarecimentos. Sobre a informação de que a empresa teria mandado funcionários seus ajudarem no aresto do fumo, após o suicídio da agricultora, a assessoria de imprensa não respondeu, afirmando que a resposta da empresa será apenas o que está no comunicado oficial. No Fórum de Vale do Sol, foi informado que o juiz está de férias. O oficial de justiça foi procurado, mas não foi localizado pela reportagem. (Agência Chasque)